

Ubiratã Ferreira Freitas

**As relações de sociabilidade entre senhores e cativos  
em Rio Pardo (1780-1820)**

Passo Fundo, março de 2011

Ubiratã Ferreira Freitas

**As relações de sociabilidade entre senhores e cativos  
em Rio Pardo (1780-1820)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo como requisito parcial e final para obtenção do grau de mestre em História sob a orientação do Prof.(a) Dr.(a) Gizele Zanotto.

Passo Fundo

2011

CIP – Catalogação na Publicação

---

- F866r Freitas, Ubiratã Ferreira  
As relações de sociabilidade entre senhores e cativos em  
Rio Pardo (1780-1820) / Ubiratã Ferreira Freitas. – 2011.  
133 f. ; 30 cm.
- Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de  
Passo Fundo, 2011.  
Orientação: Profª Drª Gizele Zanotto.
1. Escravidão. 2. Escravos - Rio Pardo (RS) - História. 3.  
Sociabilidade. 4. Família. 5. Rio Grande do Sul - História. I.  
Zanotto, Gizele, orientador. II. Título.
- CDU: 981.65

---

Catalogação: Bibliotecária Jucelei Rodrigues Domingues - CRB 10/1569

Esse trabalho é dedicado a todas as pessoas que por qualquer motivo acham-se fora do tempo para estudar e desenvolver seu conhecimento intelectual, pois a verdadeira mudança de qualquer coisa em nossa vida vem de dentro de cada um de nós.

Esse agradecimento vai para todas as pessoas que acreditaram que eu poderia chegar a algum lugar, que me deram apoio e crédito, por sua amizade para continuar. A consideração mais importante é para minha família, que sempre foi o porto seguro em minha vida. Agradeço muito a meus pais Maria Geny e Ubirajara Freitas, a meus irmãos Eduardo e Ana Elisa e cunhado Ivens Rogério, aos meus sobrinhos Pedro, Mariana e Daniel, ao meu filho Carlos Henrique e a minha companheira Viviane Pessi: sem vocês eu não seria nada. Aos meus amigos mais próximos, Luciana Lima, que acreditou e me ajudou muito para eu chegar nesse momento e poder dizer obrigado amiga; ao querido amigo e sempre menino Rafael Barossi que também contribuiu muito em um momento difícil para essa caminhada, e a amiga Fanny Chaves pelos incentivos e credibilidade. Sem vocês eu não teria chegado aqui. O meu muito especial agradecimento para a professora Gizele Zanotto, pelo tempo despendido comigo nas incessantes correções desse trabalho, muito obrigado por toda a sua atenção. Aos funcionários e professores da Universidade de Passo Fundo (UPF) que sempre me trataram com respeito e atenção. A Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior (CAPES) por financiar o meu curso. Enfim, agradeço a meus alunos que acreditam em mim e em meu trabalho, e a todos que contribuíram para a sua construção.

É necessário desconstruir a “prova” feita com opiniões e dados raspados da superfície desses depoimentos “brancos”, para mostrar que as fontes, sondadas em mais profundidade, ajudam a retratar uma família escrava radicalmente diferente.

Robert Slenes.

## RESUMO

Esse estudo está pautado na análise das relações de proximidade e sociabilidade e entre os agentes que contribuíram para o escravismo na fronteira oeste do território de São Pedro, especificamente em Rio Pardo, durante o período de 1780 a 1820. Para tal apreciação, foram utilizadas documentações de fontes primárias como inventários *post-mortem*, cartas de alforrias, processos crime, livros de batismo e livros de casamentos de escravos, onde foi possível averiguar a formação de laços familiares e uma superexploração pelos senhores dentro sistema escravista. Partindo de uma abordagem que avalia a importância da preservação familiar, foi possível verificar que as relações políticas, econômicas, sociais e afetivas entre senhores e escravos na colônia sulina tiveram um propósito direto de exploração e alienação do cativo. A utilização de estudos específicos sobre a solidariedade e formação da família escrava nos deram suportes para compreender que a estrutura formada pela família escrava legava ao homem negro alguma possibilidade de manutenção de sua identidade, através da preservação de sua cultura, viabilizando alguma resistência aos mandos do senhorio. As relações de sociabilidade vão viabilizar um contato mais próximo e social entre esses sujeitos, também uma superexploração por parte dos senhores, pois para ceder às necessidades dos escravos, verificando o contexto de fronteira que estão inseridos estes atores protagonistas, as relações de sociabilidade vieram contribuir para manutenção do sistema sem maiores prejuízos para os senhores e trazer algumas vantagens para os cativos e suas famílias.

Palavras-chave: Escravidão, Sociabilidade, Família Escrava

## ABSTRACT

This study is guided by the check of the relations of closeness and sociability between the agents who contributed for slavery in the western border of the territory of São Pedro, during the period 1780 to 1820, in Rio Pardo. For this assessment, it was used primary source documentation of post-mortem inventory, letters of manumission, criminal proceedings, baptism and marriages books of slaves in Rio Pardo, where was possible to see the family ties formation and an overexploitation by the masters in the slavery system. From this family preservation, it was able to verify the political, economic, and social and sociability relations between masters and slaves in the southern colony had an intention of exploration and alienation of the slave. The use of specific studies about solidarity and the slavery family formation gave us support to understand that the structure which was formed by the slave family, gave to the black men some opportunity to maintain their identity through the preservation of their culture, allowing some resistance to the landlord command. Sociability relations are going to facilitate a closer and social contact between these subjects, also by an overexploitation of lords, give it to the needs of the slaves, checking the background of the border who are given these key actors, such as sociability elements and approach everyday have contributed to maintainance of the system without damage to the lords, and some advantages for the captives and their families.

Keywords: Slavery, Sociability, Slavery Family.



## LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Ocupação portuguesa no Rio Grande de São Pedro 1680-1737 .....	23
Figura 2 -	Tratado de Madrid e Santo Ildefonso .....	32
Figura 3 -	Guerra Guaranítica .....	33
Figura 4 -	Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul 1809.....	34
Figura 5 -	Tratado Preliminar de Santo Ildefonso.....	38
Figura 6 -	Tratado de Santo Ildefonso 1777 .....	39
Figura 7 -	Planta da Fortaleza Jesus-Maria-José em Rio Pardo.....	42

## LISTAS DE TABELAS

Tabela 1 -	Exportação de Trigo (1805-1822) .....	46
Tabela 2 -	Escravos em Rio Pardo no período de 1762-1829 .....	50
Tabela 3 -	População de Rio Pardo no período de 1798-1814 .....	52
Tabela 4 -	Escravos arrolados em inventários <i>post-mortem</i> de Rio Pardo 1780-1820 .....	53
Tabela 5 -	Casamentos de escravos em Rio Pardo 1780-1820 .....	55
Tabela 6 -	Casamento entre nações africanas em Rio Pardo – 1780-1820 .....	95
Tabela 7 -	Escravos casados registrados nos inventários <i>post-mortem</i> de Rio Pardo 1783-1819 .....	100
Tabela 8 -	Casamento entre cativos de Mateus Simões Pires 1778-1808 .....	102
Tabela 9 -	Casamento entre forros e livres com escravos .....	103
Tabela 10 -	Batismo dos cativos de Mateus Simões Pires de 1783-1818 .....	109
Tabela 11 -	Padrinhos e madrinhas que se repetiram no plantel de Mateus Simões Pires de 1783-1818 .....	111
Tabela 12 -	Populações do Rio Grande de São Pedro – 1814 .....	115

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>		12
<b>1</b>	<b>A INSERÇÃO DO NEGRO NO TERRITÓRIO DE SÃO PEDRO (1780-1820)</b>	21
	1.1 O Povoamento no Brasil Sulino e as questões de fronteira com a América Hispânica	23
	1.2 Economia e escravidão no Território de São Pedro (1780-1820)	42
<b>2</b>	<b>AS RELAÇÕES DE SOCIABILIDADE ENTRE OS CATIVOS: UM NOVO OLHAR SOBRE O COTIDIANO DOS ESCRAVOS NO BRASIL</b>	57
	2.1 A escravidão na formação do Brasil Colonial	58
	2.2 A socialização cotidiana e as relações afetivas entre os cativos no Brasil..	65
	2.3 A constituição familiar no Brasil Colonial	80
	2.4 Famílias, negros e solidariedade	87
<b>3</b>	<b>AS RELAÇÕES DE SOCIABILIDADE EM RIO PARDO 1780-1820</b>	93
	3.1 O casamento, a família e a resistência ao sistema escravista em Rio Pardo.	94
	3.2 Compadrio: a manutenção da família escrava	105
	3.3 De escravo a senhor	114
	3.4 Os testamentos como uma possibilidade de ascensão social	117
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	123
	<b>REFERÊNCIAS</b>	127

## INTRODUÇÃO

Um longo caminho foi percorrido para chegar a este trabalho que está sendo apresentado. Ainda na graduação, tive contato com a disciplina de “técnicas de pesquisa”, onde pude ampliar o meu conhecimento e a oportunidade de elaborar um projeto para ser apresentado no final da disciplina. Naquele momento não tinha certezas de como começar e o que apresentar. A partir do pedido de ajuda do professor Silmei de Sant’Ana Petiz para sua pesquisa que estava em andamento, foi possível ter contato com “fontes primárias”, tais como os livros de assentamento de casamento de escravos, os inventários *post-mortem*, os livros de batismo, os processos crimes e as cartas de alforrias da região de Rio Pardo, no período de 1750-1835, onde se estabelecia a fronteira oeste da Capitania do Rio Grande de São Pedro (1760-1807), depois chamada Capitania Geral de São Pedro do Rio Grande do Sul (1807-1821).

O contato com esse universo da escravidão foi crucial para minha definição do projeto que deveria apresentar na graduação. Em princípio, a pesquisa original dedicar-se-ia a formação da família escrava em Rio Pardo, buscando suas origens e a constituição da unidade familiar. Entretanto, o contato com as fontes, as leituras requeridas e os questionamentos sobre a família escrava nos incutiram a inquietude para perguntar por que os escravos casavam-se? E como poderiam fazer isso se eram apenas escravos? Como se formavam as questões sobre o casamento de um negro escravo? Por que o senhor deixava casar seus escravos, já que o objetivo da escravidão é a exploração? Quais fatores internos e externos se formaram para favorecer o casamento de cativos? Esses questionamentos levaram-nos a buscar uma abordagem “diferente” da que até então já tinha sido proposta e apresentada nas pesquisas sobre o tema da escravidão: as “relações próximas e afetivas”.

A partir do contexto desses períodos de ocupação lusitana, aventamos a hipótese de que era viável explorar as “relações próximas de sociabilidade” como mecanismo de controle, alienação e superexploração por parte do senhorio também em Rio Pardo, favorecendo as uniões estáveis entre cativos e as “pretensas boas relações” entre os agentes na fronteira oeste do território de São Pedro, no período de 1780 a 1820. Tal situação estrategicamente servia para amenizar as relações de convívio e sociabilidade, diminuindo, as tensões entre senhores/escravos dentro do sistema do escravismo sulino. A região escolhida para o estudo sobre as possibilidades dessas relações de proximidade – Rio Pardo – teve como proposta a observação de sua situação geográfica, sendo o último limite fronteiro entre as colônias de

Portugal e Espanha, onde uma constante movimentação de pessoas era comum, pois estando em uma fronteira ainda não delimitada, um dos possíveis mecanismos de controle foram as relações próximas de sociabilidade.

O período de 1780 é um marco na concepção de ocupação do território sulino, pois demonstra o acréscimo da produção agrícola dentro da colônia e também, o início da constituição da instituição charqueadora, pois denota um processo produtivo e uma economia voltada, primeiro com a triticultura e pastoreio <sup>1</sup> para o abastecimento interno colonial e, na seqüência, a exportação do charque rio-grandense, que se deu, sobretudo, em Pelotas (RS) com a implantação da charqueada e seu desenvolvimento no decorrer do século XIX, fator esse, que incrementou a ocupação fronteiriça nessa região. <sup>2</sup> Todavia, pontuamos que também na fronteira oeste houve a charqueada que se desenvolveu junto com a triticultura.

O período que finda a pesquisa 1820, vai complementar uma nova forma de distribuição de terras dentro do processo ocupacional. A agricultura realizada até então entra em colapso e a charqueada torna-se preponderante, assim como a grande propriedade. Deste modo, uma redistribuição territorial vai fomentar os pequenos e médios produtores voltados para a agricultura. Nesse momento tem-se o início da entrada do colono europeu que vai se instalar nas áreas florestais ainda não exploradas. <sup>3</sup> O período em questão (1780-1820) tem por objeto dois momentos econômicos, um com a agricultura e outro com a charqueada. Assim, com fatores ocupacionais e econômicos em desenvolvimento, as crescentes possibilidades do aumento de negros escravos dentro da colônia sulina faz-se presente e viabiliza uma mão de obra que será superexplorada.

Partindo dessa perspectiva e com a intenção de observar se haviam e como se davam as relações próximas de sociabilidade entre senhores e escravos marcamos nossa proposta de análise também para o mestrado tomando como parâmetros as obras de Robert Slenes, Sheila de Castro Farias, Cristiane Pinheiro Santos Jacinto, Ana Regina Simão, Silmei Sant'Ana Petiz, entre outros autores.

A vinda da Corte para o Brasil movimentou a economia sulina, principalmente na triticultura, pois incentiva a importação do produto, decretando, a partir de 1811, o fim dessa produção, proporcionando o desenvolvimento da produção pastoril em longa escala como o

---

<sup>1</sup> MAESTRI, Mário. *A Ocupação do Território: da luta pelo território à instalação da economia pastoril charqueadora escravista*. Passo Fundo: Ed. da Universidade de Passo Fundo, 2006, p. 29

<sup>2</sup> REICHEL, Heloisa Jochims. *Fronteiras no Espaço Platino*. In: BOEIRA, Nelson, GOLIN, Tau. *História do Rio Grande do Sul – Colônia*. v. I. Passo Fundo: Méritos, 2006.

<sup>3</sup> ZARTH, Paulo Afonso. *Do Arcaico ao Moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002.

charque. Segundo Mário Maestri,<sup>4</sup> o imposto cobrado para os produtos de importação apenas pagava 15% de taxa, causando um transtorno econômico para as províncias. O desenvolvimento das charqueadas vai fortificar a economia sulina, provocando o enriquecimento e a formação de grandes estruturas charqueadoras, o que também ocasionaria entrada de uma grande quantidade de negros no território de São Pedro. As charqueadas surgiram também nas margens das lagoas, no rio Jacuí, em torno de Porto Alegre e até os anos de 1830, Rio Pardo abasteceu a capital com charque. Tais fatos justificam nosso recorte temporal (1780-1820), visto que este abarca o período de articulação e desenvolvimento de uma economia agro-pastoril e propicia a entrada maciça do negro nas *plagas sulinas*.

Silmei de Sant’Ana Petiz<sup>5</sup>, retomando estudos de Walter Spalding, afirma que os escravos que estavam no território de São Pedro, eram dóceis pela relação que tinham com seus senhores, os estancieiros – postura que adotamos apenas em parte. Nessas relações descritas pelo autor, acredita-se serem possíveis as proximidades de sociabilidade entre os agentes do escravismo. Todavia, há que se pontuar que o escravo não foi dócil, foi um resistente dentro do sistema – eis a maior diferença entre nossa postura e a de Petiz -, tendo um relacionamento conveniente para se adequar ao contexto em que se apresentavam as realidades no processo de ocupação e construção da fronteira. Acima de tudo, não é aceitável uma “docilidade do escravo”, mesmo que seja estratégica, pois se tratava de uma resistência ao escravismo.

Nesse mesmo sentido, Fernando Henrique Cardoso<sup>6</sup> cita as relações entre senhores e escravos como um produto do meio social, ou seja, as ações empregadas pelos escravos devem ser pensadas a partir da “coisificação” que foi imposta pelos senhores. A coisificação especificada acarretou a denominação de passividade, “consciência passiva”, assim, o negro não teria como atuar segundo suas próprias vontades, somente obedecer aos senhores no que os mesmos determinavam. Em contextos diferenciados dentro do escravismo sulino, houve variáveis que significaram um tratamento mais específico em alguns casos. Na fronteira de Rio Pardo, houve uma diferenciação no tratamento dos escravos pelos senhores, já que o contexto é fronteiro e viabilizava a fuga do cativo para uma região da Coroa Espanhola.

---

<sup>4</sup> MAESTRI, Mário. *A Ocupação do Território: da luta pelo território à instalação da economia pastoril charqueadora escravista*. Passo Fundo: Ed. da Universidade de Passo Fundo, 2006.

<sup>5</sup> PETIZ, Silmei de Sant’Ana. *Buscando a Liberdade: as fugas de escravos da província de São Pedro para além-fronteira (1815-1851)*. Passo Fundo: Ed. UPF, 2006.

<sup>6</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional: o negro da sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p.125

Jorge Euzébio Assumpção<sup>7</sup> descreve que nas charqueadas a imposição da violência foi constante para manter a escravaria em ordem, pois, em muitos casos, a resistência dos negros cativos os levou a combates violentos que resultavam em mortes, fugas, suicídio e castigos severos. O medo dos senhores em uma possível insurreição levou os mesmos a usarem “as cartas de alforrias” como mecanismos de controle para os escravos que se sujeitassem a ficarem “quietos” e trabalhassem nas escravarias fomentando a produção. Esse mecanismo de controle usado pelos senhores não foi utilizado para todos os escravos, somente aqueles que se submeteram a certa “passividade” é que obtiveram as alforrias, mas, para isso, as relações próximas de sociabilidade e/ou interesses mútuos levaram a consumir tais liberdades para alguns cativos que se submeteram “aos contratos” com seus senhores. As alforrias eram usualmente fornecidas aos apadrinhados, delatores, obedientes, inválidos ou àqueles que conseguiam pagar o preço estipulado pelo seu “bem-feitor”. Essas possibilidades são verificadas nas alforrias - como forma de controlar os escravos -, assim como o casamento. O batismo e o apadrinhamento também favorecia um entrelace de relações nas quais os senhores faziam parte.

Robert Slenes<sup>8</sup> é o pioneiro em pesquisar a formação da família escrava no Brasil. A partir de sua pesquisa, muitos trabalhos foram produzidos com diferentes abordagens que buscaram mostrar que a escravidão não pode ser vista por uma lente monolítica, que observa a violência ou a passividade, mas ir além, evidenciando a complexidade das relações cotidianas e a possibilidade de constituição familiar no contexto da escravidão. Slenes defende que a família cativa é constituída a partir de preservações culturais como elementos importantes para formação de uma identidade negra nas senzalas. Também entende que existe uma historicidade no escravismo que, por muito tempo, não foi mostrada e que, a própria observação da formação matrimonial negra, evidencia novos contornos ao tema e negociações contínuas entre os grupos sociais envolvidos neste processo.

Dentro dessa compreensão, verificar as relações de sociabilidade entre senhor e escravo é um tanto instigante, pois denota encontrar ações legítimas que venham sustentar a hipótese que houve tais proximidades sociais entre os agentes do sistema escravista. Deste modo, a historicidade de que fala Robert Slenes, se constrói em prol de reconhecer que o escravo não *era passivo* e que tinha em suas “vontades” a percepção que somente mantendo um “bom relacionamento social” poderia adquirir alguma vantagem para buscar a sua

---

<sup>7</sup> ASSUMPÇÃO, Jorge Euzébio. *A Produção Charqueadora e a Mão de Obra Servil*. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau. *História do Rio Grande do Sul – Colônia*. v. I. Passo Fundo: Méritos, 2006, p. 199.

<sup>8</sup> SLENES, Robert W. *Na Senzala uma Flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil sudeste, século XIX*. Rio De Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

liberdade. Por isso, a partir da historicidade existente e constituída com as fontes, foi viável averiguar uma política entre os agentes sociais efetivos que constituíram o escravismo. “Se a família cativa é o resultado de uma luta entre escravos e senhores, como se caracterizam os respectivos “ganhos” e “perdas” das partes nessa batalha?”.<sup>9</sup> Entende-se que a família cativa é o pilar de sustentabilidade do escravismo e que refletia o pacto de “paz” que poderia ser verificado dentro das senzalas.

Nesse trabalho buscamos entender a sociabilidade como o relacionamento entre senhores e escravos, para formar uma sociedade diferente da realidade escrava, com perspectiva para uma modernidade justa. José de Souza Martins em sua obra escreve a irracionalidade e desumanização na construção do escravismo, essa ação verifica o peso que a família representa para os escravos “Os estudos sociológicos sobre as resistências à mudança e, sobretudo, as políticas oficiais de difusão de inovações e a pedagogia do extensionismo engajam até mesmo a universidade na missão de impor o moderno compulsório e de demolir e depreciar a força crítica da tradição”.<sup>10</sup> Esse juízo refere-se às dificuldades que os escravos tiveram para se impor ao sistema da escravidão. O entendimento das relações de sociabilidade entre senhores e escravos está direcionado para a composição e legitimação familiar na forma de constituir um elemento resistente ao sistema.

Dentro da concepção de modernidade que José de Souza Martins estabelece para o homem e suas implicações, não podemos entender a modernidade como uma homogeneidade social que se formou e desenvolveu-se em uma estrutura histórica com característica arraigada em um conformismo social, mas de uma história social voltada a antagonismos que se desenvolveu durante a colonização, mais específico com a escravidão. Ou seja, o escravo como agente histórico de sua história no cativo. Segundo José de Souza Martins, “Se levarmos em conta a historicidade do homem, o homem como autor e protagonista de sua própria história, a história de sua humanização, a modernidade só é possível como momento contraditório dessa humanização”.<sup>11</sup> Assim, a cobrança do homem pelo o que ele é, está voltada para a resistência a alienação que o mesmo se encontra, formando as relações de sociabilidade que em certo momento, dará para a estrutura familiar o suporte para formar os laços de sociabilidade e para mediar o processo de inclusão do negro na sociedade branca.

Outro fator que chama a atenção foi o que Ciro Flamarion Cardoso denominou de “brecha camponesa”, essa se denomina como uma brecha temporal – o uso do tempo para

---

<sup>9</sup> Idem, p. 45-46.

<sup>10</sup> MARTINS, José de Souza. *A Sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008, p. 25.

<sup>11</sup> Idem, p. 18.



trabalho –, ou seja, o tempo que os escravos gastavam para cuidar de suas porções de terra que ganhavam de seus senhores para promover ali o seu sustento, além de trabalharem o *dia a fio* nas roças e cuidar dos rebanhos nas fazendas, ainda tinha *um tempo* específico para cuidar das suas roças. É interessante verificar que em toda a América houve esse tipo de exploração, pois, na verdade, era um modo de os senhores amenizarem suas despesas e proporcionar uma “ilusão” para os cativos. É claro ter em mente que, em certos momentos, foi viável para os escravos, pois uma das condições para obter um lote, era que o cativo fosse casado, daí uma maneira de superexplorar e desta criar condições de alienar de forma concreta por uma “falsa liberdade”. “permitir que os escravos tenham roças e se liguem ao solo pelo amor da propriedade: o escravo que possui nem foge, nem faz desordem”.<sup>12</sup>

Já Silmei de Sant’Ana Petiz, em sua obra “*Buscando a Liberdade*”,<sup>13</sup> escreve sobre as fugas dos escravos para além-fronteiras e como se dava esse tipo de relação para manter-se “livre”, no caso do escravo em outras terras (Banda Oriental). Esse inconformismo que assolava alguns escravos é verificado na quantidade de famílias que eram formadas, ou seja, nem todos os escravos tiveram acesso e possibilidade de se casar, mas, em Rio Pardo, uma das maneiras de manter o escravo do lado de cá da fronteira talvez tenha sido as relações próximas de sociabilidade que ocorreram e anteciparam futuras tensões.

O compadrio também foi importante para compreender as relações de proximidade social e parentesco dos cativos, já que está ligada à rede social familiar e como prevenção de um “futuro melhor para os afilhados”, na visão dos pais. Ana Paula P. de Siqueira,<sup>14</sup> entende que estes laços de compadrio, tanto entre cativos quanto destes com pessoas de outras condições sociais, vai representar entre os envolvidos, a preservação de elementos culturais e religiosos, mesmo com a religiosidade católica oficial que foi imposta. A busca de padrinhos de outras situações sociais é tida como medida protetora dos pais de crianças cativas, para amenizar o possível sofrimento das senzalas. Também outros mecanismos foram encontrados pelos senhores, como exemplo, deixar escravos e livres se casarem.

Todas essas possibilidades estão sendo expostas nesse trabalho, e delas algumas conclusões sobre como teria resistido o escravismo na fronteira oeste do território de São Pedro pelo escravo, usando a bibliografia existente em diversas regiões e tentando cruzar as

---

<sup>12</sup> CARDOSO, Ciro F. *Escravo ou Camponês? O protocampesinato negro nas Américas*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 105.

<sup>13</sup> PETZ, Silmei de Sant’Ana. *Buscando a Liberdade: as fugas de escravos da província de São Pedro para além-fronteira (1815-1851)*. Passo Fundo: Ed. UPF, 2006.

<sup>14</sup> SIQUEIRA, Ana Paula Pruner de. *As relações de compadrio em terras de pecuária na segunda metade do século XIX*. Vestígios do Passado: a história e suas fontes. IX Encontro Estadual de História. ANPUH-RS. Porto Alegre, 14 e 18 de julho, UFRGS, 2008.

informações relacionando-as com Rio Pardo. A intenção é verificar que, em alguns casos, como em Rio Pardo, poderia ter sido um pouco diferente essas relações de proximidades, pois como era vulnerável a fronteira, o que restava era amenizar as possibilidades e tornar viável uma exploração “disfarçada”, usando, como diz Robert Slenes, os próprios anseios dos escravos para aprisioná-los, e deles tirarem vantagens seus senhores.

Parte de nosso acervo documental é composto de inventários *post-mortem* de proprietários da região de Rio Pardo. Estes documentos se encontram no Arquivo Público do Rio Grande do Sul – APERS em Porto Alegre – RS. São extremamente ricos para pesquisas detalhadas sobre a realidade econômica local, níveis de riqueza, condições de mercado e consumo, sistemas e formas de produção, tramas de negócios, redes de sociabilidade, cultura material, vida privada e, em nosso caso, também para a visualização da composição social de Rio Pardo considerando, também, o número de cativos (bens) arrolados na documentação <sup>15</sup>. Essencialmente um inventário é um documento processual que trata do arrolamento dos bens de um indivíduo. Neste caso específico, trata-se de inventários realizados após o falecimento do indivíduo e que, geralmente, serve de base para a partilha do patrimônio entre seus herdeiros.

Durante o período de 1780 a 1820 em Rio Pardo foram encontrados 140 inventários *post-mortem* que discriminam 511 escravos, os quais estavam divididos em pequenos, médios e grandes plantéis destinados à produção agrícola e pastoril. A predominância de homens escravos é uma constância em toda a colônia, com um percentual menor de mulheres e, conseqüentemente, de crianças. A sociedade se estabelecia com o desenvolvimento econômico e as possibilidades de novas ocupações no território de São Pedro cresciam rapidamente. Também buscava o enriquecimento e o tal sucesso obtido nesta empreitada, viabilizava a aquisição de escravos que se tornava comum, já que denotava prestígio social ao seu proprietário.

Outros documentos também foram utilizados com grande presteza para chegarmos às hipóteses que foram levantadas nesse trabalho, como os livros de casamentos, batismos, óbitos e nascimentos que descrevem como era organizada a sociedade tanto escrava quanto a branca. Estes documentos estão disponíveis na Cúria Metropolitana de Porto Alegre - RS, onde em sua maioria se encontram em ótimo estado de conservação com fácil acesso aos mesmos, também são riquíssimos de informações, pois denota como era regulamentada a sociedade em geral no período colonial sendo essa documentação válida para todo o Rio

---

<sup>15</sup> SAMARA, Eni de Mesquita. TUPY, Ismênia S. Silveira T. *História & Documento e metodologia de pesquisa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 92ss.

Grande do Sul como registros dos meios “legais” na época que foram criados, daí em casos específicos, foram usados para legitimar em Rio Pardo a veracidade dos fatos acontecidos e analisados nesse trabalho.

Para abordar a presente proposta de relações de sociabilidade, o trabalho foi estruturado em três capítulos, organizados de forma a seguir em uma temporalidade ocupacional para facilitar a identificação da presença do negro escravo dentro do processo ocupacional português e seu desenvolvimento no sistema escravista.

No primeiro capítulo, a abordagem se deteve na ocupação portuguesa no extremo sul da América, verificando o processo da entrada dos portugueses e os conflitos que viabilizaram a formalização dos Tratados que foram desenvolvidos para tornar legítima a ocupação territorial. Também é dado ênfase para a entrada do negro africano no extremo sul americano, na Banda Oriental, onde em 1680 foi fundada a Colônia de Sacramento pelos portugueses. Através dessa colônia, deu-se a entrada do negro escravizado no território de São Pedro. Posteriormente, os lusitanos fundam um forte e a Vila de Rio Grande, com a entrada da frota de João de Magalhães, dando andamento ao processo de ocupação territorial. Além disso, é enfatizada a importância da economia e a vinda do imigrante açoriano para essas paragens, onde se desenvolveu uma economia voltada à tricultura e, em seguida a criação de gado, até a formação das charqueadas – vetores da ampliação do contingente negro no sul.

No segundo capítulo, a intenção é verificar o que a historiografia defende sobre a família escrava e suas prerrogativas e desvantagens para os agentes que compunham o sistema escravista, dando ênfase para possibilidades de relações entre cativos e senhores, analisando fontes primárias e percebendo as contradições e novas abordagens sobre o assunto que se envolve.

No terceiro capítulo, busca-se analisar as relações próximas de sociabilidade, enfatizando todos os processos de benefícios, se realmente existiram dentro do sistema colonial escravista. São analisados os livros de casamentos de escravos, os inventários *post-mortem*, os livros de batismo de cativos, os processos crime e as cartas de alforrias, tentando verificar as possibilidades das relações entre os agentes do escravismo, onde se enfatiza todo e qualquer indício que sustente a ideia essencial do trabalho apresentado.

A pretensão central desta dissertação é verificar se realmente os casamentos, os batismos, os inventários e as outras fontes tiveram influências diretas dos escravos em suas ações ou exploração excessiva e exclusiva dos senhores, mais ainda, se as “pretensas boas relações de sociabilidade” formaram sujeitos mais flexíveis em sua realidade e seu cotidiano

dentro do sistema do escravismo, pois as relações de proximidade que aparecem nas fontes primárias favorecem um olhar muito mais amplo e complexo do que um simples “deixar casar” de um senhor. Partindo dessa ótica, a pesquisa foi direcionada para trabalhar especialmente com os pequenos plantéis como ponto de partida para perceber as relações de proximidade sociais, pois com um número menor de escravos em plantel, as possibilidades de relacionamentos estavam mais viáveis, uma vez que os escravos ficavam mais próximos de seus senhores e, por isso, as probabilidades de relacionamentos eram inevitáveis para os agentes do escravismo.

Manter relações próximas de sociabilidade é um desafio para quem está sobre pena de privação de sua liberdade e exploração de seu trabalho, a formação da família escrava é um elemento que dá uma oportunidade para formar laços sociais e preservar a estrutura cultural. Para as crianças, as possibilidades aumentavam com as relações de batismo, mas o que propomos é que as relações de proximidade e sociabilidade viabilizaram as possíveis vantagens dos escravos como forma de resistir ao sistema escravista. Desta maneira as relações de proximidade social entre cativos e senhores é o objeto de estudo e tem como base analisar todas as probabilidades de relacionamento que aconteceram entre 1780 e 1820 na fronteira oeste do território de São Pedro.

## **CAPÍTULO I**

### **A INSERÇÃO DO NEGRO NO TERRITÓRIO DE SÃO PEDRO (1780-1820)**

Com o objetivo de contribuir para o estudo da condição do negro cativo no Rio Grande do Sul, este trabalho se dedica a analisar as relações sociais, econômicas e políticas entre senhores e escravos no período entre 1780 a 1820, na região de Rio Pardo, tendo como ênfase o processo de ocupação espacial e produção extensiva de trigo na região, assim como a expansão da fronteira oeste do território de São Pedro, futuro Estado do Rio Grande do Sul. Neste trabalho estaremos transitando pela constituição organizacional do atual Estado do Rio Grande do Sul em vários momentos históricos. Essencialmente denominaremos a porção territorial ao sul do Brasil de *Território de São Pedro*, abarcando em tal denominação os períodos em que esta região foi denominada Capitania do Rio Grande de São Pedro (1760-1807) e Capitania Geral de São Pedro do Rio Grande do Sul (1807-1821). Posteriormente a região foi denominada Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (1821-1889) e, após a instauração da República, Estado do Rio Grande do Sul (1889 até nossos dias).

A proposta desta dissertação se concentra na análise do processo de relações de sociabilidade entre senhores e escravos, compreendendo a partir do início da produção agrícola do trigo na região até sua decadência, favorecendo paralelamente o desenvolvimento das charqueadas e o incremento da mão de obra escrava concomitante a este processo. Para tanto, este primeiro capítulo se deterá em contextualizar o processo de ocupação e colonização da porção sul da América portuguesa, procurando perceber a entrada do negro africano no território de São Pedro. Para isso, a necessidade de entender as relações entre as Coroas Portuguesa e Espanhola sobre a formação de uma linha limítrofe fronteira é de suma importância. Em virtude de ser complexo todo o processo de colonização do território de São Pedro pelos portugueses, busca-se descrever os motivos que levaram os lusitanos a adentrarem na região sulina com a fundação da Colônia de Sacramento (1680). Partindo dessa ótica, a economia que se estabeleceu às margens do rio da Prata, a princípio com a exploração do gado vacum e, conseqüentemente, com o tráfico negreiro, também proporcionou a entrada do negro africano via Rio da Prata e Colônia de Sacramento no território de São Pedro.

No que diz respeito à organização da ocupação da parte sul da colônia lusa verifica-se a intenção e os mecanismos que foram empregados, tais como fundação de vilas e municípios e toda a estrutura ocupacional, as quais farão do território de São Pedro uma região portuguesa. Ainda nesse sentido, analisa-se a formação de uma sociedade voltada para a agricultura, pecuária e o charque. Desta forma, busca-se integrar a inclusão do negro em todo esse processo ocupacional/territorial e perceber sua importância na produção econômica

do sistema colonial vigente – sobretudo em Rio Pardo - e o escravismo como sistema de controle do negro africano, originando situações passíveis de efetivar relações próximas entre senhores e escravos – sejam elas de sociabilidade ou de exploração intensificada.

### 1.1 O Povoamento no Brasil Sulino e as questões de fronteira com a América Hispânica

Segundo Nilo Bernardes, o povoamento do atual Estado do Rio Grande do Sul, em um primeiro momento, aconteceu pela preocupação político-militar dos portugueses, já que foram constantes as lutas pela Colônia de Sacramento (fortificação fundada em 1680 pelos portugueses – ver figura 1), visto que essa já se transformara, em pouco tempo, em um ponto estratégico na região da Banda Oriental, às margens do rio da Prata.<sup>16</sup>

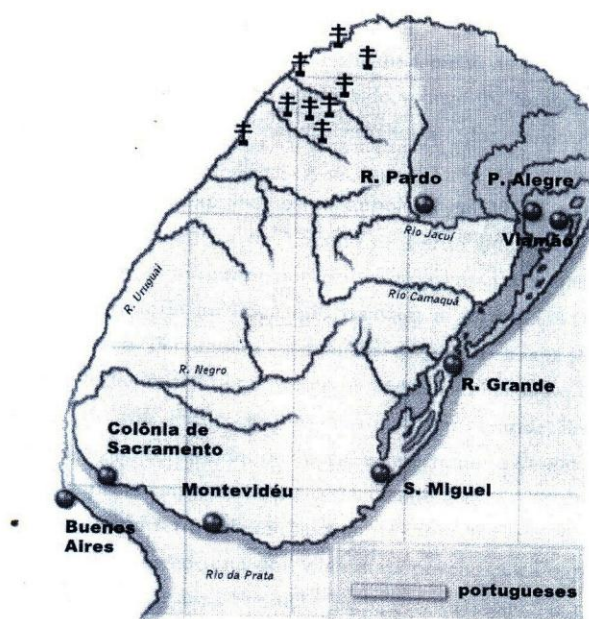


Figura 1: Ocupação portuguesa no Rio Grande de São Pedro 1680-1737.<sup>17</sup>

Para entendermos o que levou Portugal a se interessar pela porção sul da banda oriental e fundar a Colônia de Sacramento, diversos fatores levaram a compreensão da maneira que se constituía o pensamento português no final do século XVII. O Tratado de Tordesilhas definia o mundo em duas partes entre Espanha e Portugal, desse limite imaginário constituído pela Igreja, vai ser estabelecido o meridiano de Tordesilhas e desse as

<sup>16</sup> BERNARDES, Nilo. *Bases geográficas do povoamento do Estado do Rio Grande do Sul*. Ijuí: Ed. UNIJUÍ. 1997. p. 53.

<sup>17</sup> História Ilustrada RS, 1999. In. PETIZ, Silmei de Santa'Ana. *Caminhos Cruzados: famílias e estratégias escravas no contexto da fronteira de Rio Pardo, do Rio Grande de São Pedro (1750-1835)*. Tese de Doutorado apresentado no Programa de Pós-Graduação em História. UNISINOS, 2009., p. 50.

delimitações sobre questões de ocupação sera o ponto de partida para cada Coroa reivindicar suas posses. “Traçado idealmente na Capitulação da Partição do Mar Oceano, de 7 de junho de 1494, foi, durante dois séculos e meio, o grande ponto de referência para a delimitação dos espaços sul-americanos dos países ibéricos.”<sup>18</sup>

Com uma cartografia ultrapassada, atrasos na astronomia, equívocos na definição matemática de longitude e latitude, insuficiência de instrumentos adequados para posicionar graus e definir meridianos, Portugal traçou a raia de Tordesilhas a oeste da Colônia de Sacramento e sustentava sua legitimidade em avançar até a margem do Prata, desta maneira a legitimação da expansão portuguesa vai se concretizar através do direito natural de raiz católica. Segundo Miguel Frederico do Espírito Santo:

A referência dos confins lusos e castelhanos nos domínios da América meridional era a linha imaginária do papa Alexandre VI, Traçada na bula *Inter Coetera*, de 4 de maio de 1493, empurrada duzentas e setenta léguas mais para oeste pelo Tratado de Tordesilhas. A propriedade era uma concessão divina operada pela intermediação papal.<sup>19</sup>

Para esse desenvolvimento ocupacional português, a compreensão de paradigmas é importante. Em primeiro é o pensamento voltado para a segunda escolástica portuguesa onde preponderava o paradigma orgânico, vitalício e qualitativo, ou seja, as representações do senso comum e o reconhecimento da lógica voltada para a experiência concreta e imediata. Em segundo o avanço das ideias iluministas que percebiam os fenômenos humanos, sociais, políticos e econômicos e tiveram a compreensão do paradigma mecanicista matemático.

Dentro desse processo de mudança de paradigma, onde o iluminismo vai começar a fomentar novas ideias e novos paradigmas, vai se efetivando a ocupação portuguesa a partir da segunda metade do século XVIII, com D. João V que negou a escolástica portuguesa dando ênfase para as luzes joaninas no período de 1706 a 1750, e posteriormente continuou com as luzes josefinas, no período de 1750 a 1777 que reinou D. Jose, o sucessor de D. João V, dessa maneira, o absolutismo “ilustrado” vai atingir seu desenvolvimento e consequentemente, viabilizar a revolução liberal do século XIX.

As ideias iluministas favoreceram a Portugal um desenvolvimento na busca de um Estado regimentado com posição política sem a intervenção da teologia escolástica, desta maneira, a abertura efetiva de Portugal no âmbito da ciência, em sentido de novas ideias deu-

<sup>18</sup> SANTO, Miguel Frederico do Espírito. *Fundamentos da Incorporação do Rio Grande do Sul ao Brasil e ao Espaço Português*. In. BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau. *Colônia I. Historia Geral do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Méritos. 2006, p. 25.

<sup>19</sup> Idem, p. 24.



se pelas dificuldades encontradas em sua prática política expansionista. Somente em 1740 é que as ideias iluministas de filósofos como John Locke e Francis Bacon provocaram impactos dentro do pensamento intelectual português. Autores como Antonio Genovesi e Antonio Ludovico Muratore, reforçaram a presença de Locke em Portugal, Genovesi registrava em sua obra uma busca mais ampla da liberdade de pensamento, que se inscrevia no processo de libertação da cultura meridional da tutela da contra-reforma. Segundo Miguel Frederico do Espírito Santo:

Nesse ambiente de transformações estruturais profundas, respaldadas pelo pensamento ilustrado, os avanços na astronomia e, conseqüentemente, na cartografia, na Europa ocidental e central fizera-se desvanecer as pretensões lusas ao setentrião platino com fulcro na geografia, como definiu Alexandre de Gusmão, que, a partir de então, inaugurou uma política de desqualificação do Tratado de Tordesilhas e passou a buscar apoio no direito natural moderno.<sup>20</sup>

Com a nova concepção de pensamento político voltado para a expansão ultramarina, onde os direitos naturais de liberdade e propriedade estão vinculados as “novas ideias políticas”, com embasamento e contribuição de John Locke, favoreceu uma fundamentação política que determinou a ocupação da banda oriental, enfrentando com diplomacia e guerras a Coroa espanhola. Assim foi possível utilizar o princípio do *uti possidetis*, que se baseia em uma política de apropriação territorial que valoriza o direito natural de quem se apropria e tem o cumprimento do natural trabalha na mesma, e quem possui e abandona perdendo a propriedade.

A participação de Portugal na formação do Rio Grande do Sul legitimou-se na medida em que a burocracia joanina, adotando o paradigma mecanicista matemático, deixando de lado os postulados escolásticos, abriu-se para as ideias do Iluminismo, definindo fronteiras concretas, fundadas na vontade independente e racional de dirigentes de nações livres e soberanas. “A legitimidade da posse gradual desse território é justificada pelo *uti possidetis*, pensamento que, ao defender o domínio a partir da efetiva ocupação das terras, orientou a expansão portuguesa.”<sup>21</sup>

As disputas das Coras por territórios não impediram que os intercâmbios econômicos e sociais se estabelecessem entre portugueses, espanhóis, negros e nativos que circulavam pelo interior do território de São Pedro, para esses grupos foi construído uma linha de

---

<sup>20</sup> Idem, p. 33.

<sup>21</sup> CAMARGO, Fernando; REICHEL, Heloisa Jochimis; GUTFREIND, Ieda. *Apresentação*. In. BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau. *Colônia I. Historia Geral do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Méritos, 2006, p. 16.

fronteira que valorizava o interesse sobre a terra e a ocupação eficaz. Desta forma a ocupação portuguesa vai se efetivando e conseqüentemente valorizando sua tarefa de exploração territorial, percebendo que era viável investir e constituir núcleos habitacionais para assegurar a posse da terra, fomentar a economia e cristalizar o marco da presença portuguesa de uma vez no extremo sul da América, pois já havia outro processo de expansão em movimento dentro da colônia, a descoberta de ouro em Minas Gerais.

Com o mercado que se abriria – a partir da descoberta de minas de ouro na região sudeste da colônia (Minas Gerais), entre 1693 a 1695 –, o comércio da região sul começa a se desenvolver, passando a ter principal importância no fornecimento de muares para o transporte de carga na região sudeste da colônia. Esse fator econômico foi um dos elementos que auxiliaram e impulsionou a administração portuguesa para a ocupação territorial, encaminhando, assim, o desenvolvimento e a fixação do povoamento na região sul do Brasil. Os povos das reduções jesuíticas da banda oriental criavam mulas e comercializavam com os espanhóis, que usavam para transportar mercadorias em toda a América do Sul, em especial nas minas andinas. Esse comércio enfraqueceu, favorecendo os portugueses que passaram a comercializar internamente da região sul para a região das Minas e São Paulo.

Com a fundação da Vila de Rio Grande, em 1737, fica estabelecido o marco oficial da ocupação do sul do Brasil. Anteriormente a essa data, no final do século XVII e início do século XVIII, já existia um trânsito de pessoas percorrendo a costa litorânea sulina em direção à Colônia de Sacramento. A partir do final da década de 30 do século XVIII, com a fundação da Vila de São Pedro, as terras sulinas passaram a ter sua economia agrária articulada, com o desenvolvimento das estâncias e, conseqüentemente, a mediação do trabalho escravizado do negro africano.

Neste sentido, o negro teve um papel essencial na construção do atual Estado do Rio Grande do Sul, pois estiveram integrados ao investimento colonizatório e econômico empreendido nesta região. A trajetória do negro nas “terras de ninguém”,<sup>22</sup> como era visto o território de São Pedro do Rio Grande do Sul, auxiliou para formar elementos culturais que foram incorporados no decorrer do tempo pelos habitantes que constituíram a cultura rio-grandense, fomentando o desenvolvimento da agricultura e da pecuária com base no sistema de trabalho escravo que era desenvolvido na Colônia Brasil.

No decorrer do século XVIII, o processo de ocupação do território de São Pedro passou a ser mais constante pela organização administrativa colonial, pois ocorreram

---

<sup>22</sup> A denominação “terras de ninguém” deriva da visão europeia sobre as terras ainda não colonizadas pelos imigrantes. Entretanto é salutar destacar que índios e caboclos (brasileiros) viviam nessa região há muito tempo.

sucessivos conflitos das monarquias ibéricas sobre a ocupação da Colônia de Sacramento e também pela vila de Rio Grande. A necessidade de uma regulamentação geográfica levou a discussão política até se constituir em comum acordo o Tratado de Madrid (1750), efetivando gradativamente a ocupação do território de São Pedro do Rio Grande do Sul, pois determinava uma troca das missões jesuíticas espanholas que estavam no planalto sulino, pela Colônia de Sacramento nas margens do Rio da Prata.

Nesse sentido, a Colônia de Sacramento esteve voltada para o escravismo no processo de ocupação das terras da região do sul da América, o que vai favorecer o desenvolvimento de uma sociedade voltada, “a princípio”, para a propriedade de grande porte e captura de gado vacum. A economia que vai se estabelecer na região terá como fomento o negro africano na relação direta do trabalho, tanto no campo – pastoreio –, como na agricultura de subsistência e, subsequente, nas estâncias que serão as principais produtoras da economia do charque na região sulina da colônia.

A introdução da mão de obra escrava no território de São Pedro, a partir da Colônia de Sacramento, favoreceu a base para futuras investidas nas terras da campanha sulina. O comércio de escravos com Buenos Aires é a comprovação, já desde esses tempos, da importância estratégica da fundação de Sacramento para assumir o controle do Rio da Prata e o vasto comércio que por ali cruzava. Segundo Mário Maestri, “Com a cidadela de Sacramento, a Coroa portuguesa pretendia vender cativos e outros produtos aos espanhóis e nativos e extrair couro dos gados selvagens. Com o contrabando, obter-se-ia a cobiçada prata chegada do vice-reino do Peru”.<sup>23</sup>

Com a venda de cativos para os espanhóis, dava-se início a um comércio lucrativo para a Coroa portuguesa no sul da colônia, já que a intenção era tentar organizar economicamente a região. Com os nativos, a relação seria direta de “trabalho”, pois estes possuíam a técnica de cavalgar e apreender o gado, o qual era monetariamente lucrativo e existia em abundância. Já o contrabando comercial, da prata e de escravos era a parte ilícita que provavelmente afetou os espanhóis e criou muitas divergências entre as Coroas na região platina. A mão de obra escrava era usada no armazenamento e carregamento dos navios da produção de couro.

O desenvolvimento comercial que se desenhava, por sua vez, fez emergir a necessidade de transporte terrestre para ligar Sacramento ao restante do Brasil, surgindo, então, picadas/estradas, favorecendo o traslado dos produtos que os campos do sul

---

<sup>23</sup> MAESTRI, Mário. *Uma Breve História do Rio Grande do Sul: da Pré-História aos dias atuais. V.1 A ocupação do território*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2006. p. 14.

produziam em grande quantidade: vacuns e muares. Assim, poderia fomentar um comércio ativo para o centro da colônia, já que grande número de escravos fora transferido para as Minas Gerais. Concomitante a este processo, o incentivo à agricultura começa a se delinear, pois a necessidade de manutenção da população que se formara nas terras do sul era fundamental. A vinda de imigrantes açorianos efetivaria uma agricultura de exportação, trazendo consigo escravos para manuseio da terra e para as tarefas domésticas. Também as estâncias começaram a se formar, produzindo o charque para abastecimento do sistema escravista e exportação para a Europa.

A rota construída entre a Colônia de Sacramento e Laguna, por onde escoavam os animais do sul, mais especificamente o gado vacum e muar, favoreceu, em 1725, a constituição do lugarejo que seria, no futuro, a Vila de Rio Grande. Com seu desenvolvimento, muitos comerciantes e pessoas de posses apostaram no incremento da futura vila. Assim, efetivamente foi se constituindo o povoamento da Vila de Rio Grande e colocando em processo o modelo de trabalho escravo, que mais adiante, com a formação das charqueadas, será fundamental para o incremento econômico da região sul.

Nesse período, o trabalho escravo não era de suma importância nos “pagos sulinos”, visto que o trabalho livre predominava e a manutenção da prática campeira ficara a cargo dos índios aculturados, colonos e espanhóis que trabalhavam na lida do campo. “Os inventários de pecuaristas, os processos-crime contra contrabandistas e os relatos de viajantes apontam a presença de um a cinco escravos, em média, por estância ou arreada”<sup>24</sup>, mas não se pode deixar de ressaltar como foi importante a presença do negro escravo na construção dessa nova realidade, especialmente com a fundação da Vila de Rio Grande. O escravo, tido como “mercadoria”, vai ser inserido na região em função das pretensões e necessidades da colonização portuguesa. Aos poucos, “o escravo será um dos pilares da vida desta região. Servirá, até mesmo, circunstancialmente, como soldado”.<sup>25</sup>

Os negros trazidos para o extremo sul da América portuguesa foram incorporados às necessidades que os portugueses tiveram no processo de organização e fundação de vilas, no trabalho de construção de casas, no cuidado de seus filhos e, principalmente, como moeda e mercadoria dos lusitanos, passando a fazer parte do cotidiano dos colonizadores e, posteriormente, “auxiliando” a formar a economia rio-grandense. Sobre este aspecto, da entrada do africano no extremo sul da América, Mário Maestri destaca:

---

<sup>24</sup> REICHEL, Heloisa Jochims. *Fronteiras no Espaço Platino*. In. BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau. *Colônia I. História Geral do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Méritos, 2006, p. 52.

<sup>25</sup> MAESTRI, Mário Filho. *O Escravo no Rio Grande do Sul: a charqueada e a gênese do escravo gaúcho*. Porto Alegre: EDUCS, 1984. p. 42.

O escravo entrou em nossos territórios, definitivamente, ao lado dos primeiros Lusitanos que chegaram ao Rio Grande do Sul. Entra, porém, como já foi dito, nas bagagens destes últimos; ou, como seria melhor dito, carregando suas bagagens. Isso não foi, porém, suficiente para constituir de imediato um regime social de produção escravista; o comércio e o contrabando no Prata, a caça ao couro ou o comércio com os animais, baseavam-se, fundamentalmente, no trabalho livre (secundado, em algum grau, pelo trabalho africano ou indígena). O escravismo gaúcho dos primeiros tempos foi um prolongamento do escravismo colonial brasileiro; no sul, uma situação de nata dependência a outras formas de produção.<sup>26</sup>

A mão de obra escrava usada na região meridional do Brasil não se reduz à questão social e demográfica. A importante contribuição negra para as “paragens do sul”, agregando novos valores culturais à história de ocupação portuguesa, traz subsídios para a compreensão do cotidiano colonial, tanto no trabalho feitorizado, quanto nas ações militares, tão prementes no espaço sulino ainda em litígio por uma definitiva demarcação. Como destaca Margaret M. Bakos, “Os limites do Rio Grande do Sul conferiram à sua história uma longa tradição de conflitos militares que impediram o funcionamento regular das instituições e propiciaram ao escravo a arregimentação militar”.<sup>27</sup>

A colonização do sul do Brasil tem como princípio avançar sobre o domínio territorial da Coroa espanhola. Para isso, a fundação da Colônia de Sacramento foi um passo importante na condução da colonização portuguesa na Banda Oriental da América Latina, e conseqüentemente, favoreceu a inclusão africana na economia que se formou durante o processo de ocupação territorial.

A ocupação dessa importante região sul do Brasil iniciou com o emprego de pequenos proprietários, possibilitando uma economia camponesa, pois essa organização de trabalho facilitaria o domínio e o controle do território, fornecendo, ainda, soldados e mantimentos para o exército colonial. O favorecimento da colonização portuguesa está relacionado à percepção de que as sociedades indígenas e mesmo os ditos caboclos não foram capazes de formar essa unidade ocupacional, pois os mesmos já estavam no local anteriormente ao início da ocupação portuguesa, desta forma, a imposição lusitana forçou a retirada desses nativos que deixaram um vazio demográfico na região. No caso sulino, o preenchimento desse “vazio”, se deu pelos lusos brasileiros que, deslocaram-se de outras regiões e fixaram-se em terras até então inexploradas.

---

<sup>26</sup> Idem, p. 35.

<sup>27</sup> BERND, Zila, BAKOS, Margaret M. *O negro, consciência e trabalho*. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1998. p. 39.

Em um primeiro momento, os indígenas viviam em aldeias instaladas nas terras do sul. No noroeste, os jesuítas tinham se instalado com suas reduções e aldeamento dos índios, também com a formação de estâncias em pontos remotos do território sulino. Com o caminho aberto entre a Colônia de Sacramento e Laguna houve o favorecimento de explorações preliminares, pois pelo caminho, havia então uma grande quantidade de gado vacum que se desenvolvia livremente.

Pouco antes da fundação da Vila de Rio Grande (1737), lagunistas e lusitanos já formavam algumas estâncias na faixa do litoral norte, nos campos de Viamão, na região do Gravataí, para a produção de charque, onde o gado era abundante. Dessa maneira, os primeiros passos da colonização e a ocupação territorial foram se moldando. Fundou-se um posto fortificado, o presídio Jesus-Maria-José, nas margens do canal de desague da Lagoa dos Patos. A Vila de Rio Grande vai se tornando um pólo de “divisa” entre Laguna e Sacramento. Segundo Heloisa Jochims Reichel:

Se a fronteira interna, que existia no interior da Região Platina, pode ser vista como uma fronteira-zona que aproximava pessoas e possibilitava intercâmbios, é certo também que, quando os conflitos militares e/ou políticos se desenrolavam, a sua face de fronteira-linha fortalecia-se. Nesses momentos, as identidades locais e as diferenças sobressaíam-se, bem como, contraditoriamente, as possibilidades que se ofereciam à resistência popular.  
28

Gradativamente, torna-se marcante na geografia fronteira da região sul que se formará lentamente entre as Coroas Portuguesa e Espanhola; também, a circulação de mercadorias e cativos que serão usados no trabalho das construções urbanas, plantações de gêneros de alimentos, charque, couro, trabalhos domésticos, estiva e transporte que passaram por ali. Assim, vai surgindo a necessidade de mão de obra especializada e, com pouco custo para um desenvolvimento urbano e econômico na região de Rio Grande. Segundo Miguel Frederico do Espírito Santo:

Em 1725, como reação à passagem de Roque Zória com um grupo de castelhanos por Lagunas, em agosto de 1722, trazendo considerável tropa de gado vacum e muar, em direção a São Paulo e Minas Gerais, foi montada uma expedição comandada por João Magalhães este saiu de Laguna com

---

<sup>28</sup> REICHEL, Heloisa Jochims. *Fronteiras no Espaço Platino*. In. BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau. *Colônia I. História Geral do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Méritos, 2006, p. 56.

destino à Campanha do Rio Grande para estabelecer estâncias e impedir que espanhóis ou seus aliados, tapes e minuanos, ali fundassem povoações.<sup>29</sup>

João de Magalhães teria sido o primeiro luso-brasileiro determinado pela administração colonial a materializar a colonização nas terras de São Pedro. Logo depois, veio a fundação da Vila de Rio Grande e, conseqüentemente, começou o desenvolvimento e acomodação de outras áreas na futura Capitania. Neste processo, uma das principais necessidades fora garantir a ocupação e, para isso, as expedições militares se constituíram em ponto de apoio que deu origem a muitas vilas e cidades com suas fortificações, formando uma sociedade voltada para a lida do campo e proteção militar.

Nesse primeiro momento de ocupação, podemos dizer que a economia ficou voltada para a agricultura de subsistência e a apropriação do gado vacum, utilizando o seu couro para exportação, favorecendo o dinamismo de desenvolvimento em uma “região inóspita” e acelerando a ocupação territorial e militar portuguesa, na qual foram as fortificações que deram sustentabilidade aos colonos açorianos que se instalavam próximos dos seus muros.

O Tratado de Madrid (1750 – ver figura 2) foi fundamental para o início da definição da ocupação do território de São Pedro. Nesse processo, o assentamento de colonos foi de importância para o desenvolvimento da região sulina do Brasil Meridional, pois desencadeou um período de conquistas nas questões políticas, administrativas e militares da Coroa Portuguesa.

A partir de 1750, o processo de ocupação do território de São Pedro teve outro significado para as populações missioneiras, pois com o Tratado de Madrid, a expansão luso-brasileira garantiria a ocupação das Missões Jesuíticas e expulsaria os padres e índios para fora de suas terras, desorganizando essa administração jesuítica ao oriente do Rio Uruguai. Essa desocupação forçosa da região, que seria agora de Portugal, não teve, por parte das Coroas Ibéricas, uma acomodação para as populações missioneiras que ali estavam.

O Tratado de Madrid, em suas disposições, deixa explícito que a população missioneira deveria abandonar tudo que construía nas terras então espanholas. Para Portugal, era o momento de começar a constituir uma delimitação que fixasse uma fronteira entre os espanhóis e portugueses, onde ambos vivessem em harmonia em suas terras, já que até então estavam em constante luta por uma demarcação geográfica. Nesse caso, o Tratado de Madrid,

---

<sup>29</sup> SANTO, Miguel Frederico do Espírito. *Fundamentos da Incorporação do Rio Grande do Sul ao Brasil e ao Espaço Português*. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau. *Colônia I. História Geral do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Méritos. 2006, p. 34.

como ponto inicial de regulação de uma fronteira, possibilitou aos portugueses que principiassem a demarcação do contorno geográfico do então território de São Pedro.

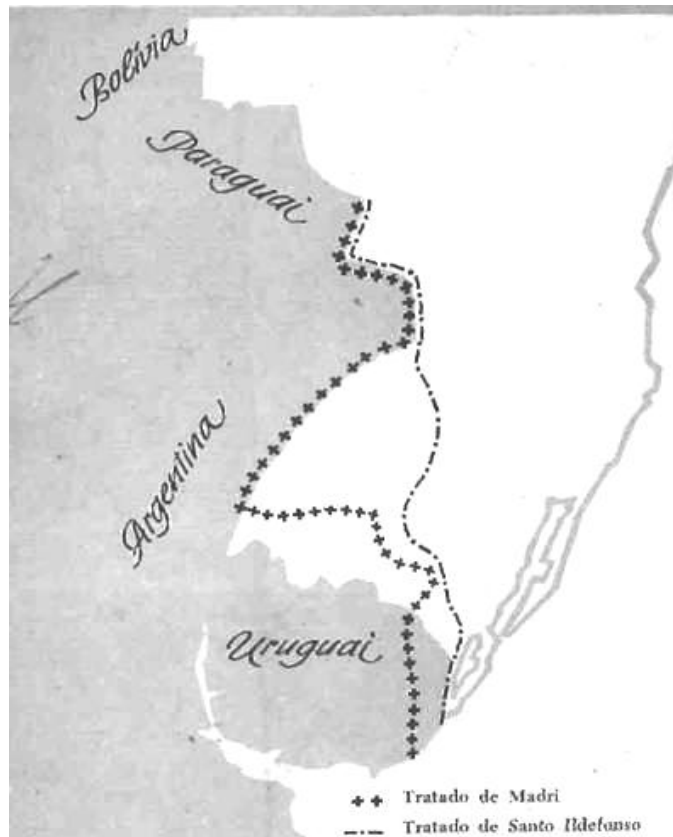


Figura 2: Tratado de Madrid e Santo Ildefonso.<sup>30</sup>

As diferenças entre os reinos ibéricos, que aqui estavam colonizando, denotando uma insatisfação regional na parte sul do Brasil Meridional, deixava clara a intencionalidade de conquista de novos territórios e de manter os já conquistados. A ação colonizadora do sul do Brasil passou a se efetivar com uma leva de portugueses vindos de várias localidades, como da Ilha da Madeira, de Açores e mais adiante Ilhotas, formando um contingente de colonos portugueses nas terras da então Capitania do Rio Grande de São Pedro.

Em setembro de 1752, foi colocado o primeiro marco de demarcação dividindo o território de São Pedro entre Espanha e Portugal, tendo como encarregado da expedição de demarcação geográfica o general Gomes Freire de Andrade, que também distribuiu sesmarias em várias regiões do território sulino para realizar de vez a colonização e a ocupação

<sup>30</sup> HERMIDA, Antônio José Borges. Os Tratados de Limites. Compêndio de História do Brasil (1963). Disponível em: < <http://www.consciencia.org/imagens/ary/tratado-tordesilhas> > Acesso em: 12 Jan. 2011.



portuguesa no sul. A partir da Guerra Guaranítica (1753-1756 – ver figura 3)<sup>31</sup>, a Comissão Demarcadora fundou a Vila de Rio Pardo (ver figura 4). Transformara, então, a região oeste em um marco fronteiriço delimitado que prosperou com uma economia baseada na plantação de trigo, criação de gado, produção de charque e couro.

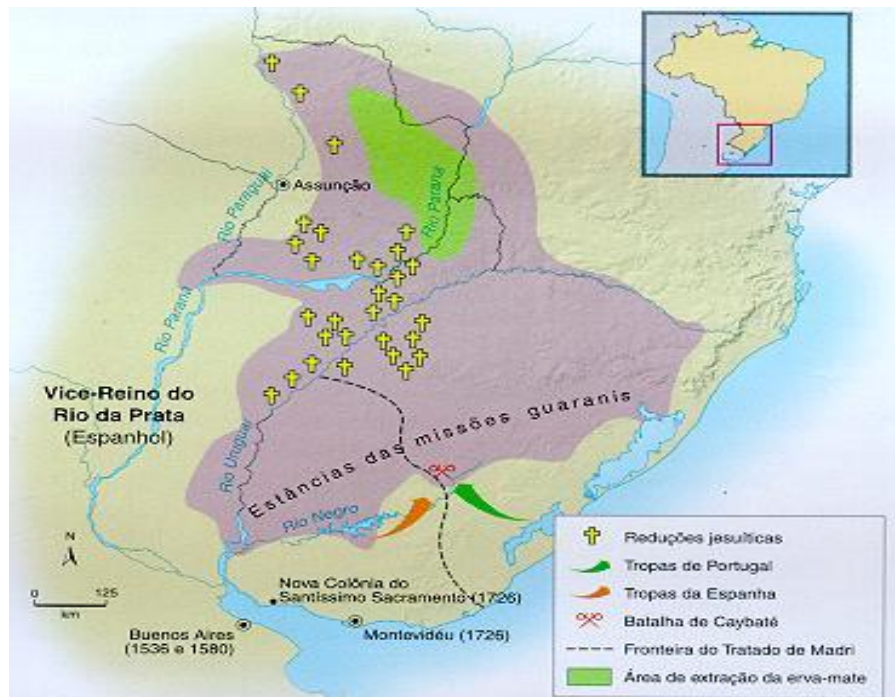


Figura 3: Guerra Guaranítica 1753<sup>32</sup>

Ainda nesse contexto, durante a Guerra Guaranítica, em 1756, as tropas lusitanas recuaram para Rio Pardo e levaram consigo um contingente de muitos missioneiros guaranis, os quais tiveram que se adaptar aos costumes portugueses, pois com a fundação da vila de Rio Pardo e a chegada dos colonos açorianos, favoreceram o desenvolvimento econômico e, com esse, a necessidade de mão de obra e imposição cultural como mecanismo de destruição de identidade indígena. Mário Maestri destaca que:

Sob o jugo lusitano, os missioneiros foram obrigados a trocar seus nomes guaranis por portugueses. A ação visava fornecer mão-de-obra para as classes dominantes rio-grandenses e debilitar as forças militares hispânicas que recorriam sistematicamente aos missioneiros em operações antilusitanas.

<sup>31</sup> Sobre a Missão Jesuítica e a Guerra Guaranítica ver: SANTOS, Júlio Ricardo Quevedo dos. *As Missões Jesuítico-Guaranis*. Capítulo V. In. BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau. *Colônia*. Vol. I. Passo Fundo: Méritos, 2006, p. 103-133. MAESTRI, Mário. *Uma breve história do Rio Grande do Sul: da pré-história aos dias atuais*. Passo Fundo: Ed. da Universidade de Passo Fundo, 2006, p. 24-25.

<sup>32</sup> Portal São Francisco. <<http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/guerra-guaranitica/guerra-guaranitica-1.php>> Acesso em: 25 set. 2010.

A obrigação de tomar nome português almejava a destruição da identidade guarani - missioneira.<sup>33</sup>

Essa imposição fica bem definida, pois pretende acabar com a identidade dos índios guaranis que estavam nas missões jesuíticas ou arredores, prevalecendo à cultura europeia lusitana. Assim, vai se formando a Vila de Rio Pardo no período posterior a 1750, em meio a uma guerra e tendo como efeito o resguardo de uma fronteira que fora implantada em decorrência da necessidade de controle, a partir de um Tratado que dizimaria toda uma organização populacional dos índios guaranis, especialmente, e das reduções jesuíticas.

A formação de Rio Pardo, como faixa fronteiriça, trouxe para o território de São Pedro certa estabilidade e um ponto referencial às margens da “tranqueira de Rio Pardo”, região da junção dos rios Jacuí e Rio Pardo que recebeu esta denominação. A instalação das famílias luso-brasileiras e o aumento populacional decorrente da invasão espanhola em Rio Grande (1763) modificam o panorama do vilarejo e, posteriormente, a configuração urbana que então se desenvolvia.

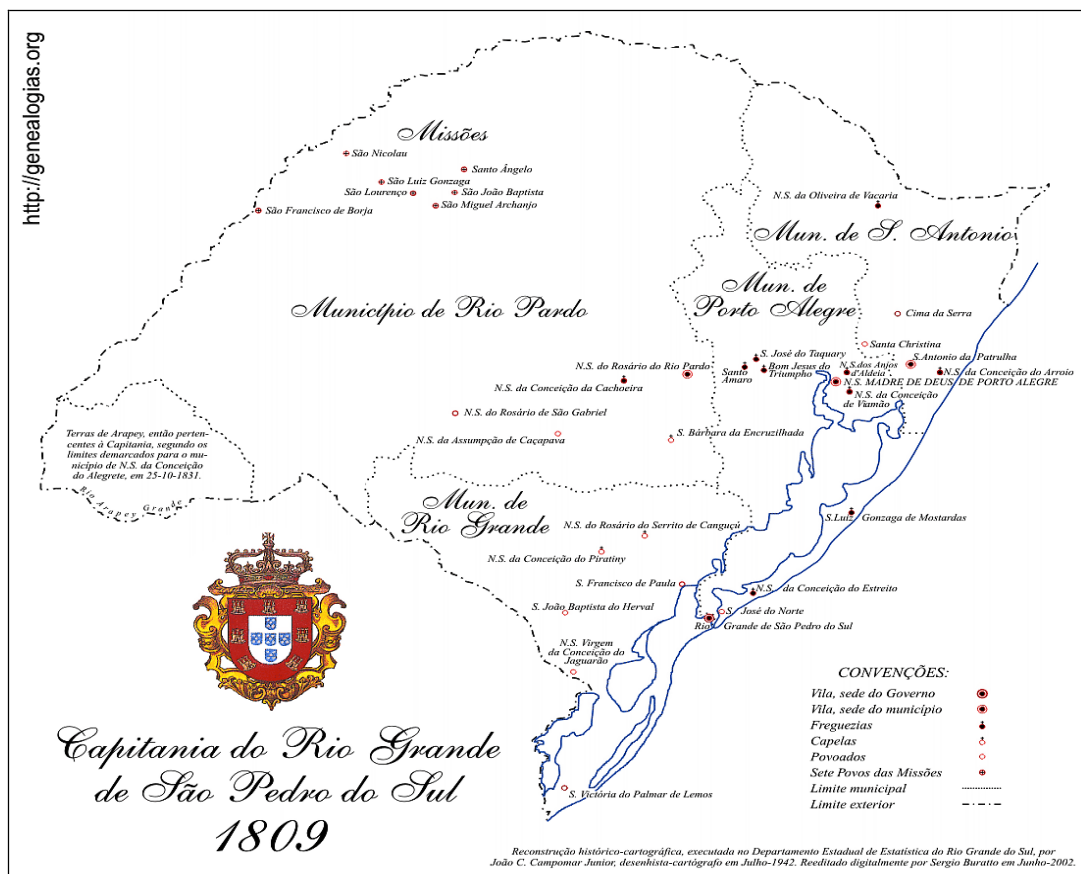


Figura 4: Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul 1809<sup>34</sup>

<sup>33</sup> MAESTRI, Mário. *A Ocupação do Território: da luta pelo território à instalação da economia pastoril charqueadora escravista*. Passo Fundo: Ed. da Universidade de Passo Fundo, 2006. p. 25.

Em 1759, foi construída uma capela sob a invocação de Nossa Senhora do Rosário do Rio Pardo que, a partir de 1762, é regulamentada através de uma portaria expedida pela Igreja Católica Apostólica Romana.<sup>35</sup> A implantação da capela modificou a realidade dos moradores que se instalavam nas imediações do forte *Jesus-Maria-José* (Rio Pardo), pois trouxe à população a unidade urbana, amenizando o distanciamento e as dificuldades que encontravam estando no meio do conflito da Guerra Guaranítica. No ano de 1763, o território de São Pedro tinha uma população dispersa em poucas localidades e, tendo os espanhóis se apoderado da Vila de Rio Grande, obrigaram a administração Luso-Brasileira a repensar o lugar para assentar a população da vila e arredores, transferindo-as para os Campos de Viamão e outras localidades. Mário Maestri destaca:

Nessa época, aproximadamente, Rio Grande teria 1.500 habitantes; a futura Porto Alegre, quinhentos; a aldeia de Nossa Senhora dos Anjos (Gravataí), mil guaranis missioneiros; e a tranqueira de Rio Pardo, umas duzentas famílias. As populações de Viamão e de Santo Amaro eram ainda menores. Ao todo, o Rio Grande Luso-brasileiro possuiria umas quatrocentas fazendas de gado, oitenta delas do estreito.<sup>36</sup>

As duzentas famílias – em sua maioria açoriana –, localizadas em Rio Pardo, trouxeram consigo a compreensão de como deveria ser a estrutura social, econômica, política e religiosa mais adequada (portuguesa). Na parte econômica, o trigo foi o produto principal das terras sulinas. As famílias açorianas empregaram novas técnicas agrícolas no plantio, chegando a um *status* de exportação em torno de 290 mil alqueires anuais, “A atividade permitiu uma primeira introdução sistemática de mão-de-obra escravizada no sul e financiou o estabelecimento de charqueadas”.<sup>37</sup>

Em razão de seu desenvolvimento e de sua posição estratégica, a Coroa Portuguesa, por meio da Provisão de 07/10/1809, criou a Vila de Rio Pardo, compreendendo, além da freguesia de Nossa Senhora do Rosário, as de Nossa Senhora da Cachoeira, de Santo Amaro e de São José do Taquari.<sup>38</sup>

---

<sup>34</sup> Genealogia.org <[http://buratto.org/gens/gn\\_download.html](http://buratto.org/gens/gn_download.html)> Acesso em: 18 out. 2010.

<sup>35</sup> *Capela Curada – portaria eclesiástica de 15 de maio de 1762*. Que regulamentava a capela dentro dos domínios da Igreja e, posteriormente, a tornava anexada à diocese de Santa Cruz do Sul. (*Freguesia – provisão eclesiástica de 8 de maio de 1769 Pertence à diocese de Santa Cruz do Sul*). FORTES, Amyr Borges; WAGNER, João Batista Santiago. *História Administrativa, Judiciária e Eclesiástica do RS*. Porto Alegre, Livraria do Globo, 1963.

<sup>36</sup> MAESTRI, Mário. *A Ocupação do Território: da luta pelo território à instalação da economia pastoril charqueadora escravista*. Passo Fundo: Ed. da Universidade de Passo Fundo, 2006. p. 27.

<sup>37</sup> *Idem*, p. 29.

<sup>38</sup> ‘Auto de criação desta nova Vila do Rio Pardo e Levantamento do Pelourinho: ano de nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e onze anos, aos vinte de maio do dito ano, nesta Vila da Nossa Senhora

Com o financiamento para produção do charque, a introdução progressiva do negro escravo deu outra concepção econômica à região da “tranqueira”, que aumentou a produção de cereal e a criação de gado, formando, assim, uma economia agropastoril em Rio Pardo. Paulo Zarth faz referência, em sua obra *“Do Arcaico ao Moderno”*,<sup>39</sup> que a economia do território de São Pedro vai sofrer uma mudança a partir de 1780, quando passa a desenvolver a criação de gado. Também se percebe que houve uma necessidade de uma mão de obra mais especializada para a lida com o gado vacum, pois o aumento considerável das estâncias em todo o território de São Pedro colocou o produto “charque” como sendo o primeiro da economia sulina no decorrer do século XIX. A necessidade de mão de obra aumentou consideravelmente e o *negro* passou a ser peça fundamental e funcional para a manutenção da prática pastoril.

Silmei Petiz, em sua obra *“Buscando a Liberdade”*, acrescenta a necessidade e o uso de trabalhadores livres e cativos para a manutenção do trabalho no campo e nas charqueadas. O gaúcho não oferecia uma parada de longo prazo nas estâncias, já que era um trabalhador livre. Os cativos, por sua vez, não apresentavam esse problema, visto que eram propriedades dos senhores estancieiros e usados em todos os setores da economia, como destaca o autor:

Tornou-se fundamental para as estâncias a mão-de-obra sedentária que desenvolvia atividades junto ao gado, o que, por vez, levou a uma regulamentação crescente dos trabalhadores livres e exigiu, por outro lado, uma crescente participação do negro escravizado, destinado não apenas às atividades específicas das charqueadas, mas também às da agricultura, bem como às de criação e manuseio do gado.<sup>40</sup>

Em um primeiro momento, o escravo – ainda em número escasso - aparece na lida com a terra. Mas os documentos de fontes primárias (inventários post-mortem, especialmente) mostram que cativos praticavam a lida campeira, os quais possuíam habilidades para a função

---

do Rosário do Rio Pardo, onde foi vindo do doutor ouvidor corregedor desta comarca, Antonio Monteiro da Rocha, comigo escrivão, sendo ai por ele foram convocadas todas as pessoas da nobreza e povo, estando tudo presente levantou o Pelourinho com as insígnias competentes que denotam a jurisdição real. A cujo ato se alteram por três vezes as palavras: viva o príncipe regente nosso senhor. Levantado assim com esta solenidade o dito Pelourinho, houve ele ministro por formada esta nova vila e mandou fazer este auto e, que assinou com a nobreza e povo que presente que se achava eu Guilherme Ferreira de Abreu o escrevi, digo, de Abreu, escrivão da ouvidoria e correição da comarca, o escrevi e assinei’. (ARQUIVO 304, 2ª seção –j-18) Justiça. Livro de Registros. J-18 (os quatro municípios farroupilhas – atos da criação – Arquivo Histórico do RS. 1985).

<sup>39</sup> ZARTH, Paulo Afonso. *Do Arcaico ao Moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002, p. 126.

<sup>40</sup> PETIZ, Silmei Sant’Ana. *Buscando a Liberdade: as fugas de escravos da província de São Pedro para além-fronteira (1815-1851)*. Passo Fundo: Ed. UPF, 2006. p. 35.

de peões de estância, embora o risco de fuga fosse permanente. Mário Maestri define bem essa questão quando diz:

Porém, o trabalhador feitorizado esteve presente em fazendas sulinas, sobretudo nas mais ricas, em praticamente todas as regiões do Rio Grande do Sul, como comprovam a documentação primária e, comumente, o registro de senzalas próximas às sedes das unidades produtivas.<sup>41</sup>

Essas práticas de trabalho, tanto escravo como livre nas fazendas sulinas, demonstram uma realidade que se gerou a partir da formação dos vilarejos e vilas que compuseram o processo de ocupação e conquista de Portugal no extremo sul da América. A prática empregada por Portugal no processo de colonização do território de São Pedro foi de um modo de ocupação e distribuição de terras em suas longas coxilhas e campos naturais, onde o incentivo para grandes fazendas tornou-se uma forma de resistência, delimitação e controle de fronteira ante a Coroa espanhola. A resistência no processo de colonização foi tanto para portugueses quanto para escravos: para os portugueses, era a resistência de permanecerem nas terras que eram da Espanha, buscando delimitar uma fronteira com a presença do colono na terra. Para o escravo, a resistência vai se formar a partir das relações que acontecerão entre senhor/escravo. Para um temos a fixação de novas terras, e para outro, a busca da liberdade.

A formação de Rio Pardo foi estratégica, pois mesmo estando pautado em um Tratado (1750), Portugal preferiu garantir seu quinhão de terra e, a partir dessa iniciativa, todo um processo de ações e de efetivo urbano foi criado, mantendo relações comerciais, produzindo grãos, exportando e possibilitando relações mais próximas entre sociedade livre e escrava.<sup>42</sup> Podemos classificar a importância econômica e estratégica de Rio Pardo em três vetores (que se intercalam temporalmente): o primeiro foi a produção de trigo, que fomentou o início da economia agrícola; o segundo favoreceu a criação de gado, para manutenção das charqueadas; o terceiro foi a incumbência de proteger a fronteira que ali permaneceu por um longo período. Rio Pardo foi um ponto geográfico de controle da fronteira oeste de 1752, até a segunda década do século XIX, quando Passo Fundo passou a ser outro ponto fronteiro de importância na região noroeste do Rio Grande do Sul.<sup>43</sup>

---

<sup>41</sup> MAESTRI, Mário. *A Ocupação do Território: da luta pelo território à instalação da economia pastoril charqueadora escravista*. Passo Fundo: Ed. da Universidade de Passo Fundo, 2006. p. 106.

<sup>42</sup> FORTES, Amyr Borges; WAGNER, João Batista Santiago. *História Administrativa, Judiciária e Eclesiástica do RS*. Porto Alegre, Livraria do Globo, 1963. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

<sup>43</sup> ZARTH, Paulo Afonso. *Do Arcaico ao Moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002, p. 40.

Para Tau Golin a “linha geográfica” pode ser conceituada como dois pólos com dupla funcionalidade, sendo um o *limite* e o outro a *fronteira*. O primeiro está voltado para dentro de sua linha imaginária, onde estabelece uma relação com sua organização interna, viabilizando até onde podem chegar suas ações de controle e poder. Já o segundo, é visto pelo Estado como uma ameaça constante, sendo ela – fronteira – direcionada “para fora”. As forças estranhas causam uma tensão no delimitar fronteiro e, assim, cada Estado cria normas e se protege por mecanismos que fortalecem seus domínios. Segundo o autor:

O conceito de limite é utilizado como linha divisória entre Estados limítrofes. De certa forma, é o centro da fronteira, entendida como uma região, zona ou faixa transfronteiriça. [...] o limite está orientado para dentro (forças centrípetas); a fronteira está orientada para fora (forças centrifugas).<sup>44</sup>

Em 1777, foi efetivado um acordo que ficou conhecido como Tratado de Santo Ildefonso (ver figura 6), para delimitar a linha fronteira geográfica, que estabeleceria os limites entre ambas as Coras na América do Sul, para prosseguir com a ocupação do território e o desenvolvimento da região platina.



Figura 5: Tratado Preliminar de Santo Ildefonso<sup>45</sup>

<sup>44</sup> GOLIN, Tau. *A Fronteira*. Porto Alegre: L&PM, 2002. p. 110-111.

<sup>45</sup> Tratado de Santo Ildefonso. Disponível em <[http://pt.wikisource.org/wiki/Galeria:primeiro\\_Tratado\\_de\\_Santo\\_Ildefonso.djvu](http://pt.wikisource.org/wiki/Galeria:primeiro_Tratado_de_Santo_Ildefonso.djvu)> Acesso em: 27 fev. 2011.



Figura 6: Tratado de Santo Ildefonso 1777 <sup>46</sup>

Um caso de incertezas foi a definição do leito do Piratini, para tanto, o impasse para se deliberar se era ou não uma zona neutra estancava a demarcação, mas permitia o avanço luso-brasileiro em terras ainda não demarcadas, ou seja, os portugueses esperavam para solucionar as questões pertinentes à geografia, mas avançavam em território ainda não ocupado. Tau Golin destaca que “Para os castelhanos, da ponta do rio Negro, seguindo pelo leito do Piratini, cessava o domínio português, interrompido pelo campo neutral, que tinha nessa linha a sua divisória. Na interpretação castelhana, o território entre os rios Piratini e Jaguarão era neutro”. <sup>47</sup>

Essa neutralidade de terra que estava estabelecida no Tratado de Santo Ildefonso, dizia que uma linha de terra situada entre a fronteira deveria ser guardada tanto pela Coroa Portuguesa, quanto pela Espanhola. Essa linha imaginária e ‘neutral’, não deveria abrigar qualquer “tipo de gente”, mas permanecer vazia, e se isto acontecesse ambas as Coroas deveriam proteger e conservar mesmo com a força, se fosse preciso, sua desocupação. Já que era uma “zona neutra”. A linha demarcatória “neutral” não possuía largura exata, era, em muitas vezes, maior em um pedaço de terra e menor em outro, formando ‘nesgas’ de terra, ou

<sup>46</sup> Pré-Vestibular < <http://pre-vestibular.arteblog.com.br> > Acesso em: 18 out. 2010.

<sup>47</sup> GOLIN, Tau. *A Fronteira*. Porto Alegre: L&PM, 2002. p. 174

seja, pedaços de terras sem uma metragem padronizada em ambos os lados. Segundo Tau Golin, o território neutro não poderia ser ocupado: ‘No dito espaço por toda a fronteira, se evite o asilo de ladrões ou assassinos, os governadores fronteiros tomarão também de comum acordo as providencias necessárias, concordando o meio de aprendê-los, impondo-lhes severíssimos castigos’. Os escravos que fugissem também seriam entregues às autoridades mutuamente.<sup>48</sup>

Está explícito que não era para ocorrer ocupação na área “neutra” – entre a linha imaginária que se estabeleceu na fronteira –, mas não foi o que aconteceu. Uma série de invasões nessa área neutra trouxe certo desequilíbrio na relação das Coroas Ibéricas. As constantes desavenças sobre a colocação dos marcos divisório produziam um desentendimento entre os lusitanos e espanhóis. Nesse caso, cada retração no processo demarcatório da região sulina era um motivo para portugueses adentrarem mais no território e se apropriar de terras, sendo que isso chegou ao conhecimento do vice-reino espanhol que, tentando frear essa atitude portuguesa, tomou medidas protecionistas para manter seu território. Tau Golin ainda cita:

Cada litígio demarcatório, os comissários proclamavam as possessões sob *judicie*, oficiavam às Cortes e tentavam ir adiante. Entretanto, como as decisões jamais eram pactuadas na Europa, imensos territórios permaneciam sem posse legítima. Essa indefinição seria aproveitada pelos luso-brasileiros para penetrar nas áreas contestadas.<sup>49</sup>

Silmei Petiz refere que “É justamente nessa ênfase das peculiaridades do estado sulino com relação à fronteira que reside um dos temas mais polêmicos da historiografia rio-grandense”.<sup>50</sup> O território do Rio Grande do Sul foi visto como uma área limítrofe, pois sua fronteira tinha a possibilidade de ser ultrapassada, perfazendo, assim, um limite ainda não reconhecido entre os países hispânico-americanos. Esse “limite” fez do território de São Pedro uma fronteira vulnerável, que somente através de ações militares legitimou-se como uma divisa entre as coroas ibéricas e, mais tarde, entre os países americanos. Entretanto, para isso, também houve a necessidade de uma colonização efetiva que viabilizasse a ocupação voltada para um desenvolvimento econômico sustentável e para a demarcação de um ponto geográfico.

---

<sup>48</sup> Idem, p. 169

<sup>49</sup> Idem, p. 174

<sup>50</sup> PETIZ, Silmei Sant’Ana. *Buscando a Liberdade: as fugas de escravos da província de São Pedro para além-fronteira (1815-1851)*. Passo Fundo: Ed. UPF, 2006. p. 30



Segundo Heloisa Jochims Reichel:

A presença da Região Platina permite relativizar o papel da fronteira na história sul-rio-grandense. Não se pode deixar de reconhecer que as fronteiras existiram e foram importantes no passado colonial dos Impérios português e espanhol na América meridional. Porém, ao constatarmos que tais fronteiras localizavam-se no interior de um espaço maior, o da Região Platina, e que estiveram marcadas pela mobilidade e pela indefinição, elas atuaram muito mais como “fronteiras-zonas”, estimulando contatos, intercâmbios, formas de resistência ao homem que aí vivia, do que como “fronteira-linha”, que separam sociedades e dividem culturas.<sup>51</sup>

Silmei Petiz considera este espaço como de “porosidade fronteiriça”. Essa porosidade significa que a fronteira era fragmentada, sem um reconhecimento específico. As delimitações que deveriam legitimar o “limite” ainda estavam em construção e, somente a partir do Tratado de Santo Ildefonso (1777) e o conflito de 1801 entre as Coroas Ibéricas, se definiu a geografia fronteiriça (1804).<sup>52</sup> A fronteira com sua característica propiciou a configuração de influências culturais diversificadas, já que ora as terras sulinas eram de Espanha e ora de Portugal. Segundo o autor,

No caso do Rio Grande do Sul, existiu um gênero particular de organização que deu singularidade e organização do espaço fronteiriço: nenhum outro ponto do Brasil colonial ou imperial teve na sua organização interna um espaço tão propício às trocas. A fronteira brasileiro-plantina pode mesmo ser vista como uma área de interação, de intercâmbio, de interdependência e de complementaridade, onde soldados, comerciantes, desertores e as tropas de gado se deslocavam para ambos os lados.<sup>53</sup>

No caso do território de São Pedro, as ações militares portuguesas formaram os marcos da constituição dos pontos de ocupação e demarcação da geografia atual do Estado do Rio Grande do Sul. As relações diplomáticas e políticas também compuseram os pilares que constituíram os acordos entre as Coroas Ibéricas. O território de São Pedro tinha como referência de fronteira a vila de Rio Grande, ao extremo sul, e Rio Pardo, na região oeste, mais ao centro do território. Com o conflito de 1801, as terras das Missões foram sendo incorporadas gradativamente por militares e milícias que lutaram contra os castelhanos, “empurrando” a fronteira do Rio Grande do Sul até seu limite atual.

<sup>51</sup> REICHEL, Heloisa Jochims. *Fronteiras no Espaço Platino*. In. BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau. *Colônia I. História Geral do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Méritos, 2006, p. 61.

<sup>52</sup> Sobre o conflito de 1801 e o *Status Quo* de 1804, ver GOLIN, Tau. *A Fronteira*. Porto Alegre: L&PM, 2002. p. 205-261.

<sup>53</sup> Idem, p. 32.

## 1.2 Economia e escravidão no Território de São Pedro (1780-1820)

Em 1737, foi fundado um posto fortificado entre Laguna e Sacramento, que funcionou como um entreposto das duas cidades – nascia Rio Grande. Com o Tratado de Madrid (1750), foi viabilizada a construção do forte Jesus-Maria-José (ver Figura 7), que originou a fundação de Rio Pardo, sendo ele administrado militarmente e, conseqüentemente, se tornando vila e depois cidade sulina de extrema importância nessa conjuntura de ocupação.

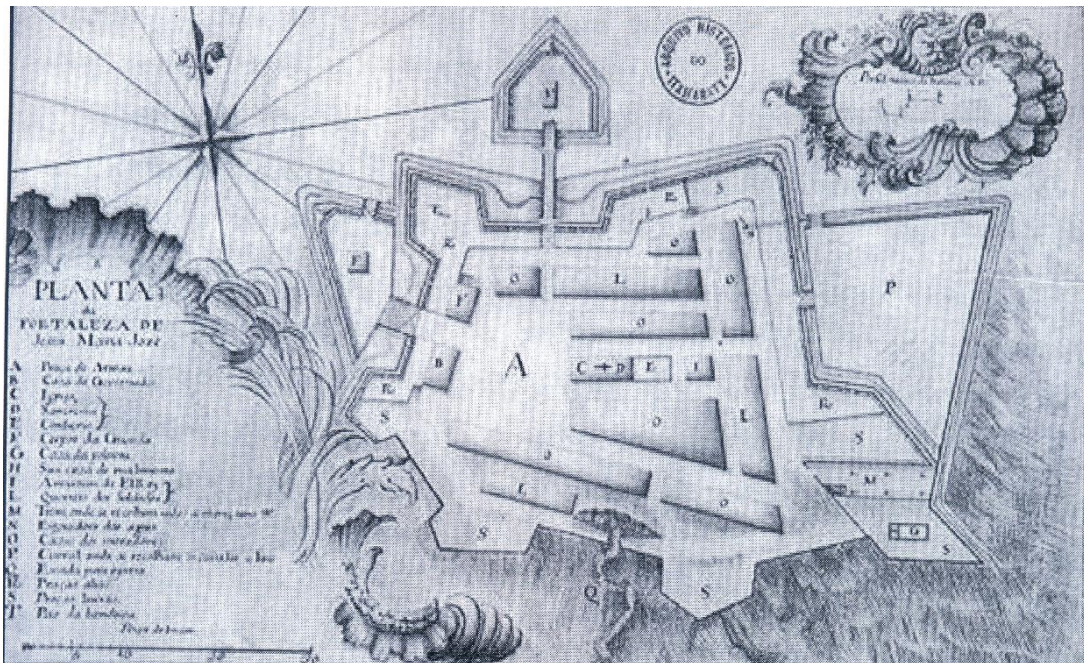


Figura 7: Planta da Fortaleza Jesus-Maria-José em Rio Pardo.<sup>54</sup>

A política aplicada era a de custeio econômico, que viabilizava a prática da colonização na campanha como ponto inicial da ocupação lusitana. Dentro desse processo ocupacional, as normas vigentes estabeleciam as doações de sesmarias com três léguas<sup>55</sup> de campo por sesmeiro. Entretanto, muitos sesmeiros possuíam até vinte léguas de campo, onde pastavam imensos rebanhos bovinos e se efetivava, paulatinamente, a ocupação luso-brasileira. Com essa organização foi possível o desenvolvimento das futuras charqueadas, as quais deram um impulso à região sulina no decorrer no século XIX, formando um conjunto de

<sup>54</sup> Fonte: Arquivo Histórico do Itamarati, Rio de Janeiro 1754. In. PETIZ, Silmei de Santa'Ana. *Caminhos Cruzados: famílias e estratégias escravas no contexto da fronteira de Rio Pardo, do Rio Grande de São Pedro (1750-1835)*. Tese de Doutorado apresentado no Programa de Pós-Graduação em História. UNISINOS, 2009., p. 46

<sup>55</sup> Uma légua equivale a 6.000 metros.

estâncias que viabilizarão o desenvolvimento do território sulino da Colônia com a produção do charque.

Todavia, mesmo antes das medidas políticas em prol de uma ocupação mais efetiva do território do extremo sul, a prática foi de uma colonização estratégica e da produção agrícola, que desenvolveu as estâncias charqueadoras, visto que ainda estavam muito esparsos os núcleos povoados. Segundo Nilo Bernardes:

Com o objetivo de acelerar o andamento da população, por demais rarefeitas em função da atividade extensiva dominante e, assim visando a garantir a subsistência, cogitou o governo de generalizar as atividades agrícolas introduzindo, no Rio Grande, os colonos.<sup>56</sup>

A estratégia dos portugueses era fazer com que os povoados formassem a base da colonização e a agricultura a concretização desta base, como ainda destaca Bernardes:

Foram eles [açorianos] localizados em núcleos diversos, desde 1748, contrabalançando a tendência geral para a dispersão em um período em que os perigos de guerra eram sempre iminentes. A localização destes açorianos, dado o objetivo a que se visava, obedeceu a um critério sobretudo estratégico, em pontos espaçados do caminho litorâneo (Rio Grande, Estreito, Mostardas, Conceição do Arroio – atual Osório) e ao longo da Depressão Central (Viamão, Morro de Sant'Ana), (Porto Alegre, Taquari, Rio Pardo).<sup>57</sup>

O assentamento dos imigrantes açorianos derivou de uma ação política desenvolvida pela administração luso-brasileira que queria estabelecer a ocupação territorial e legitimar, ante a Coroa Espanhola, suas reivindicações frente às possíveis investidas castelhanas pela manutenção de limites mais ao leste.

Durante os anos oitocentos, três pilares sustentavam a estrutura colonial: o fomento da agricultura, a preservação do grande latifúndio e a manutenção do sistema escravista. Com a independência de Portugal e a formação do Império no Brasil (1822), não foi alterada a política socioeconômica - preferiu-se manter a mesma estrutura administrativa assim como as formas de produção e exploração cativa em todas as regiões do Brasil. Na questão do sul, manteve-se uma agricultura de exportação, o latifúndio e a escravidão. O interessante é analisar que o latifúndio foi, e continua sendo um grande pilar da estrutura agrícola que ainda

---

<sup>56</sup> BERNARDES, Nilo. *Bases geográficas do povoamento do Estado do Rio Grande do Sul*. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1997. p.59.

<sup>57</sup> Idem.

imperava no Brasil. Os recordes de produção que hoje temos estão ligados à exclusiva posse da terra, ou seja, o latifúndio.<sup>58</sup>

Para a administração portuguesa, os campos sulinos não eram bons para agricultura, mas foi nesses campos que os açorianos se instalaram e constituíram pequenas propriedades agrícolas produtoras de trigo, em até certo momento dando retorno à Coroa, e chegando a exportar o produto. Os pequenos núcleos que se formaram nas terras do sul, produziram alguns tipos diferentes de produtos agrícolas. Em alguns casos, até empreenderam outras atividades, como a pecuária e a produção de charque. Segundo Paulo Zarth:

É pela pecuária que o sul aparece na historiografia tradicional que privilegia o latifúndio pastoril e as exportações. Por outro lado, os historiadores têm dado cada vez mais destaques para o estudo da imigração e colonização, para a agricultura, portanto, estabelecendo-se uma espécie de dualismo entre o setor pastoril e o setor colonial (dos colonos imigrantes dedicados à agricultura), entre latifúndio pastoril e a pequena propriedade agrícola.<sup>59</sup>

Como percebemos, na historiografia tradicional, a sociedade estava voltada para a manutenção de grandes fazendas e sua exportação. Somente há pouco tempo é que está sendo citada a agricultura que foi colocada em prática pelos colonos açorianos. Mas na historiografia contemporânea, entre as bases da produção econômica do Rio Grande do Sul destaca-se também a triticultura.

Paulo Zarth define três fases na economia agrícola do território de São Pedro, tendo no período de 1750 a 1820 sua primeira fase, com a produção da triticultura; na segunda fase, certo abandono da agricultura; e, na terceira fase, uma expansão da agricultura a partir da imigração dos colonos alemães.<sup>60</sup> A partir da leitura dos textos de Paulo Zarth e Mário Maestri, percebemos que a economia rio-grandense pode ser dividida da seguinte maneira: a *primeira fase*, com o início da agricultura com os imigrantes açorianos e tendo o trigo como produto de ponta no período de 1750 a 1780, chegando a atingir altos índices de exportação. A *segunda fase* partiria do decréscimo da triticultura e incremento de criação de gado como produto paralelo, dando desenvolvimento à pecuária entre 1780 a 1820. A *terceira fase* vai se

---

<sup>58</sup> Paulo Zarth afirma que “O latifúndio foi, também, um dos traços mais importantes do Brasil desde os tempos coloniais e cujos reflexos ainda hoje são notados com bastante intensidade”. ZARTH, Paulo Afonso. *Do Arcaico ao Moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: Ed. Unijui, 2002. p. 20.

<sup>59</sup> Idem, p. 28.

<sup>60</sup> ZARTH, Paulo Afonso. *Do Arcaico ao Moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: Ed. Unijui, 2002, p. 199.

apresentar com o incentivo aos imigrantes alemães, com uma agricultura voltada para manutenção interna e sendo utilizadas as terras florestais entre 1820 a 1850.<sup>61</sup>

Assim estava caracterizada a economia sulina até 1850 – enfatizamos que esta divisão é efetivada por motivos didáticos e que houve produções concomitantes em todos os períodos -, tendo no primeiro momento uma sociedade com bases na agricultura e fomento do imigrante açoriano; em um segundo momento, uma sociedade agropastoril, latifundiária baseada no trabalho escravo; e, em um terceiro momento, uma sociedade fundamentada no colono europeu com o trabalho livre, pautada na pequena propriedade e tendo uma importante função na manutenção interna de alimentos.<sup>62</sup>

Durante todo o período de estudo, entre 1780 e 1820, a economia agrícola do território de São Pedro teve um aumento significativo até 1814, decrescendo gradativamente até a década de vinte. No que diz respeito ao trigo, podemos verificar a importância de sua produção pelos números apresentados por Paulo Zarth para o início do século XIX:

---

<sup>61</sup> “Nos anos de 1750, com a chegada de colonos açorianos, surgiram importantes plantações de trigo nos arredores de Rio Grande, nas margens das lagoas, ao longo do Rio Jacuí. Em fins do século 18, Rio Pardo, Cachoeira, Encruzilhada e Triunfo eram importantes centros triticultores. Os trigos sulinos abasteciam as necessidades locais e seus excedentes eram exportados [...]. a partir de 1780, o acelerado desenvolvimento da produção de charque, que relançou poderosamente a criação animal, consolidou o Rio Grande do Sul como importante região escravista. [...], quando apenas iniciavam as práticas charqueadoras e pastoris sistemáticas, sugere a importância do cativo nesses recuados tempos [...]. A constituição, no Sul, a partir de 1824, de núcleos de camponeses europeus proprietários de pequenas parcelas de terra – colônias – não visou à substituição do trabalho feitorizado”. MAESTRI, Mário. *Uma breve história do Rio Grande do Sul: da pré-história aos dias atuais*. Passo Fundo: Ed. da Universidade de Passo Fundo, 2006, p. 95-97.

<sup>62</sup> “Para colonizar as Missões, a Coroa portuguesa mandou vir mais de quinhentos casais das ilhas atlânticas, sobre tudo das ilhas dos Açores e da Madeira, sob a promessa de terras, ferramentas, sementes, ajuda de custo etc. [...]. até 1754, uns três mil açorianos estabeleceram-se no Rio Grande do Sul, ou seja, dois terços da população luso-brasileira da região. Idem, p. 23. O gado desenvolveu-se com facilidade no sul principalmente em função das características favoráveis de território, coberto por vastas campinas com boas pastagens naturais. [...]. Este fenômeno teve grande influência na formação da estrutura agrária da província. [...]. Naturalmente, o gado espalhou-se pelas áreas de campo nativo, nas quais seriam estabelecidas as primeiras fazendas pastoris. [...], diante das circunstâncias ecológicas oferecidas para a criação de animais, os moradores preferissem ocupar as áreas de pastagens nativas que ofereciam gratuitamente as condições para produzir gado. ZARTH, Paulo Afonso. *Do Arcaico ao Moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002, p. 51. ‘O Brasil precisava de novo tipo de colonos, pequenos proprietários livres que cultivassem as terras de mata com auxílio das respectivas famílias e que não tivessem interessados nem no trabalho escravo, nem na criação de gado. O novo colono deveria ser tanto um soldado, como um agricultor, para poder tanto defender a sua terra como cultivá-la’. WAIBEL apud BERNARDES, Nilo. *Bases geográficas do povoamento do Estado do Rio Grande do Sul*. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1997, p. 67-68.

Tabela 1: Exportação de Trigo 1805-1822

<i>Exportação de Trigo por alqueires</i>			
Ano	Alqueires	Ano	Alqueires
<b>1805</b>	136.825	<b>1814</b>	270.349
<b>1806</b>	87.755	<b>1815</b>	288.447
<b>1807</b>	140.338	<b>1816</b>	279.621
<b>1808</b>	257.303	<b>1817</b>	133.359
<b>1809</b>	154.038	<b>1818</b>	76.395
<b>1810</b>	190.545	<b>1819</b>	121.542
<b>1811</b>	205.534	<b>1820</b>	109.608
<b>1812</b>	213.928	<b>1821</b>	118.762
<b>1813</b>	342.087	<b>1822</b>	37.362

Fonte: *Do Arcaico ao Moderno*<sup>63</sup>

Pela tabela 1, podemos perceber o quanto à triticultura foi representativo em parte do nosso período de análise – essencialmente nosso recorte temporal fixa-se na ascensão e decadência desta produção agrícola e no concomitante incremento de cativos resultante deste processo de desenvolvimento econômico no território de São Pedro. Mesmo durante os conflitos que se sucederam na conquista da fronteira. A causa da decadência da produção de trigo, naquele contexto, foi a praga conhecida como ‘ferrugem’, favorecendo as importações de trigo direto dos Estados Unidos da América que abasteceram o Império no período de 1822 em diante. Neste período, o Brasil tornou-se o maior importador de trigo daquele país.

Paralelamente à produção agrícola, se desenvolvia, ativamente, a pecuária, a qual passou a ser um atrativo econômico. Com a decadência da triticultura, a prática agrícola ficou mais centralizada na produção de subsistência e na manutenção da Colônia, que mais adiante passaria a ser Império. A exportação da Capitania sulina ficou subordinada aos produtores de charque no decorrer do século XIX.

Também temos que levar em conta que os movimentos de deslocamento da população para as guerras que foram travadas, principalmente na questão fronteiriça atingiram diretamente a produção agrícola que era, então, desenvolvida. Isso prejudicou em muito o desenvolvimento deste setor no período de definições fronteiriças, dando ênfase para a cultura agropastoril, principalmente na região de Rio Pardo. Em um quadro demonstrativo, Paulo

<sup>63</sup> ZARTH, Paulo Afonso. *Do Arcaico ao Moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002, p. 201.

Zarth descreve que a pecuária estava presente na maioria dos municípios e vilas que se constituíram no território de São Pedro; como exemplo, em Rio Pardo, que teve uma base na triticultura e variou a produção com a mandioca, milho, feijão, cana, mate, produtos da agricultura e vacum, cavalo, mula e ovelha na criação de animais, aonde vai se destacar a mula como produto animal exportado pelos estancieiros.<sup>64</sup>

Rio Pardo, durante o período de 1780 a 1820, teve um importante papel na questão de fronteira, economia e sociedade. As relações que surgiram nesta Vila (cidade) são o foco do trabalho que se apresenta. Como em toda a Colônia, a escravidão teve sua importância na sua organização de trabalho e exploração. Nas fazendas, o negro foi utilizado em serviços domésticos, na lida campeira e na produção agrícola de manutenção e subsistência. Nas cidades, eles realizavam outras atividades como cozinheiros, carpinteiros, pajens, carregadores, confeitores, pedreiros, etc., vivendo próximos ao seu senhor.

O auge da escravidão sulina vai se configurar com o desenvolvimento econômico das estâncias charqueadoras, sendo que esse movimento vai ser determinante para a escravidão no Rio Grande do Sul, pois as relações que surgiram permearam o sistema escravista. Mas, percebemos que em Rio Pardo, por fatores externos e internos de fronteira (forças centrífuga e centrípeta, conforme aponta Golin<sup>65</sup>), as relações entre senhores e escravos apresentaram peculiaridades, como se percebe nas fontes primárias. “Vicente crioulo e Laura parda, casaram-se em 09/01/1803 em Rio Pardo. Sendo ele escravo do senhor João de Deos Mena Benites, ela escrava do Capitão José Pinto da Fontoura”.<sup>66</sup> De todo modo, faz-se mister destacar que a inserção do negro nas “*plagas sulinas*” deriva de um regime de propriedade pautado nas fazendas e estâncias. Como destaca Maestri:

A presença de escravos negros nas primitivas “estâncias” gaúchas ainda não está definida. E é um problema deveras complexo. Não se trata, somente, de fixar a presença do africano nos primeiros estabelecimentos pastoris; trata-se, também, de definir a estrutura e a revolução histórica do que se chamou, genericamente, de “fazenda” ou “estância”. Trata-se de definir sua economia interna. Somente feito isso podemos vislumbrar com clareza o papel que teve ali o escravo negro.<sup>67</sup>

<sup>64</sup> ZARTH, Paulo Afonso. *Do Arcaico ao Moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002, p. 203.

<sup>65</sup> GOLIN, Tau. *A Fronteira*. Porto Alegre: L&PM, 2002. p. 110-111

<sup>66</sup> Ver Capítulo III da presente dissertação.

<sup>67</sup> MAESTRI, Mário. *O Escravo no Rio Grande do Sul: a charqueada e a gênese do escravismo gaúcho*. Caxias: Editora da Universidade de Caxias do Sul, 1984, p. 45.

Mário Maestri é cauteloso para a definição do termo “fazenda”, que pode ser utilizado para nomear tipos diversos de produção, especificar criações de animais e alguma produção de alimentos para o consumo, ou ainda para denominar territórios onde há exclusividade agrícola intercalada com uma pequena produção pecuária. “sob o nome de ‘fazenda’, podemos encontrar desde o estabelecimento dedicado, exclusivamente, à criação animal, [...], até a propriedade voltada prioritariamente à plantação e com poucos animais”.<sup>68</sup> Já Helen Osório apresenta uma concepção para o termo “estância” - originária do espanhol platino – para descrever “as unidades produtivas em que se criava gado, sem nenhuma conotação de tamanho”.<sup>69</sup>

Neste trabalho iremos considerar *estância* como uma forma específica de propriedade e exploração, com uma economia interna voltada para produção de animais, direcionada para exportações e grande produtividade, ou seja, uma charqueada e sua produção, não esquecendo que em seu meio há uma pequena produção agrícola para subsistência e manutenção dos empregados. Já a *fazenda* está situada em outro patamar, ela se efetiva como uma pequena produção agrícola de subsistência e animais domésticos, para a lida e fornecedores de alimentos, mas no caso de uma grande fazenda, fica estabelecida uma produção agrícola com abastecimento de uma pequena criação de animais.<sup>70</sup> Interessante destacar a necessidade de solicitação de uma licença à administração para formar *fazendas* e *estâncias* nas terras conquistadas. Desta forma a administração tinha controle sobre a distribuição das terras e também conhecimento da produção agropastoril a que estariam destinadas às concessões. Este procedimento foi apontado por Maestri, que destaca: “Manuel de Barros Pereira pede licença, em 1737, para Silva Pais, para fazer uma estância na paragem chamada o Salso, promete povoá-la com dois negros, cavalos e éguas”.<sup>71</sup> No caso de Manuel de Barros, fica evidente que o mesmo queria formar uma *estância*, criar animais. Em comparação com os colonos açorianos, tal prática é bastante diversa, já que estes produziam grande quantidade de trigo, chegando a exportar para outras colônias e Capitânicas, ou seja, dedicavam-se, sobretudo, à agricultura.

A produção agrícola no território de São Pedro não teve como corolário a ampliação da mão de obra escrava extensiva, como ocorreu no nordeste da colônia. Um dos motivos para tal diversidade de aplicação de escravos no sul seriam a baixa rentabilidade dos produtos

---

<sup>68</sup> Idem.

<sup>69</sup> OSÓRIO, Helen. *Estrutura Agrária e Ocupacional*. In. BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau. *Colônia I. História Geral do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Méritos. 2006, p. 154.

<sup>70</sup> FERNANDES, Francisco. *Dicionário Brasileiro Globo*. 42. ed. São Paulo: Globo, 1996.

<sup>71</sup> Idem, p. 50.



e seu direcionamento para o mercado interno, em princípio. Importante ainda ressaltar que os pequenos produtores possuíam escravos, em média, de um a cinco, o que não configura o uso extensivo da mão de obra cativa, embora ela esteja presente. Neste sentido, também destacamos que a relação destes escravos com seus senhores eram um tanto peculiar. Segundo Maestri, “Os pequenos senhores de escravos da agricultura gaúcha e suas famílias deviam trabalhar, na maioria das vezes, lado a lado, sol a sol, com seus escravos”.<sup>72</sup> Pois em geral trabalhavam juntos no campo. Helen Osório se posiciona da seguinte maneira: “A opção pelo uso de um tipo ou outro de trabalhadores dependeu de um grande número de fatores, mas o certo é que homens livres e cativos trabalharam lado a lado nas lides campeiras”,<sup>73</sup> ou na produção agrícola. Paulo Zarth escreve em sua obra do *Arcaico ao Moderno*, com base na obra de Jorge Salis Goulart que defendia uma democracia rural e racial que foi forjada nas estâncias, e que esse historiador defendia uma aproximação entre senhor e escravo. “Estancieiros, peões e escravos seriam quase iguais socialmente. As famílias dos despossuídos formavam com os donos da estância uma “unidade afetiva”, com “laços de intimidade democrática””.<sup>74</sup> Deste modo, poderíamos dizer que a sociabilidade entre senhor e escravo e homens livres se fazem presente nesse contexto apresentado.

A formação de Rio Pardo foi extremamente importante no contexto de disputas fronteiriças e de ocupação luso-brasileira sulina. A instalação de famílias e o aumento populacional decorrente da invasão espanhola em Rio Grande (1763-1776) alteram o panorama do então vilarejo. Basicamente, a sociedade local estava dividida entre militares, colonos, comerciantes, donos de charqueadas, clérigos e escravos. Os militares estavam em Rio Pardo desde a fundação do forte Jesus-Maria-José (1753) e consolidou-se com o tempo, pois muitas terras foram a estes delegadas em razão de suas lutas contra os espanhóis. Os colonos eram os imigrantes açorianos que se instalaram em torno do forte, produzindo trigo e concedendo ao território de São Pedro o título de maior exportador de trigo da colônia no final do século XVIII e início do século XIX. Consequentemente, o comércio também se desenvolveu e, com ele, uma economia estável em Rio Pardo.<sup>75</sup>

---

<sup>72</sup> MAESTRI, Mário. *O Escravo no Rio Grande do Sul: a charqueada e a gênese do escravismo gaúcho*. Caxias: Editora da Universidade de Caxias do Sul, 1984, p. 49.

<sup>73</sup> OSÓRIO, Helen. *Estrutura Agrária e Ocupacional*. In. BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau. *Colônia I. História Geral do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Méritos. 2006, p. 167.

<sup>74</sup> ZARTH, Paulo Afonso. *Do Arcaico ao Moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002, p. 105.

<sup>75</sup> MAESTRI, Mário. *A Ocupação do Território: da luta pelo território à instalação da economia pastoril charqueadora escravista*. Passo Fundo: Ed. da Universidade de Passo Fundo, 2006, p. 24. WEHLING, Arno. *Formação do Brasil Colonial*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 171-174. PETIZ, Silmei. *Caminhos Cruzados: famílias e estratégias escravas no contexto da fronteira de Rio Pardo, do Rio Grande de*

Além da produção agrícola, também estavam se desenvolvendo as charqueadas na fronteira oeste. Estas foram impulsionadas após a queda da produção agrícola – muito em razão da praga denominada ferrugem – e do investimento de capitais na pecuária. Com o financiamento destinado então para a produção do charque, houve incremento da introdução do negro escravo na região e a configuração de um novo perfil econômico à região da “tranqueira do Rio Pardo”, agora agropastoril.

Tabela 2: Escravos em Rio Pardo no período de 1762-1829

<i>Nação</i>	<i>Escravos</i>	<i>Forros</i>	<i>Livres</i>	<i>Total de negros</i>
Angola	66	9	-	75
Benguela	84	8	-	92
Cabo Verde	2	1	-	3
Costa da Mina	11	1	-	12
Costa da Guiné	176	24	5	205
Cabilda	5	-	-	5
Congo	19	6	-	25
Da Costa	17	-	-	17
Moçambique	2	-	-	2
Rebolo	6	3	-	9
Crioulo	54	5	-	59
Pardo	23	29	5	57
Sem Nação	146	39	22	207
<b>Total de escravos</b>	<b>611</b>	<b>125</b>	<b>32</b>	<b>768</b>

Fonte: Assentamento de casamentos.<sup>76</sup>

A tabela 2 apresenta uma amostragem *parcial* da quantidade de escravos que adentraram no território de São Pedro da metade do século XVIII até a década de 20 do século XIX, tendo um total de 768 negros que se *casaram* em Rio Pardo. O censo de 1780 apresentava uma população total no Rio Grande do Sul de 17.923 habitantes. Sendo que

*São Pedro (1750-1835)*. Tese de Doutorado apresentado no Programa de Pós-Graduação em História. UNISINOS, 2009, p. 36-42.

<sup>76</sup> Livros de assentamento de casamento de escravos da Igreja Católica no período de 1762 a 1829 – Cúria Metropolitana de Porto Alegre/RS.

desse número 2.374 habitantes (tabela 3) estavam em Rio Pardo, distribuídos entre 1.317 brancos, 438 índios e 619 escravos que representavam 47,0% da população total de Rio Pardo. Se pegarmos os casamentos exemplificados (tabela 2), que é de 768 e dividir pelo número de escravos que estavam locados em Rio Pardo (1780), que é de 619 cativos (tabela 3) no período de estimativa, temos um percentual de 80,6% de casamentos que representam escravos em formação social familiar em Rio Pardo em 1780.

Em 1814, foi elaborado outro senso pela administração colonial, que verificou um aumento populacional em comparativo com o anterior, passando para 70.656 habitantes em toda a província. Em Rio Pardo a população estava distribuída na seguinte ordem: 5.931 brancos, 818 índios, 969 livres e 2.429 escravos (tabela 3), esses representavam 23,26% da população que totalizava 10.445 habitantes em Rio Pardo.<sup>77</sup> Somados os livres e escravos, temos a quantia de 3.398 negros, que dá um percentual de 32,54% da população rio-pardense. Comparando os números do período de 1780 (2.374 habitantes) a 1814 (10.445 habitantes), verificamos um aumento populacional em Rio Pardo de 22,73% de habitantes. Analisando os números de negros em 1780 (619) e (3.398) em 1814, é possível perceber um aumento de 18,21% de negros em Rio Pardo, isso representa uma diferença de 1.810 negros a mais no período de estudo, (tabela 3).

Esse aumento de 1.810 escravos em comparação do período de 1780 para o de 1829, temos a possibilidade dos 768 casamentos encontrados nos livros de assentamentos matrimoniais da Igreja Católica e expostos na tabela 2, visto que aumentava a oferta de mulheres pelo aumento do contingente negro. Ainda podemos perceber a diversidade étnica que adentrou no continente de São Pedro - 611 cativos (tabela 2) de etnias africanas com denominações diferentes dos nascidos no Brasil. Os 125 forros (tabela 2) são os sujeitos que conseguiram suas alforrias de diversas maneiras, sendo por intermédio de bons serviços, por compra, por velhice ou por outros motivos que foram relevantes para os senhores em dar uma alforria, formando assim uma forma de resistir<sup>78</sup> e adquirir sua liberdade através de documento legitimado pelos seus senhores. Os 32 livres (tabela 2) representam os negros que nasceram livres das relações entre os cativos e forros durante o período de estudo, sua liberdade em geral é dada na pia batismal, onde com a graça de Deus o senhor dava liberdade

---

<sup>77</sup> ASSUMPCÃO, Jorge Euzébio. *A Produção Charqueadora e a Mão-de-Obra Servil*. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau. *Colônia I. História Geral do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Méritos. 2006, p. 195-196. BERNARDES, Nilo. *Bases geográficas do povoamento do Estado do Rio Grande do Sul*. Ijuí: Ed. UNIJUÍ. 1997. p. 63.

<sup>78</sup> Os dados apresentados estão nos registros de casamentos, pois está especificada a condição social dos noivos. Livros de assentamento de casamento de escravos da Igreja Católica no período de 1762 a 1829 – Cúria Metropolitana de Porto Alegre/RS.

a criança, mas fazia relevâncias de ordem que esse somente deveria sair de sua tutela na maior idade, permanecendo então como livre, mas alienado ao senhor pela condição da mãe .

Em princípio, os negros que adentraram no continente de São Pedro, formavam um contingente de escravos direcionados para trabalhos diversos. No decorrer do tempo foram constituindo categorias, ou classificações que os levaram para assimilações de seu cotidiano de acordo com sua realidade como escravo, ex-escravo ou livre. Daí os números que aparecem na tabela 2, sendo então formado um contingente de pessoas negras, mas com classificações que foram se constituindo no decorrer do tempo, através das “negociações” que se forjaram, por intermédio de um movimento aparentemente de resistência na visão do escravo e por interesse de dominação e controle a través da superexploração na visão do senhor.

Dos 768 negros (tabela 2), entre escravos, forros e livres, temos percentuais que mostram como se formava os laços de solidariedade entre esses agentes. Dos 768 negros temos 79,56% de escravos, 16,28% de forros e 4,17% de livres. Estes números formam o total de negros apurados que possivelmente constituíram laços afetivos através do casamento, estando em conformidade tais relacionamentos para uma homogeneidade entre esses agentes para formar laços de solidariedade, sociabilidade em forma de resistência ao sistema escravista.

Tabela 3: População de Rio Pardo no período de 1780-1814

<b>Ano</b>	<b>Branços</b>	<b>Indígenas</b>	<b>Livres/todos</b>	<b>Pretos</b>	<b>Recém-nascido</b>	<b>Total</b>
1780	1.317	438	-	619	-	2.374
1814	5.931	818	969	2.429	298	10.445

Fonte: História Ilustrada do Rio Grande do Sul.<sup>79</sup>

O desenvolvimento demográfico por amostragem anual, como consta na tabela 3, foi impulsionado pela concepção de produção econômica (o desenvolvimento da charqueada), desta maneira, podemos perceber como vai se constituindo a sociedade organizada dentro da Colônia, principalmente, nas terras sulinas, já que existem diferentes indivíduos em relação: brancos, negros e índios. Afora as trocas realizadas entre os diferentes agentes da colonização

<sup>79</sup> WEIMER, Günter. *O Trabalho escravo no Rio grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1991, p. 10. *História Ilustrada do Rio Grande do Sul*, 1998. In. PETIZ, Silmei de Santa'Ana. *Caminhos Cruzados: famílias e estratégias escravas no contexto da fronteira de Rio Pardo, do Rio Grande de São Pedro (1750-1835)*. Tese de Doutorado apresentado no Programa de Pós-Graduação em História. UNISINOS, 2009, p. 86.

das “*plagas sulinas*”, onde houve a tendência à manutenção dos dispositivos organizacionais, morais, culturais e legais dos portugueses. Segundo Arno Wehling:

O elemento branco, português, reproduziu na Colônia a sociedade estamental de onde, provinha, adaptando-a às novas condições. Trouxe seus valores, sua organização jurídica hierarquizada, suas regras familiares (casamento, filiação, sucessão), patrimoniais (posse, administração dos bens) e obrigacionais (contratos, execuções e dívidas, responsabilidade civil), tudo temperado por duas situações contraditórias: de um lado, a sensação de liberdade do Novo Mundo, [...], de outro, a moralidade repressora do barroco ibérico, bem no espírito do Concílio de Trento, que foi representada na Colônia pelos visitantes do Santo Ofício e pelos jesuítas.<sup>80</sup>

No decorrer dos séculos de servidão, as possibilidades de reconstrução dos fundamentos culturais africanos, como elementos de preservação de “identidade africana”, foram possíveis através da formação das famílias escravas. Esta possibilidade de constituição familiar, mesmo que autorizada, legitimada e regularizada pelos proprietários e pela Igreja, tornou possível a transmissão de valores para as novas gerações de uma forma mais intensa do que acontecia com filhos de escravos destituídos de uma célula familiar definida. Para tanto, as relações de sociabilidade entre senhores e escravos deveriam estar sendo constituídas e solidificadas há muito, pois viabiliza a possibilidade de casamentos entre cativos e denota tanto a tentativa de estabilizar os escravos na propriedade de seu senhor, provendo-lhe algum tipo de satisfação com a conquista deste direito, quanto a superexploração pretendida pelo senhor que se beneficiavam tanto da possível diminuição de revoltas, do trabalho nas suas lavouras e nos pequenos terrenos disponibilizados aos escravos e de eventuais dividendos que poderiam ser destinados à compra da alforria de algum dos membros da família.

Tabela 4: Escravos arrolados em inventários *post-mortem* de Rio Pardo 1780-1820

<b>Escravos</b>	<b>Total</b>
Homens	236
Mulheres	195
Crianças	80
<b>Total</b>	<b>511</b> escravos

Fonte: Inventários *post-mortem* de Rio Pardo – APERS

<sup>80</sup> WEHLING, Arno. *Formação do Brasil Colonial*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 331.

Na tabela 4, podemos verificar como estava dividida a sociedade escrava nesse período, sob forma de amostragem do que aparece nos inventários *post-mortem*. Desta forma, a possibilidade de casamentos se constitui dentro da fronteira oeste, sendo legitimada pelos noivos, pelos senhores e pela Igreja. O inventário *post-mortem* tem uma funcionalidade de redigir o todo que era de pertences aos indivíduos que viviam dentro da colônia portuguesa, ou seja, é um documento que legitima uma população e seus bens como forma para futuras investigações econômicas, neles se encontram diversas informações que viabilizam perceber como era tida a sociedade e o controle que o Império continha. Também serviria para divisão de bens entre os herdeiros. Nos livros de assentamento matrimoniais da Igreja, aparece o critério que era usado para legitimar esses casamentos dentro dessa sociedade escravista, onde através da vontade do senhor e passando pelos registros da Igreja, as vias de fato sobre essa união, se concretizava e definia a situação social dos cativos, especificando sua origem, seu senhor, e sua condição anteriormente ao casamento.

Se fizermos uma estimativa hipotética de casais formando pares, temos 195 casais e sobram 41 escravos homens, desses casais temos uma média de 41,1% de crianças que dá em média 2,4 crianças por casal, mas é somente uma hipótese. Sabemos que em muitos casos, havia muitos casais com várias crianças. O que é de certeza é que dessas uniões nasceram as 80 crianças que aqui foram arroladas, sendo consideradas crianças com idade de 0 a 14 anos – a partir desta idade constavam como adultos. Quanto aos inventariados, dos 140 inventários processados, a grande maioria era de proprietários rurais e alguns comerciantes, sendo que também aparecem ex-escravos como senhores.<sup>81</sup>

Em Rio Pardo existiu a real possibilidade de casamentos entre cativos.<sup>82</sup> Os documentos e estudos já realizados sobre o tema indicam que os mesmos só conseguiriam casar-se de acordo com a vontade de seu senhor e, para isso, “as relações próximas afetivas” poderiam favorecer esses casamentos. Para o senhor, se mantinham os escravos mais satisfeitos e as fugas eram diminuídas, além de outros benefícios. Já para os cativos era a possibilidade de formar e consolidar seus laços afetivos e culturais e investir na manutenção e estabilidade de sua relação familiar. Também aparecem casamentos entre escravos e forros,

---

<sup>81</sup> Nos inventários *post-mortem*, aparecem ex-escravos como donos de escravos. *Joaquim dos Santos (forro)* possuía dois escravos. 1811. Caixa 007.0252, intervalo – 73-86, 01/01/1801 a 31/12/1803. *José de Sousa (preto forro)*. Possuía dois escravos. processo 11, 1815. *Ana Maria (preta)* possuía um escravo. Processo 230, 1817. *Joaquim José dos Santos (preto forro)* possuía um escravo. Processo 01, 1812. Rio Grande do Sul. Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público. *Documentos da escravidão: inventários : o escravo deixado como herança*; Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010.

<sup>82</sup> Livros de assentamento de casamento de escravos da Igreja Católica no período de 1780 a 1820 – Cúria Metropolitana de Porto Alegre/RS.

escravos e livres, forros e livres, forros e índios e libertos. Assim, fica evidente que houve uma grande quantidade de casamentos mistos, o que torna a questão ainda mais intrigante para a análise, pois em estudos sobre o tema, geralmente os casamentos ocorrem entre escravos de um mesmo plantel.

Tabela 5: Casamentos de escravos em Rio Pardo 1780-1820

<b>Casamentos</b>	<b>1780-1800</b>	<b>1801-1820</b>	<b>Total</b>
Escravos	102	98	200
Escravos e forros	7	22	29
Escravos e livres	0	5	5
Forros e livres	7	17	24
Forros e forros	7	23	30
Forros e índio	1	3	4
Libertos	0	5	5
<b>Total</b>	<b>124</b>	<b>173</b>	<b>297</b>

Fonte: livros de assentamento de casamento <sup>83</sup>

Como percebemos na tabela 5, houve um total de 297 casamentos em Rio Pardo durante o período de estudo (1780-1820). As possibilidades que levaram a se formar esses casais podem ocultar elementos distintos entre eles, mas o que não podemos deixar de ver é que mesmo estando em um estado de cativo, o homem negro teve que se moldar à sociedade ocidentalizada, fazendo, assim, valer a negociação entre sua condição e o senhor. No período de 1780 a 1800, foram constatados 41,76% de uniões matrimoniais de um total de 297 (1780 a 1820) casamentos de diversas condições sociais desse período. De 1801 a 1820 teve um aumento de 58,25% do total de 297 casamentos do mesmo período, demonstrando um percentual de 71,67% de cada tempo de estudo (1780-1800 e 1801-1820). Portanto, destacamos que as relações próximas de sociabilidades prevaleceram e deram aos cativos as possibilidades de formarem suas uniões matrimoniais estáveis e “resistirem”, mesmo que por vias pacíficas, a alguns elementos do sistema escravista.

<sup>83</sup> Idem.

\* \* \*

Neste capítulo, analisamos a constituição da Capitania sulina e seu progressivo processo de ocupação e exploração econômica. O destaque foi dado a Rio Pardo, foco de nossa análise e que apresenta – como evidenciamos – inúmeros elementos passíveis de uma análise menos monolítica e parcial sobre as condições sociais e culturais dos cativos envolvidos no desenvolvimento da região. Após apresentar os vetores da inserção do negro na região sul da Colônia Brasil, nos deteremos a analisar novas propostas historiográficas que avaliam, de uma maneira mais valorativa, a presença e agência do negro no período colonial brasileiro e que nos respaldam a analisar a configuração da família escrava em Rio Pardo – o que será feito no Capítulo III deste trabalho.



## **CAPÍTULO II**

### **AS RELAÇÕES DE SOCIABILIDADE ENTRE OS CATIVOS: UM NOVO OLHAR SOBRE O COTIDIANO DOS ESCRAVOS NO BRASIL**

## 2.1 A escravidão na formação do Brasil Colonial

O conceito de escravidão é polêmico e polissêmico, abarcando um conjunto de concepções e realidades distintas, a noção de escravidão carrega consigo um amplo cabedal conceitual que dificulta sua compreensão – daí a necessidade de circunscrever a realidade que se pretende analisar para, a partir de então, definir de que escravidão se está falando. Em nosso trabalho, referimo-nos à escravidão praticada na América do Sul, mais específico na colônia portuguesa no Brasil e que parte da concepção de que o escravo é uma mercadoria, *uma coisa*, um bem de seu proprietário. Segundo Marcelo Rede para escravidão:

Seria necessário, antes de mais nada, reafirmar a dificuldade de estabelecer um conceito de escravidão minimamente satisfatório para dar cobertura a manifestações históricas muito diversificadas. É possível que o impasse se deva, sobretudo, ao fato de que a escravidão, ao contrário do que muitas vezes se tem insistido, não seja um *status*, mas um processo. Ela não se apresenta como uma situação imóvel (que poderia, então, ser definida por critérios imutáveis), mas como uma complexidade dinâmica, que exige, portanto, para a sua apreensão, um conjunto de conceitos analíticos que dê conta de sua fluidez.<sup>84</sup>

Ciro Flamarion Cardoso, em estudo já tido como clássico sobre o tema, descreve dois tipos diferentes de situações de escravismo ao comparar a escravidão na América e na antiguidade clássica. Segundo o autor nestes contextos teríamos um tipo de escravismo comunitário (trabalho compulsório de todos os membros de uma comunidade) e o escravismo mercadoria, tal como encontrado neste continente após a conquista e ocupação ibérica. Todavia, afora estes padrões, teríamos também especificidades na escravidão da América, como no trabalho comunitário compulsório realizado nas “reduções jesuíticas” e no repartimento dos índios no início da colonização, onde uma espécie de escravismo comunitário foi também realizada por algum tempo. Já no caso do negro africano estaria configurado claramente o escravismo mercadoria.

Estamos convencidos de que um raciocínio análogo permitiria sistematizar em forma útil a classificação – usualmente confusa devido, entre outras razões, a uma nomenclatura superabundante nas próprias fontes primárias – das formas de trabalho compulsório discerníveis nas Américas até o século passado; e ajudaria a perceber a lógica de sua adoção.<sup>85</sup>

<sup>84</sup> REDE, Marcelo. *Escravidão e Antropologia*. In. CARDOSO, Ciro F. *Escravidão Antiga e Moderna*. Revista Tempo, Vol. 3 – nº 6, Dezembro de 1998. p. 1

<sup>85</sup> CARDOSO, Ciro F. *Escravidão Antiga e Moderna*. Revista Tempo, Vol. 3 – nº 6, Dezembro de 1998, p. 6.

O que o autor entende é que o pesquisador deveria olhar com mais atenção para as fontes e perceber o quanto elas “falam nas entrelinhas”. As Coroas Ibéricas colocaram em prática outra forma de escravismo, corroborado pelo fator de “superioridade” intelectual e de valorização do ocidentalismo como oposição a qualquer outro tipo de sociedade e cultura. Ou seja, um escravismo moderno com base na inferioridade e discriminação.<sup>86</sup> A formação de um discurso ideológico que legitima o processo de escravização do negro foi constituída pelos dirigentes da administração, respaldados em intelectuais, religiosos e demais autoridades que se dedicaram a refletir e sistematizar esta concepção depreciativa do negro da própria condição humana plena.

Ainda sobre a questão do escravo *coisa*, Sidney Chalhoub<sup>87</sup> contribui com a luz do conhecimento de um autor do século XIX, Perdígão Malheiros que já retratava as questões sobre os direitos dos escravos como seres humanos em 1860: “reduzido à condição de *cousa*, sujeito ao poder e domínio ou propriedade de outro, é havido por morto, privado de todos os direitos, e não tem representação alguma”.<sup>88</sup> Assim Malheiros tenta esclarecer uma visão mais ampla sobre o que representa o negro escravo na sociedade, buscando conceitos que desmontasse a ideologia preconceituosa sobre uma inferioridade construída através de um discurso racista para ser aplicado pelo branco de forma exploratória o uso do negro como mão de obra. Chalhoub ainda cita de forma explicativa que.

Perdígão Malheiros esta preocupado em esclarecer a situação do escravo do ponto de vista estritamente legal. O autor esclarece também que o senhor é proprietário do escravo apenas ‘por ficção’, ficção esta que é essencial no ordenamento jurídico da sociedade em questão. Ou seja, o objetivo aqui é o desmanche da ideologia da escravidão, mostrando que a existência de tal instituição é um fato da história humana, uma invenção do direito positivo, e não algo inscrito na natureza mesma das coisas.<sup>89</sup>

Fernando Henrique Cardoso também descreve sobre essa questão da propriedade escrava, ou *a coisa* constitucionalizada, já que também cita Perdígão Malheiros em sua obra *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*, onde busca perceber a condição social do escravo. “a reificação do escravo produzia-se objetiva e subjetivamente. Por um lado, tornava-se uma peça cuja necessidade social era criada e regulada pelo mecanismo econômico de

<sup>86</sup> REDE, Marcelo. *Escravidão Antiga e Moderna*. Revista Tempo, Vol. 3 – nº 6, Dezembro de 1998, p. 1-4.

<sup>87</sup> CHALHOUB, Sidney, *Visões de Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

<sup>88</sup> MALHEIROS apud CHALHOUB, 1990, p. 36.

<sup>89</sup> Idem p. 36

produção”.<sup>90</sup> Ou seja, o capitalismo que se consolidava na região sul, mais específico nas charqueadas, dava essa condição da coisificação do negro escravo a partir do discurso que foi amplamente constituído, onde o negro era inferior ao branco. “por outro lado, o escravo auto-representava-se e era representado pelos homens livres como um ser incapaz de ação autonômica”.<sup>91</sup> Tal discurso está completamente errado, pois as ações de compreensão dos negros mostram em vários pontos da constituição das fontes primárias, uma reivindicação de direitos em prol de seu bem-estar dentro do sistema escravista. Para Chalhoub a estratégia de Malheiros é conscientizar os setores conservadores a pensar uma verificação da realidade da escravidão em dois ângulos:

por um lado, mostrando que o domínio que o senhor exercia sobre o escravo tem por base disposições do direito positivo, e não do ‘direito natural’: por outro lado, argumentando que o cativo é uma ‘organização anormal do estado social’, que exclui a ‘parte escrava da comunhão social, vivendo quase como parasita em relação à sociedade’.<sup>92</sup>

Eis elementos de uma visão ideológica que foi criada do escravo sendo visto como um *ser passivo* de suas ações, e não como um agente social que prevalecia a suspensão de sua liberdade em detrimento do enriquecimento do outro, assim vai se constituindo a coisificação que na historiografia clássica construiu sobre o negro escravo, mas por vários estudos recentes fora rejeitada e transformada essa imagem em um tipo sobrevivente dentro do processo escravista. Ciro Cardoso quando defende que temos que verificar as entrelinhas dos documentos para realmente percebermos o sujeito negro ativo e histórico dentro do escravismo, pois o escravo rebelde contrapõe-se ao escravo *coisa*. Também poderíamos usar essa concepção de direito positivo e direito natural exposto acima para o escravismo do índio, pois também teve rotulações e depreciamento de sua personalidade dentro da estrutura capitalista que estava sendo montada na ocupação do Brasil.

Um dos grandes problemas da Coroa era a mão de obra a ser aplicada no processo de colonização a partir de 1530, quando do incentivo à ocupação territorial por meio da estruturação das Capitânicas Hereditárias, organizadas, geridas e financiadas por donatários. Estes passam a estimular a imigração pautando-se, também, no forte imaginário legado às Américas que mobilizava camponeses a buscarem constituir no Novo Mundo a riqueza que

---

<sup>90</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 125.

<sup>91</sup> Idem.

<sup>92</sup> CHALHOUB, Sidney, *Visões de Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 37.

lhes propiciaria uma vida melhor – aqui estaria o ‘eldorado’, ou paraíso que Colombo queria encontrar.

Um fato interessante neste início da colonização foi o apelo aos colonos portugueses para o trabalho braçal. O grande número de portugueses que vieram para o Brasil eram trabalhadores livres, e isso acabou ocasionando uma desestruturação na organização da mão de obra.<sup>93</sup> A relação de trabalhadores livres causou um problema para a Coroa lusitana, pois não atendeu à demanda requerida. A força de trabalho indígena, em um primeiro momento, também favoreceu a exploração da colônia, mas não foi suficiente para garantir uma economia de vulto para o comércio internacional, já que era essa a proposta defendida pela Coroa lusitana. Neste sentido, a primeira tentativa de escravização foi com os índios, mas ela não teve muito sucesso pela incompatibilidade cultural de trabalho intensivo, ainda mais de forma compulsória.

Os índios por características diferentes da dos negros, talvez tivessem mais oportunidade de não aceitar a escravidão, por já estarem habituados com a terra e um cotidiano diferente da realidade negra, assim foram rotulados como “ineptos” para o trabalho, “boçais e extremamente primitivos” por não aceitarem a imposição dos portugueses para trabalharem forçosamente na terra e nos engenhos. Segundo Francisco Carlos Teixeira da Silva, “A relação entre índios e brancos deterioraram-se muito rapidamente, quando os últimos começaram a obrigá-los aos trabalhos agrícolas nos engenhos”.<sup>94</sup>

Para Mário Maestri somente nas últimas décadas do século XVI, é que a resistência indígena deu lugar ao africano na mão de obra da colônia que se formará.<sup>95</sup> Nessas condições, as possibilidades dos negros africanos trabalharem na colônia Brasil, estavam concentradas em uma efetivação do escravismo. A comparação do negro africano – cativo utilizado em outras colônias lusas - com o índio nativo mostra as dificuldades iniciais da colonização portuguesa em montar sua empresa de lucros. Os negros também não aceitaram com passividade a escravidão, resistindo de formas diferenciadas ao sistema escravista que lhes eram imposto, dentro de contextos variados, tiveram uma resistência agressiva em obedecer ao colonizador usando de práticas violentas contra senhores e si próprio, não tinham vínculos culturais com a terra. Já o índio, por estar ambientado à sua realidade cotidiana, cultural e vínculos a terra, quem sabe os índios tiveram a possibilidade de resistir aos mandos

---

<sup>93</sup> SILVA, Francisco Carlos Teixeira. *Conquista e Colonização da América Portuguesa – Brasil Colônia – 1500-1750*. Cap. I. In. LINHARES, Maria Yedda. *História geral do Brasil*. RJ: Campus, 1990, p 16-67.

<sup>94</sup> Idem, p. 39.

<sup>95</sup> MAESTRI, Mário. *O Escravo no Rio Grande do Sul: a charqueadora gênese do Escravismo gaúcho*. Porto Alegre: EDUSC, 1984. p. 23.

e exploração dos portugueses em diferenciação dos negros por estarem contextualizados em um cotidiano habitual.

Com o incremento do tráfico de negros provenientes da África, os quatro milhões de cativos que aportaram nos portos de Salvador e do Rio de Janeiro, no período de 1550 e 1855, promoveram o escravismo com características diversas, pois esse grande contingente de pessoas negras, sendo a predominância do sexo masculino, e em sua maioria jovens, possibilitará o suporte para o desenvolvimento da colônia, pondo em prática o objetivo da administração portuguesa do fabrico do açúcar para venda na Europa.

Todavia, também foram variadas as formas de resistência dos cativos negros, efetivadas por meio de fugas, suicídios, assassinatos, formação de quilombos, etc. O negro resistiu por meio das relações estabelecidas no próprio sistema escravista, relações estas entre os próprios cativos e entre cativos e senhores. Uma destas maneiras de resistir – e também de superexploração – derivam das formas de alienação e de afetividades estabelecidas neste contexto de escravidão.

Ciro F. Cardoso refere-se à “*brecha camponesa*” que é tida como um mecanismo para amenizar as relações tencionadas entre senhores e escravos dentro do processo de escravidão. É uma *lacuna de tempo* no processo escravista que foi preenchida pelo trabalho escravo nas horas vagas, sendo “exclusivo” para os negros em suas plantações; tendo uma importância relevante para o sistema escravocrata como uma superexploração do escravo. Em grande parte, foram os negros que mantiveram a produção de alimentos em alguns lugares nas Américas, afirmando, que alguns escravos obtinham certa “vantagem”, pois podiam cuidar de suas roças nas horas vagas, dentro dessa concepção de trabalho, a brecha camponesa se estabelece como uma *brecha de tempo* dentro do *protocampesinado* referido por Giro Cardoso, pois viabiliza o tempo gasto no trabalho dos escravos em suas parcelas de terra. “[...] o termo protocampesinato se refere às atividades agrícolas realizadas por escravos nas parcelas e no tempo para trabalhá-las, concedidas no interior das fazendas, e à eventual comercialização dos excedentes obtidos”.<sup>96</sup> Embora consideremos este estudo bastante instigante e inovador, em algumas de suas considerações, defendemos que a brecha camponesa foi, também, uma forma de superexploração do cativo, visto que ao mesmo tempo em que propiciava a este um pedaço de terra para cultivo e poupança, acabava por duplicar a jornada de trabalho dos escravos e tornava ainda mais agressiva a exploração a que estes eram cotidianamente submetidos, ou seja, disfarçava o modo de exploração e dava a impressão de

---

<sup>96</sup> CARDOSO, Giro F. *Escravo ou Camponês? O protocampesinato negro nas Américas*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 55.

uma valorização do homem negro – o que poderia também aliviar tensões contra o sistema em vigor. De todo modo, se esse trabalho em porções de terra era viável, as relações entre senhor/escravo evidenciam algumas situações de equilíbrio de “poder”, onde as situações de barganha geraram negociações. No caso específico da denominada brecha camponesa,

os escravos trabalhavam em seus pequenos lotes, que não deveriam estar situados muito longe, plantando café, milho, feijão, banana, batata, cará, aipim, etc., no entanto, o proprietário não deveria permitir que vendessem a outrem, que não ele mesmo, os excedentes, evitando deste modo que se embebedassem nas tavernas. Mas recomendava que lhes pagassem um preço razoável. Com o dinheiro os negros compravam tabaco, comida de melhor qualidade do que a que tinha ordinariamente, roupas para suas mulheres e crianças, se fossem casados. Suas hortas, e o que delas tiravam, faziam com que amassem o país, distraíndo-os da escravidão e entretendo-os ‘com esse seu pequeno direito de propriedade’. O próprio fazendeiro sentir-se-ia feliz ao ver os seus escravos voltando das roças com bananas, carás, cana, etc.<sup>97</sup>

Esse elemento da brecha camponesa vem propor um novo olhar para a questão do escravismo como um todo na América Latina, mesmo que não tenha ocorrido de forma generalizada. O que é evidente é que sua existência, mesmo que restrita, ratifica mecanismos de convívio, poupança para os escravos e alívio da tensão e alienação entre senhor/escravo para a manutenção do sistema escravista. Ainda temos de pontuar algumas questões para melhor compreender a brecha camponesa. Em primeiro lugar, as condições para um escravo na América Espanhola obter a chance de amenizar a sua vivência no sistema escravista foi o *casamento*. Essa situação possibilita certa estabilidade na formação da família escrava. Em segundo lugar, somente casado poder-se-ia adquirir um lote de terra para providenciar e constituir uma sociedade familiar. Em terceiro lugar, a quantidade e diversificação dos produtos produzidos nas roças dos escravos alimentavam, em grande parte, o próprio senhor, pois não haveria a necessidade de escravos no trabalho para a produção alimentícia da fazenda, já que os escravos camponeses produziam tudo que era necessário e, assim o senhor comprava a sua produção.

Em muitos casos, em toda a América, a Brecha Camponesa teve especificidades, como em períodos de crises agrícolas e de falta de alimentos. Nestes casos extremos, as roças dos escravos eram as que abasteciam as vilas da colônia em períodos de escassez de alimentos. Essa autonomia, que Ciro Cardoso destaca como uma abertura de um sistema que incorporava e “suprimia” as condições humanas ao negro africano, também possibilitava a este um momento de aliviar toda a angústia, pois, trabalhando em “suas roças”, não era um

---

<sup>97</sup> Idem, p. 104-105.

escravo, e sim um “trabalhador livre e alienado”, mesmo que por poucas horas. O que chama a atenção, também, é que a sua produção poderia gerar dividendos, sendo que Ciro Cardoso descreve o uso desse dinheiro para compra de “liberdade somente no Brasil”. Neste sentido, o autor pontua uma nova percepção historiográfica ao defender que “‘a Brecha camponesa’ serve, entre outras coisas, para nuançar a visão habitualmente monolítica que se possa ter do sistema escravista ao mostrar as colônias Afro-Americanas como sedes de verdadeiras sociedades ativas, dinâmicas e contraditórias”.<sup>98</sup>

No Brasil não foi diferente de outras colônias lusas, pois os portugueses já estavam acostumados a conceder essas vantagens aos escravos em São Tomé. Foi somente transferir a prática desse dinamismo social para o Brasil, onde um aumento populacional de escravos foi necessário para amenizar os gastos dos senhores com a alimentação dos mesmos, de certa forma favorecendo-os ou aparentando seu favorecimento. Também as determinações de Dom Pedro II sobre as formas de tratamento dos cativos tornaram situações como o da brecha camponesa possível, como destaca o autor: “Que os senhores de engenho escolheriam entre duas possibilidades: alimentar diretamente os seus escravos, ou, então, conceder-lhes o sábado para cultivo de seus lotes de subsistência, já que assim os negros não ficariam impedidos, como ocorria, de guardar domingos e festas religiosas”.<sup>99</sup>

Robert Slenes busca perceber a família escrava como um “projeto de vida” e, contrapondo-se a Ciro F. Cardoso sobre a questão da “brecha camponesa”, busca evidenciar elementos que definam as questões de formação familiar a partir da compreensão do negro sobre o casamento e sua real finalidade, ou seja, “questões aparentemente miúdas” que sejam vistas como “cheias de significados” e possam fomentar as “forças e fraquezas” desse sujeito, já que está em meio a políticas de domínio do senhor. A brecha camponesa, na visão de Slenes, somente consente “uma pequena autonomia ao cativo” frente a questões econômicas e de superexploração pelos senhores, “Ao contrário, é um palco de batalha, um dos palcos principais, alias, em que se trava a luta entre escravo e senhor e se define a própria estrutura e destino do escravismo”.<sup>100</sup> Para Robert Slenes, a “família cativa” é muito mais que projetos e empreendimentos centrados em laços de parentesco ou estratégias sem importância para rever as questões do escravismo brasileiro, dando ênfase para preservação das “esperanças e

<sup>98</sup> Idem, p. 89-90.

<sup>99</sup> Idem, p. 93.

<sup>100</sup> SLENES, Robert. *Na Senzala Uma Flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 49.



recordações”, juntamente com significados práticos e simbólicos para “escravos de origem ou descendência centro-africana”.<sup>101</sup>

Podemos perceber a partir de análises acadêmicas realizadas em várias regiões do Brasil - que as condições do escravismo tiveram um diferencial relacionado ao tamanho dos plantéis e aos produtos produzidos em cada propriedade. Tais singularidades também acarretam em relacionamentos diferenciados entre senhores e cativos. Assim, podemos verificar, em algumas situações, que o negro escravo foi um agente mais “livre” no processo de produção econômica. A historiografia tradicional propôs, durante muito tempo, um tipo de escravismo voltado à violência e submissão do negro, mas os arquivos paroquiais, os registros de casamento, livros de batismo e óbito, as cartas de alforria, as memórias, etc., apresentam relações sociais de outros matizes entre senhores e escravos. Os possíveis relacionamentos mais próximos viabilizaram, por exemplo, as *cartas de alforrias*, obtidas de diferentes configurações pelos cativos (aquisição, prêmio por bom trabalho e comportamento, forma de evitar gastos com escravos não mais produtivos, etc.), mas derivadas de negociações e interesses entre os seus agentes.

## 2.2 A socialização cotidiana entre os cativos e senhores no Brasil

A formação de “laços sociais” se configura no relacionamento entre pessoas. A sociabilidade, como resultado de processos de interação contínua surge e se transforma em função dos atores, dos interesses, das hierarquias, das perspectivas, dos anseios e esperanças, etc. Neste sentido, consideramos que mesmo entre cativos e senhores possa haver relacionamentos que extrapolem a perspectiva dicotômica que tanto marcou a historiografia. Relações de proximidade e sociabilidade são possíveis mesmo entre senhores e escravos, como comprovaram vários estudiosos. Segundo José de Souza Martins.

o herói deste enredo é o homem comum, fragmentado, divorciado de si mesmo e de sua obra, mas obstinado no seu propósito de mudar a vida, de fazer História, ainda que pelos tortuosos caminhos de sua alienação e de seus desencontros, os difíceis caminhos cotidianos da vida, [...] a complexidade do problema está [...] na realidade descompassada desta nossa América Latina.<sup>102</sup>

---

<sup>101</sup> Idem.

<sup>102</sup> MARTINS, José de Souza. *A Sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008, p. 10.

O trabalho de Cristiane Pinheiro Santos Jacinto,<sup>103</sup> que desenvolve a temática das relações sociais entre escravos de ganho e o meio urbano da cidade de São Luís do Maranhão durante a metade do século XIX, vêm contribuir para análise das relações próximas e, a “autonomia” dos mesmos na cidade. Lacunas que são forçosamente abertas pelos escravos para manterem-se atuantes dentro de um quadro de “subsistência cultural e identitária”. O olhar da autora é lançado para o escravo, percebendo-o dentro de uma realidade social que o prejudica e menospreza, mas que também apresenta brechas em suas constituições cotidianas.

Verificando como era o cotidiano do escravo de ganho, a partir de alguns estudos sobre este tipo de escravidão, se constata que estes exerceram atividades funcionais dentro do sistema escravista, pois se constituíram, em sua maioria, em mão de obra especializada em vários setores da vida social, sobretudo urbana. Este cativo de ganho está “solto” nas localidades, tem contatos diretos com outras pessoas, relaciona-se com outros trabalhadores, tem acesso com ideias diversas, participa de grupos (confrarias), aprende a conviver dentro do mundo dos brancos, pois têm a necessidade de se inserir na realidade social em que convive de forma “autônoma”, se socializa. Neste sentido, Cristiane Jacinto destaca a funcionalidade e a pretensa “liberdade” dos escravos de ganho a partir da análise dos ofícios desempenhados pelos mesmos no meio urbano:

Os escravos e as escravas circulavam pela cidade como carregadores, pedreiros, carpinas, lavadeiras, vendedoras de tabuleiro e amas-de-leite. Essa identificação de algumas tarefas por eles desenvolvidas torna perceptível o quanto as mulheres escravas estavam longe do ideal que se disseminava com relação ao papel que lhes era destinado. Estas, assim como as libertas e pobres livres, tinham uma atuação intensa na dinâmica da cidade. Não estavam restritas ao lar e às atividades domésticas.<sup>104</sup>

Em diversas análises sobre o escravismo, percebemos como as relações tecidas no cotidiano são manipuladas também para conquistar vantagens/brechas no sistema escravista. É sabido que ser escravo é estar sujeito a todas as penalidades e mandos que seus senhores estabelecem em sua exploração, todavia, cada vez mais realidades diversas, complexas e de trocas e barganhas são apresentadas pelos estudiosos. Tais transações, por mais que auxiliem na manutenção do sistema, tornam evidentes que tensões e pressões geram ações que

---

<sup>103</sup> JACINTO, Cristiane Pinheiro Santos. *Relações de Intimidade: desvendando modos de organização familiar de sujeitos escravizados em São Luiz no século XIX*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. São Luiz: Universidade Federal do Maranhão, 2005.

<sup>104</sup> JACINTO, Cristiane Pinheiro Santos. *Relações de Intimidade: desvendando modos de organização familiar de sujeitos escravizados em São Luiz no século XIX*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. São Luiz: Universidade Federal do Maranhão, 2005, p. 48

minorem e/ou mascarem as agruras da escravidão em prol de relacionamentos violentos entre seus atores. Estamos diante de fatos que cada vez mais nos levam a crer em uma escravidão “um tanto diferenciada” em lugares e contextos diversos, pois os documentos relatam situações “atípicas” como de lealdade, sociabilidade e confiança entre escravos, e possivelmente em relacionamentos com seus senhores.

Sidney Chalhoub encontrou casos específicos de escravos que tiveram relacionamento de tensão e sociabilidade analisando processos crime, como escreve na passagem de alguns escravos pela casa de um comerciante de escravos que residia no Rio de Janeiro no período de 1872. José Moreira Veludo era um agente comissionário de escravos, que tinha em sua casa vinte escravos para negócio. Certo dia e momento certo, os escravos o pegaram de surpresa dando-lhe uma surra com paus e socos por todo seu corpo. Veludo foi socorrido por um caixeiro viajante que estava em sua loja e um funcionário.

Essa descrição aqui sintetizada traz elementos que denotam uma agressão a um comerciante em primeiro momento, mas também uma organização dos escravos para reivindicar algumas concessões sobre sua condição na casa de Veludo. “Tudo foi pensado com bastante antecedência e envolvia um grande número de escravos, porém o sigilo pôde ser mantido e o comerciante foi surpreendido com a agressão”.<sup>105</sup> A organização de ação dos escravos é evidenciada quando todos guardaram segredo sobre a agressão ao comerciante, pois demonstra uma coordenação em prol do grupo, já que estando todos para venda os mesmos se uniram em um comum acordo, pois eram de diversos lugares da colônia. Ainda Chalhoub define outros elementos que os escravos revelam em seu depoimento como a violência aplicada pelo senhor Veludo. “Há outros escravos que atribuem o remédio radical que resolveram aplicar contra Veludo ao rigor do tratamento que o negociante dispensava às ‘peças’ que estavam à venda no seu estabelecimento”.<sup>106</sup> A agressão que foi aplicada não envolve a fuga dos escravos, mas a violência que era o cotidiano dos escravos no sistema escravista. Mas são várias as formas de resistência e suas características.

o mínimo que é lícito imaginar é que esse lote de negros continha pequenos grupos de cativos que já se conheciam há tempos por terem sido propriedade do mesmo senhor. Essa circunstância talvez ajude a explicar o entrosamento e o sigilo conseguidos no movimento, sendo possível que existissem laços de solidariedade ou parentesco entre esses negros que os motivassem à ação. [...], o fato é que reagiram a uma situação na qual não lhes fora deixado qualquer espaço de manobra. [...], era comum que os escravos exercessem

<sup>105</sup> CHALHOUB, Sidney, *Visões de Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 30.

<sup>106</sup> Idem, p. 31.

alguma forma de pressão sobre seus senhores no momento crucial de sua venda. Essas pressões ou negociações poderiam ter forma e intensidades diferentes dependendo de cada situação específica.<sup>107</sup>

As pressões ou negociações que aparece no escrito do autor estão direcionadas às necessidades dos escravos em entrar em contato direto com seus senhores para requerer alguma negociação, já que a violência era uma constante forma de disciplinar esses negros. Também podemos entender tais ações como um momento de socialização entre as partes, já que existia entre senhor e escravo, em muitas vezes, um “bom relacionamento”, pois muitos cativos tiveram um reconhecimento quando dada suas alforrias. Poderíamos ariscar a dizer, que a violência aplicada ao senhor José Moreira Veludo, tenha sido por causa do não envolvimento social entre esse comerciante e os cativos, sendo tratados como mercadorias e violência, já que muitos provavelmente tenham tido o elementos de sociabilidade com seus antigos senhores, pois muitos queriam voltar para seu lugar de origem dentro da colônia. Poderia ser perguntado, mas porque são vendidos então? No contexto que acontece esse fato o tráfico interprovincial<sup>108</sup> de escravos está em alta, e o sudeste necessita de mão de obra para as plantações de café.

Dentro dessa perspectiva voltamos ao escravo de ganho que teve papel fundamental dentro do meio urbano das cidades da colônia. Especificidades são encontradas, por exemplo, no trabalho cativo de aluguel nas realidades urbana e rural. Na primeira situação os trabalhadores têm como controladores os contratantes de seus serviços, pois suas relações como os senhores eram de pagamento de valores estipulados por serviço ou dia, a cobrança pela execução de fato de cada atividade ficava sob responsabilidade de outrem. Outra situação é verificada quanto aos trabalhadores de aluguel na área rural. Nestes casos seu senhor negociava atividades a executar pelos seus cativos e valores a serem pagos pelo serviço, evidenciando uma menor margem de manobra e de “autonomia” para tal trabalhador. Segundo Jacinto:

Percebe-se que tais formas de trabalho contribuíram para acentuar especificidades nas vivências possíveis aos que estavam sob o jugo da escravidão nas cidades. Agenciar seus trabalhos, passar o dia nas ruas, garantir geralmente seu sustento e do seu proprietário imprimiam na vida do

---

<sup>107</sup> Idem, p. 32.

<sup>108</sup> Tráfico Interprovincial – é o comércio interno de escravos na colônia, a partir de 1850 foi estabelecida a proibição do comércio internacional de escravos pelos ingleses, desta forma, a escravidão se manteve ainda internamente com esse comércio. Com o decréscimo na produção de açúcar e investimentos no café, muitos senhores de engenho do norte e nordeste, venderam seus escravos para o centro sul, mais específico para o sudeste, São Paulo e Minas Gerais.

escravo urbano uma dinâmica diferenciada daquela que permeava o cotidiano do escravo radicado no campo. Embora trabalhadores especializados também atuassem nesse espaço, visando atender as necessidades das propriedades, estes estavam sujeitos a exigências distintas.  
109

As diferentes situações entre cativos de aluguel rurais e urbanos estavam condicionadas e caracterizadas como uma possibilidade de “liberdade”, pois os mesmos transitavam com maior liberdade entre as ruas das cidades e entre as propriedades rurais. Os escravos domésticos urbanos também tinham esse tipo de liberdade de trânsito pela cidade, mantinham relações sociais com outros escravos, sabiam dos acontecimentos nas fazendas e as artimanhas da vida cotidiana, sendo, então, acrescentado um fator a mais nas inter-relações de sociabilidade entre os demais habitantes.

Assim como em São Luís, no território de São Pedro não foi diferente. Retomamos os estudos de Ana Regina F. Simão <sup>110</sup> para apresentarmos tais considerações. Em Pelotas, durante o apogeu das charqueadas, a prática do escravo de ganho foi bastante expressiva. Sua análise, pautada em processos crime, conta sobre as possíveis substituições de escravos como forma de adquirir recursos para pagamento do valor estipulado pelo senhor para sua alforria. Também é possível verificar senhores que compravam escravos para serem usados na prostituição e arrecadarem recursos para si próprios. Segundo a autora:

A prostituição fez parte das diferentes formas de ganho. Em muitos casos, o ganho ‘não convencional’, como a prostituição, ganhava a permissão e o incentivo dos próprios senhores. Em verdade, senhores e senhoras compravam cativas para pô-las na prostituição, como ganhadoras. <sup>111</sup>

No decorrer do século XIX, era comum verificar, em todos os grandes centros urbanos em desenvolvimento, o escravo de ganho sendo oferecido como mão de obra. A escravidão urbana dava conta de formas típicas, pois oferecia ao cativo a sensação de uma “liberdade”, sendo essa controlada pela sociedade, pois cabia ao contratante, ter o controle do contratado, e isso favorecia para o senhor como mais um mecanismo de dominação. Então, esse “clima de independência” era contido pela sociedade que mantinha o cuidado de observar os passos dos escravos urbanos. <sup>112</sup> Retomando os estudos de Nogueira da Silva, destaca Simão: “o ganho dos escravos é aceito por mim como uma forma variável de salário, uma

<sup>109</sup> Idem.

<sup>110</sup> SIMÃO, Ana Regina Falkembach. *Resistência e acomodação: a escravidão urbana em Pelotas, RS (1821-1830)*. Passo Fundo: UPF, 2002.

<sup>111</sup> Idem, p. 43.

<sup>112</sup> Idem, p. 44.

brecha no sistema, como uma tradição nas relações escravistas tradicionais, enfim, *um acordo não revelado entre senhores e escravos como forma de sobrevivência na estrutura urbana* [grifo nosso].<sup>113</sup> Esse “acordo não revelado entre senhores e escravos”, é, talvez, o elemento que faltava para legitimar as relações de proximidade e sociabilidade entre esses agentes do sistema escravista, talvez faltasse ao senhor Veludo acordar algum tipo de proposta para obter seu ganho com mais facilidade com a venda dos cativos, e não trata-los com menosprezo e violência.

Jean-Batiste Debret, em sua passagem pelo Brasil durante o século XIX, descreve que o casamento era uma forma de manter os escravos em casa, ou seja, um mecanismo de controle que mantinha os sujeitos próximos de seus senhores.<sup>114</sup> Acreditamos que a “benevolência” de um senhor de escravo está voltada para outros fatores, e não somente para que ficasse em sua casa ou sob seu domínio, é muito mais ampla essa consideração “do senhor deixar casar o escravo”. “Tal como o processo de concessão de alforrias, o consentimento para a realização do casamento poderia ser uma das formas de o senhor reafirmar a fidelidade do cativo”.<sup>115</sup> “Fidelidade” é uma palavra que denota uma proposta de bons tratos, de reconhecimento, de bons serviços prestados, etc., mas para tudo isso acontecer, tem que haver certo grau de reciprocidade entre os agentes que estão em contato.

Neste sentido, análises sobre a formação da família escrava são possíveis a partir da consideração destas relações duais que estamos considerando como existentes – e variável temporal, geográfica e localmente. A formação da família escrava tem como base as relações sociais de proximidade dos negros. Tendo como ponto de partida as relações interpessoais, políticas e sociais entre senhores e escravos – já que os primeiros tinham de autorizar o matrimônio de seus “bens” -, o casamento entre cativos teve importância para manutenção do sistema escravista: para o senhor manter seu poder sobre seus comandados, já que era um meio de evitar as fugas frequentes e aliviar tensões, e para os cativos, que poderiam dedicar parte de seu tempo a relações sociais íntimas e afetivas, constituir família e vislumbrar um futuro melhor e, quiçá, a alforria futura. Em muitos trabalhos sobre o tema de casamentos de cativos, se percebe que houve uma relação mais estreita entre senhores e negros, pois tudo que se encontra nos registros de fonte primária apontam para um relacionamento um pouco mais “humanizado” do que, estritamente, de “maus tratos”, como havia apresentado a historiografia clássica sobre esse tema. Observar a realidade dos cativos rurais possibilita-nos perceber que

---

<sup>113</sup> SILVA Apud SIMÃO, p. 49.

<sup>114</sup> SIMÃO, Ana Regina Falkembach. *Resistência e acomodação: a escravidão urbana em Pelotas, RS (1821-1830)*. Passo Fundo: UPF, 2002, p. 119.

<sup>115</sup> Idem, p. 118.

situações de negociação foram correntes também neste ambiente, ou seja, os relacionamentos e dispositivos de manutenção do sistema se difundiram nas realidades urbana e rural beneficiando e/ou maquiando a realidade cativa com tons mais suaves e complexos.

Ciro F. Cardoso, em sua obra “*Escravo ou Camponês*”, analisa o campesinato como um empreendimento que apresenta quatro características, a saber:

1) acesso estável a terra, seja em forma de propriedade, seja mediante algum tipo de usufruto; 2) trabalho predominantemente familiar – o que não exclui, em certos casos e circunstâncias, o recurso a uma força de trabalho adicional, externa ao núcleo familiar; 3) economia fundamentalmente de auto-subsistência, sem excluir por isso a vinculação (eventual ou permanente) ao mercado; 4) certo grau de autonomia na gestão das atividades agrícolas, ou seja, nas decisões sobre o que plantar e quando plantar, de que maneira, sobre a disposição dos excedentes eventuais etc.<sup>116</sup>

Ciro Cardoso detém-se sobre a concepção de um escravo camponês, partindo de escritos de historiadores internacionais que perceberam esses fatores nos Estados Unidos, onde era tido como ilícito um senhor conceder a seu escravo vantagens para seu desenvolvimento, mas ainda afirma que essas condições de uma “brecha camponesa” foram possíveis quando, em 1927, Ulrich Phillips pontuou: “com o fito de estimular o contentamento, a lealdade e o zelo de seus escravos, muitos donos de *Plantations* deixavam-nos criar aves e porcos, e cultivar pequenos lotes de terra em seu tempo livre, permitindo ainda que vendessem o que produzissem”.<sup>117</sup> É interessante perceber que as “porções de terras” distribuídas entre escravos foram evidenciadas em todo o Continente Americano, da América do Norte, passando pela Central e chegando a realidade da América do Sul. Na América como um todo, há relatos de porções de terras distribuídas aos cativos, pois o sistema colonialista, em muitos casos, favorecia essa prática em sua organização interna.

Dentro das especificidades do escravismo como um conglomerado, podemos ver o quanto o negro buscou “uma possível” vantagem em sua relação diária com seus feitores. São vários os elementos que denotam e regulamentam as práticas estabelecidas dentro das fazendas sobre a produção individual de subsistência dos escravos perante o senhor, já que era viável que o próprio negro cultivasse os seus alimentos<sup>118</sup>. Henri Koster, administrador de

<sup>116</sup> CARDOSO, Ciro F. *Escravo ou Camponês? O protocampesinato negro nas Américas*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 56-57.

<sup>117</sup> Idem, p. 60-61.

<sup>118</sup> Nesse caso, ver a obra de Stuart B. Schwartz, que descreve casos de negros que não tiveram alforrias, mas que compraram escravos com suas economias.

engenho beneditino em Jaguaribe, Pernambuco, no período de 1816-1817, escrevia sobre as porções de terras e como os escravos conseguiam ter a terra para plantar:

Os casamentos são encorajados, muitas dessas uniões têm lugar cedo, à idade de dezessete ou dezoito anos para os homens, e quatorze ou quinze anos para as jovens. Imediatamente depois de casar-se, começa a trabalhar regularmente no campo para seus donos; com freqüência, tanto rapazes como moças pedem ao administrador que lhes permita começar sua vida de trabalho diário antes da idade estabelecida pelos regulamentos do convento; isto ocorre porque não podem possuir terrenos próprios de subsistência antes que trabalhem para seu senhor. Quase todo o tipo de trabalho é feito por tarefas; esta se completa usualmente às três da tarde, o que dá aos que são industriosos a oportunidade de trabalhar diariamente em seus próprios lotes. Os escravos dispõem do sábado de cada semana para promover à sua alimentação, além dos domingos e feriados... Os terrenos de subsistência estão sempre livres de interferência dos monges, e quando um negro morre ou obtém a sua alforria, se lhe permite legar a sua parcela de terra a qualquer dos seus companheiros que ele queira agradar ou favorecer desta maneira.<sup>119</sup>

Verifica-se que os próprios escravos quando de idade de quatorze e quinze anos já buscam estabelecer-se como trabalhador para adquirir seus lotes como está citado acima. A percepção de que através dos lotes poderiam ter suas vidas melhoradas é um meio de tentar buscar uma estabilidade dentro do sistema, talvez não sendo percebido pelo cativo, que era uma armadilha e um meio de superexploração por parte dos senhores, já que estando de “posse de um pedaço de terra” o cativo estava contente e esse não daria problemas futuros, enfatizava-se assim o casamento e constituição da família escrava para superexplorar.

A pesquisa de Slenes constata uma alta taxa de masculinidade e de casamentos formais feitos pela Igreja Católica na região estudo Campinas. Também demonstra um alto índice dessas relações nos pequenos plantéis, os quais possuem em média dez escravos, pois nessas pequenas propriedades é que se concentravam a maioria dos cativos.

Sobre as questões dessas relações (casamentos em diversos plantéis), Robert Slenes enfatiza a preservação da “herança cultural” que cada negro africano trouxe consigo nos porões dos tumbeiros (navios de escravos). Uma das características dessa herança cultural é a língua falada de origem “bantu”, atual Angola e Congo-Norte (bacia do rio Congo/Zaire até o atual Gabão); outro fator importante é a questão da formação da família partindo da “linhagem”, como destaca o autor:

---

<sup>119</sup> CARDOSO, Ciro F. *Escravo ou Camponês? O protocampesinato negro nas Américas*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 101-102.



Uma característica comum a praticamente todas as sociedades bantu, como aliás a quase todas as sociedades africanas, é o fato de que elas se estruturam em torno da família concebida como linhagem: isto é, como um grupo de parentesco que traça sua origem a partir de ancestrais comuns. [...]. A conclusão reflete uma mudança na própria ideia de ‘cultura’; em vez de agrupar os povos da África Central, como antes, em várias ‘áreas culturais’, definidas principalmente a partir de considerações sobre a vida material e intrincados sistemas de parentesco, estes novos estudos identificam ‘paradigmas’, ou pressupostos básicos, que subjazem às ideias e práticas nas esferas da religião e da ‘família’.<sup>120</sup>

Slenes entende que os novos estudos têm mostrado uma nova abordagem sobre a questão cultural e, destes conhecimentos, surgem novos paradigmas que necessitam estudos mais complexos para compreender a constituição da família escrava.<sup>121</sup>

José Flávio Motta, interpretando a análise de Alida Metcalf sobre a situação da escravidão e suas especificidades, entende que a família escrava tinha uma funcionalidade e fortes ligações com verdadeiras estratégias que visavam à sobrevivência dos cativos, assim as manifestações familiares que se apresentavam estavam dentro de um contexto de manutenção cultural que Slenes já havia descrito, permanecendo o amor que era tido pelos escravos por seus pais, mesmos que em muitas vezes quando separados pela venda de um dos membros da família.

enquanto estratégia de sobrevivência, a família escrava, mesmo quando se mostrou fraca perante o poder dos senhores, persistiu como uma instituição fortemente arraigada entre cativos, permitindo que, nela amparados, mantivessem-se sempre presente os elementos de uma ‘cultura escrava própria’, e evitando que os escravos perdessem sua personalidade e acabassem por dar um amplo fundamento real ao estereótipo do “sambo”.<sup>122\*</sup>

A diversidade étnica africana em Rio Pardo, também foi um dos elementos constitutivos e fundamentais na formação das famílias cativas, pois formou uma unidade cultural representativa, de ordem em muitas vezes diversa culturalmente, mas com o mesmo intuito de objetivo, ou seja, a preservação de uma identidade a partir de sua cultura e costumes comuns e/ou mais próximos possível para articular as prováveis uniões e

<sup>120</sup> SLENES, Robert. *Na Senzala Uma Flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 143.

<sup>121</sup> Idem, p. 143-144.

<sup>122</sup> MOTTA, José Flávio. *Corpos Escravos Vontades Livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)*. São Paulo: FAPESP: Annablume, 1999, p. 209.

\*Sambo: Essa denominação está vinculada a depreciação do negro escravo em favor do branco, foi oferecido como uma defesa para a escravidão e a segregação, foi retratada como um servo fiel e satisfeito a sua condição, tendo classificações como preguiçoso, ocioso, inarticulado, etc. <http://www.ferris.edu/jimcrow/coon/>.

regulamentar a resistência africana ao sistema escravista em vigência na fronteira móvel. Segundo Edgard Ferreira Neto:

os grupos étnicos recolhem, através dos movimentos do outro, elementos culturais que lhes permitem reestruturar a visão sobre sua própria cultura. Tratam-se de processos permanentes e ininterruptos de contatos, que permitiram a Levi-Straus afirmar que nenhuma cultura existe em estado isolado. [...], já que uma identidade étnica é sempre fruto de um processo de interferência entre duas ou mais tradições culturais.<sup>123</sup>

Entendido nesse sentido, a aculturação torna-se uma fonte de elementos representativos para os membros que se determinam a constituir e preservar a identidade como ponto referencial e de resistência a imposição, nesse caso específico, da cultura ocidental na fronteira oeste, Rio Pardo, ao negro africano. Desta maneira as etnias vão se mesclando entre si e se adaptando com outras para preservar o conjunto de símbolos que cada uma detém para formar uma unidade cultural que de suporte para sua identidade.

Sheila de Castro Faria defende que a formação da família passou a ter uma abordagem diferenciada nos estudos sobre a escravidão, “A importância que o parentesco e a família escrava passaram a ter nas pesquisas faz parte de um movimento historiográfico mais amplo, de inserção do escravo enquanto agente histórico”.<sup>124</sup> Como salienta a autora. “Ao identificar padrões de comportamento [...], os novos estudos são acusados de retirar da escravidão o principal argumento sobre a difícil inserção do negro na sociedade brasileira pós-abolição”.<sup>125</sup> O agente escravizado é visto pela “nova historiografia” como um “outro antropológico” que estava imerso dentro do sistema sem poder se manifestar, tendo somente a resistência dos “zumbis”, “a vida do escravo comum passou a ser vista a partir da herança cultural africana e das condições possíveis de organização social dentro do cativeiro”.<sup>126</sup>

João José Reis e Douglas Liddy, em um artigo publicado na Folha de São Paulo,<sup>127</sup> elogiando a produção bibliográfica de Robert Slenes “*Na senzala uma Flor*”, enfatizam que as relações entre cativos têm importância para os estudos sobre a escravidão. Neste aspecto, a preservação cultural seria um dos elementos derivativos das relações estabelecidas entre os

<sup>123</sup> NETO, Edgard Ferreira. *História e Etnia*. In. CARDOSO, Cio Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 323.

<sup>124</sup> FARIA, Sheila de Castro. *História da Família e Demografia Histórica*. In. CARDOSO, Cio Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 257.

<sup>125</sup> Idem, p. 258.

<sup>126</sup> Idem.

<sup>127</sup> REIS, João José; LIBBY, Douglas. *O Fogo Africano*. Artigo para Folha de S. Paulo – Jornal de Resenhas; São Paulo; sábado, 10 de junho de 2000.

escravos – tema que deve ser mais observado pelos historiadores. Os autores destacam que a “família escrava é luz da cultura africana”, ou seja, entendem que, a partir da cultura preservada (como um fogo aceso dentro de casa), simbolismos, estética, saberes, histórias, etc., são comunicados às novas gerações. Neste sentido, Reis e Libby pontuam que:

Slenes demonstra com evidências empíricas sólidas, não apenas a existência regular e extensa de famílias escravas ao longo do século XIX, como também de uniões conjugais de considerável duração, além de crianças cuja formação se dava na presença de ambos os pais. [...] o autor nunca perde de vista a dura realidade de um cotidiano no qual o paternalismo escravista assegurava ao senhor a palavra final. [...] A missão que Slenes se propõe é a de dotar o escravo de seu devido papel histórico.<sup>128</sup>

Haroldo Ceravolo Sereza, em entrevista com Robert Slenes, sublinha que a organização da família escrava tinha como objetivo a aquisição de alguns direitos, como privacidade, espaço para produzir, etc. Também era uma forma de obter acumulação econômica de pequenas quantias, além de outras vantagens. O autor ainda pontua: “essa família ‘ambígua’, com as ‘experiências e memórias que engendrava e transmitia’, ajudava a esboçar uma consciência cativa ‘desestabilizadora’ do sistema escravista”, ao retomar os estudos de Manolo Florentino e José Roberto Góis.<sup>129</sup> Neste sentido Sereza faz referência a crítica de Slenes, aos autores Florentino e Góis. Slenes é enfático ao defender que:

A família cativa emerge de um processo de conflito entre escravo e senhor. O senhor é forçado a ceder um certo espaço para os escravos formarem famílias, encarando isso, porém, como parte de uma política de desmonte de revoltas. A política funciona até certo ponto, pois, ao dar ao escravo algo a perder, ele o torna mais vulnerável, transforma o cativo em refém. A médio e longo prazo, contudo, o espaço acaba sendo altamente subversivo, pois é usado pelo escravos como lugar de criação e transmissão de uma identidade própria, antagônica à dos senhores e forjada a partir da descoberta de tradições africanas compartilhadas. Por isso resisto à ideia de que a família escrava deva ser entendida agora como uma condição estrutural do escravismo, como sustentam Manolo Florentino e José Roberto Góis, invertendo o argumento de Florestan Fernandes.<sup>130</sup>

Quando Slenes defende que a família cativa surge de um conflito entre senhor e escravo, podemos entender que o conflito é reflexo das pressões locais e também internacionais sobre o sistema escravista, sendo que ainda se percebe que o autor defende que

<sup>128</sup> Idem, p. 4.

<sup>129</sup> SEREZA, Haroldo Ceravolo. *Família e Senzala*. Entrevista de Robert Slenes para Folha de S. Paulo. Ilustrada; 12 de fevereiro de 2000, p. 1.

<sup>130</sup> SLENES. Apud: SEREZA, 2000, p. 3

o escravo tornava-se um “refém do senhor” e, por isso, na intenção de fazê-los “perdidos uns para os outros”, com as “estranhezas na senzala”, os mesmos se encontraram e os senhores tiveram que “investir em outras estratégias de controle”, como a “política de incentivo”, que viabilizou a unidade familiar em torno das “experiências, valores e memórias compartilhadas”.<sup>131</sup> Também pode ser a conjuntura da administração do Império Colonial, já que os escravos aproveitavam as inconstâncias e os conflitos internos da Colônia, para reivindicar algum direito sobre sua condição. Nesse sentido José Flávio Motta <sup>132</sup> também concorda que os escravos tornaram-se “reféns” dos senhores quando da autonomia de casamento, foi uma alternativa para amenizar as senzalas favorecendo aos negros, mas uma arma contra os próprios, pois alienava e explorava ainda mais a relação escravo senhor, ou seja, um instrumento de controle social.

A partir desses fatores, todo processo familiar vai forjando uma complexa relação entre senhor e escravos, já que ambos estão em “combate”; um para manter o sistema e não ter prejuízos na perda de sua “mercadoria”; o outro encontra uma forma de resistir ao sistema dentro da possibilidade da unidade familiar, “Nesse sentido, a família minava constantemente a hegemonia dos senhores, criando condições para a subversão e a rebelião, por mais que parecesse reforçar seu domínio na rotina cotidiana”.<sup>133</sup>

João Fragoso e Roberto Guedes <sup>134</sup> apontam para uma compreensão de que os escravos passaram a serem considerados sujeitos históricos nos estudos recentes, desde modo, suas pesquisas observam as negociações entre senhores e escravos, que tornaram possíveis certas brechas e “autonomia” nas questões sociais, rompendo com a visão do “escravo-coisa”, objeto. Destacam, ainda, a função “estrutural do parentesco e da família”, uma vez que esta regulamenta a comunidade cativa em ações estabilizadoras que possibilitavam certo alívio das tensões no interior das escravarias.

Assim, percebemos que o relacionamento entre cativos e seus respectivos donos, não foi simplesmente uma relação determinada para a manutenção do sistema escravista, mas tiveram relações de sociabilidade que “favoreciam” – de fato ou aparência - alguns escravos.

---

<sup>131</sup> SLENES, Robert. *Na Senzala Uma Flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 48.

<sup>132</sup> MOTTA, José Flávio. *Corpos Escravos Vontades Livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)*. São Paulo: FAPESP: Annablume, 1999, p. 209.

<sup>133</sup> SLENES, Robert. *Na Senzala Uma Flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 48.

<sup>134</sup> FRAGOSO, João, GUEDES, Roberto. *Catarina e seus afilhados: anotações sobre o parentesco escravo*. Campinas: UNICAMP. Com Ciência – Revista Eletrônica de Jornalismo Científico, 2003, p. 1-4.

Francisco Barreto de Farias, senhor de engenho do Rio de Janeiro do século XVII, pretendendo manter-se como *senhor de governança* ‘facilitava’ o contato de seus cativos com os de outros senhores e com lavradores pobres. Esta especulação, não raro, se traduzia em uniões conjugais (sancionadas ou não pela Igreja). Obviamente estas *facilidades* tinham seus limites: tanto os donos de cativos como os lavradores eram clientes ou aliados de Barreto e somente suas escravas participavam daquelas uniões, ou seja, as crianças nascidas lhe pertenciam, mesmo se os pais fossem livres, já que era filiação materna que determinava o ser escravo.<sup>135</sup>

Esse senhor de escravos demonstra seu consentimento de matrimônios. O casamento é tido como elemento de controle dos cativos, propositalmente para deixar o escravo alienado a seu poder. Outro aspecto relevante é a relação de compadrio, pois é um termo usado para definir o batismo de negros chegados ao Brasil que, para poderem fazer parte da sociedade vigente, são batizados pela Igreja Católica e levam um nome “cristão”, podendo, assim, começar um relacionamento social e ser reconhecido dentro deste. Também é reconhecido como uma forma de relações próximas entre senhores e escravos pela proximidade que constitui os sacramentos religiosos. Segundo Cristiane de Quadros de Bortolli “[...], o compadrio teria tido um significado especificamente religioso, mas também permitiria o acesso dos cativos à vida social, ou seja, dessa forma eles garantiam a convivência no mundo dos livres”.<sup>136</sup> Assim vai se efetivar dentro das senzalas, pois o contato de seus escravos com outras escravarias vai viabilizar a preservação cultural, a socialização entre famílias já constituídas e as que irão se formar, além das relações sociais e interpessoais entre cativos e senhores.

As negociações eram tidas como um modo de resolver os problemas cotidianos, mas também uma maneira de apresentar sugestões para um relacionamento político entre ambos. A tensão entre o sistema escravista e a vida cotidiana dos senhores e dos escravos, tendo como foco o pequeno plantel, poderia favorecer uma relação de proximidade, pois privilegiava uma política direcionada a um “bem estar” que visava por parte do escravo, atender suas necessidades e, para o senhor, menor risco de conflitos e perda de seu patrimônio. Com isso, é percebido que a formação da família escrava era um limite do poder do senhor, pois o mesmo não possuía condições de refutar as novas bases que se organizavam como uma nova conjuntura de sociabilidade e resistência de cativos na colônia e no sistema escravista.

---

<sup>135</sup> Idem, p. 4.

<sup>136</sup> BORTOLLI, Cristiane de Quadros de. *Vestígios do Passado: a escravidão no Planalto Médio gaúcho*. Passo Fundo: UPF, 2003, p. 142.

Maria Moura Lott <sup>137</sup> enfatiza o casamento como *normatizador*, unidade de família e formação do vínculo social. Durante o processo de ocupação e exploração das Minas Gerais, o Estado e a Igreja incentivaram o casamento para manter a unidade familiar e formar uma elite branca no novo espaço geográfico da colônia. O casamento serviu de acomodação de uma sociedade *indisciplinada e inquieta* que necessitava de uma base como ponto referencial para amenizar a sua realidade. “As autoridades diocesanas defendiam o matrimônio de escravos e libertos (pois era melhor que viverem em tratos ilícitos). *As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* deixava claro que o casamento em nada mudaria a condição social dos cativos”. <sup>138</sup> Lott ainda acrescenta que, além da Igreja garantir os ritos religiosos aos escravos, os senhores tinham o dever de garantir o batismo, dar um dia para trabalharem para si em suas roças, e ter o consentimento para casar-se, constituir família e tentar viver dignamente, criando assim uma convivência e afetividade no processo de relacionamento e sociabilidade.

Os escravos mais próximos das famílias de seus proprietários tinham “livre” acesso à rua e às dependências da moradia de seus senhores. Assim, podemos inferir, a partir dos estudos de Lott, que existiam relações por afeições ou bons trabalhos prestados, visto a presença constante dos cativos no cotidiano e uma supervisão e confiança despendida aos mesmos que tornavam possível tal proximidade. Como exemplos citamos as cartas de alforria por bons serviços:

Havia o aspecto pessoal, onde alguns proprietários tratavam seus cativos com mais humanidade que outros. Além disso, o objetivo econômico do escravo determinava uma diferença de tratamento e de relacionamento por parte do proprietário. Com escravos empregados na lavoura ou mineração a relação deveria ser de maior controle e dominação, principalmente por ser um trabalho tão penoso e desgastante. Com os escravos de ganho, de aluguel e mesmo detentores de algum ofício ou saber técnico como sapateiros, artesãos etc., a relação era mais igualitária, principalmente pelo grau de autonomia e liberdade de ir e vir desses indivíduos. <sup>139</sup>

À Igreja caberiam os ritos que tornavam legítimos os batismos e uniões tornando-as estáveis. O que se entende é que, além dos fatores apresentados, as relações de sociabilidade e convívio denotavam uma forma de alienação legitimada pela Igreja. Além disso, também poderíamos dizer que o senhor, impelido pelos regulamentos legais e pelas orientações

<sup>137</sup> LOTT, Maria Moura. *Casamento e relações de afetividade entre escravos: Vila Rica: Séculos XVIII e XIX*. Curitiba: Anais da V Jornada Setecentista. 2003.

<sup>138</sup> Idem, p. 6-7.

<sup>139</sup> Idem, p. 9.

religiosas, deveria favorecer a todos os seus cativos e não somente aos que estavam mais próximos.<sup>140</sup>

José Flávio Motta destaca em sua obra a formação familiar negra, como uma relação que foi estabelecida entre senhores e escravos, caracterizada no cunho paternalista, mas também salienta que os cativos tiveram vontade própria para expressar seus elementos culturais próprios. “São, decerto, um instrumento de controle social, empregado pelos senhores; mas são, igualmente, uma efetiva estratégia de sobrevivência da qual lançam mão os escravos”.<sup>141</sup> Como é percebido, as dificuldades enfrentadas pelos cativos foram em muito sacrificadas, pois ainda estão dentro de padrões de estereótipos que deflagram a inferioridade do negro que fora construída na escravidão e, repercute ainda nos dias atuais. Segundo Motta:

Constituída com base na pura mercê dos proprietários, ou conquistada aduras penas pelos cativos, a família escrava, nuclear ou extensa, compreendendo os indivíduos ligados por laços de sangue, ou ainda pelo parentesco ou compadrio, tem sua existência inserida já na historiografia nacional, obrigando no mínimo a qualificação dos estereótipos de promiscuidade por tanto tempo atribuídos aos escravos negros neste país.<sup>142</sup>

As relações matrimoniais que se efetivaram entre cativos em Rio Pardo e de diversas regiões da Colônia e mesmo no Império brasileiro. Tais laços familiares favoreceram, a longo e médio prazo – como destacou Slenes -, a formação de uma resistência ao sistema escravocrata, conforme as possibilidades de cada região. Pode-se entender que, por receberem um dia para cuidar das roças (sábados), os escravos geravam uma economia voltada para um pecúlio visando sua futura liberdade. Também a constituição familiar escrava viabilizava certa qualidade de vida, ou seja, se o escravo plantava para sua alimentação e vendia o excedente, valorizava o seu espaço e preservava a sua cultura, o mesmo fomentava a união familiar além da compra da liberdade. Mas para tudo isso acontecer, as relações de sociabilidade e outros elementos deva ser considerado como importantes informações para as análises até apresentadas.

---

<sup>140</sup> Idem, p. 09-10.

<sup>141</sup> MOTTA, José Flávio. *Corpos Escravos Vontades Livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)*. São Paulo: FAPESP: Annablume, 1999, p. 225.

<sup>142</sup> Idem.

### 2.3 A constituição familiar no Brasil Colonial

Na busca de entendimento das relações sociais entre senhores e escravos, no que diz respeito à formação da família cativa e às relações de sociabilidade, buscaremos analisar a concepção de família vigente no período colonial para então analisar a percepção, a formação e a legitimação desta. As relações de proximidade do período davam-se, sobretudo, entre dois agentes: a dos proprietários de escravos, que dispunham sobre sua vida e morte, assim como sobre a sua possibilidade de alforria, casamento e dinâmica laboral; e dos próprios cativos que, mesmo participando ativamente do cotidiano colonial, imprimindo às suas ações algum tipo de resistência ou resignação à sua condição, dependiam de outrem para deliberar sobre si. A questão familiar também perpassa esta discrepância hierárquica, pois, como dito, os senhores é quem tornavam possível (por autorizar) os matrimônio e a constituição familiar escrava legitimada socialmente (ritos religiosos católicos).

Para Maria de Andrade Marconi <sup>143</sup>, a família, em geral, é considerada como fundamento básico e universal das sociedades. Também está relacionada como um processo dinâmico e regulamentar visto sua fundamentação pelas leis locais e normas morais e religiosas que, geralmente, se legitimam. Este aspecto religioso, no caso ocidental, dispõe sobre a própria reprodução familiar, ao estabelecer preceitos sobre a procriação. “De modo geral, é o casamento que estabelece os fundamentos legais da família”. <sup>144</sup> A autora se refere à questão do casamento como forma de constituição e de manutenção da unidade familiar.

A família nuclear – modelo ocidental - é também conhecida como ‘família elementar’, pois traduz os membros que estão dentro dessa composição familiar composta e regulamentada com pai, mãe e filhos. Esse tipo de união está regulamentado tanto pela Igreja como pela sociedade que os sujeitos fazem parte, ou seja, é reconhecida entre si por indivíduos que possuem famílias nos moldes nuclear e que também fazem parte da mesma sociedade, vivem juntos em harmonia. Segundo Maria de Andrade Marconi:

A família nuclear encontra-se, em quase toda parte, como tipo dominante ou como componente de famílias extensas e compostas. Do ponto de vista ocidental, com sua insistência sobre monogamia, as unidades polígamas podem parecer estranhas ou imorais, mas o fato é que florescem amplamente. <sup>145</sup>

---

<sup>143</sup> MARCONI, Maria de Andrade. *Antropologia: uma introdução*. 4ª. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

<sup>144</sup> Idem, p. 106.

<sup>145</sup> Idem, p. 107.



Na concepção de Marconi, a família tem funções básicas de regulamentação e organização da vida social, sobretudo por quatro questões: 1) sexual, que atende às necessidades por meio de institucionalização da união ou casamento; 2) reprodução, que é a manutenção da sociedade na qual o indivíduo está inserido; 3) educacional, para normalizar a transferência do status de geração em geração; 4) função social, a qual regulamenta os fundamentos étnicos, nacionais, religiosos e políticos na construção de uma sociedade.<sup>146</sup>

Cristiane Pinheiro Santos Jacinto<sup>147</sup> descreve que existe uma naturalização discursiva na questão do conceito de família, pois dentro de sua complexa estrutura, cada sociedade tem uma percepção sobre o que é e o que deve ser uma família. A mulher tem destaque na percepção familiar, pois é a “geradora de vida” e, comumente, a responsável pela educação e cuidados dos filhos. Seu papel é sobreposto ao do pai que tem seu *status* familiar legitimado pelo seu vínculo ritual e/ou legal (casamento) e que se apresenta, sobretudo, como provedor, nesta relação de procriação, criação e ordenação familiar. Nessa questão da simbologia como instrumento de reconhecimento e formalização do casamento, a autora ainda faz uma referência a percepção de Bourdieu, quando cita: “as realidades sociais são ficções sociais que têm como fundamento a construção social, mas que, por mais contraditório que possa parecer, existem realmente e são coletivamente reconhecidas”.<sup>148</sup>

Mesmo no ocidente a concepção de família variou muito no tempo e nas sociedades. Segundo Jacinto:

O modelo de família que conhecemos hoje começou a se formar no século XVIII, na Europa dos séculos XV ao XVII, a família agregava, além do núcleo básico – pai, mãe e filhos –, uma infinidade de criados, empregados, clérigos, caixeiros. No século XVIII ‘A reorganização da casa e a reforma dos costumes deixaram um espaço maior para a intimidade, que foi preenchida por uma família reduzida aos pais e às crianças, da qual se excluía os criados, clientes e os amigos’. Era a família moderna que se construía no continente europeu. Saía-se de uma pequena sociedade comandada pelo chefe da família para o grupo solitário dos pais e filhos.<sup>149</sup>

Se houve um rearranjo na concepção familiar, a partir do século XVIII, então esses elementos favoreceram uma nova constituição da família nuclear, pois afastou o grande

---

<sup>146</sup> Idem, p. 109.

<sup>147</sup> JACINTO, Cristiane Pinheiro Santos. *Relações de Intimidade: desvendando modos de organização familiar de sujeitos escravizados em São Luiz no século XIX*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. São Luiz: Universidade Federal do Maranhão, 2005.

<sup>148</sup> BOURDIEU Apud JACINTO, p. 30

<sup>149</sup> JACINTO, Cristiane Pinheiro Santos. *Relações de Intimidade: desvendando modos de organização familiar de sujeitos escravizados em São Luiz no século XIX*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. São Luiz: Universidade Federal do Maranhão, 2005, p. 31.

número de empregados e amigos, constituindo um novo modelo ocidental de família. A autora ainda enfatiza que a colonização – como no caso do Brasil –, além de um empreendimento de ocupação, teve outro resultado: a transformação de costumes e modos de sociabilidade. Isso ocasionou certa “vantagem” para o escravo africano: a possibilidade da constituição de uma nova base familiar, nos moldes ocidentalizados e engendrados na soma dos elementos culturais que aqui estavam além dos que vieram posteriormente.<sup>150</sup> Na verdade, os hábitos e instituições europeias aqui sofreram modificações e adequações pertinentes aos fatores externos e internos, entre eles são destaques elementos culturais africanos que foram trazidos para cá e o elemento indígena que já estava no Brasil.

Outro elemento que Cristiane Pinheiro Santos Jacinto traz como sendo de função importante é a chegada da Família Real ao Brasil, em 1808, constituindo um novo padrão familiar entre os grupos já existentes e os que vão ser formados – como a família escrava. A partir dessa nova ordem familiar, vai surgir o pai autoritário, com um contingente de escravos e agregados marcando o modelo de dominação e superioridade, o modelo patriarcal. Esse modelo ocidental de formação familiar também foi absorvido pelos escravos, pois para construir o objeto, segundo Bourdieu, “supõe também que se tenha, perante os fatos, uma postura ativa e sistemática. [...], não se trata de propor grandes construções teóricas vazias, mas sim de abordar um caso empírico com a intenção de construir um *modelo*”.<sup>151</sup> Ou seja, o modelo de instituição que o negro percebeu para ser válida teve uma relação com o todo e, seus símbolos culturais predominaram com a sua intenção, nesse caso, formou-se uma sociedade mesclada na existência em modos e padrões, mas com elementos culturais distintos que predominaram constituindo a sociedade escrava.

Segundo José Flávio Motta, analisando o conceito de família escrava nos Estados Unidos, verifica que o negro era tido como uma real propriedade (coisa) e dela o senhor poderia usufruir de modo exploratório, mesmo havendo leis que não permitiam essa prática de formar famílias escravas.

A partir do século XIX, sobretudo, quando é abolido o tráfico negreiro, a família prolífica negra é o único meio que permite ao senhor esperar manter à sua disposição a mão-de-obra servil da qual necessita. Ora, a legislação da maioria dos estados escravistas norte-americanos proibia os casamentos de escravos, mas o código das fazendas não respeitava tais interdições. Para o proprietário, a família nuclear, o casal com muitos filhos é uma necessidade econômica e nunca uma necessidade moral ou religiosa.<sup>152</sup>

<sup>150</sup> Idem, p. 31-33.

<sup>151</sup> BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2004, p. 32.

<sup>152</sup> MATTOSO apud MOTTA, p. 196.

Na colônia portuguesa, essa relação com o todo faz da Igreja Católica o elemento constituído desse poder unificador que transmite, através de sua doutrina e rituais, a preservação da família como unidade social. O casamento é a preservação de um novo modelo familiar empregado na Colônia, a partir da vinda da Família Real, que representava o simbolismo de valores morais tanto para o homem quanto para a mulher, como um elemento constitucional simbólico e cultural, para manter a posição social com o reconhecimento da família como unificador social. Se existe uma possibilidade dentro dos laços de matrimônio formar uma unidade familiar, então, essa relação vai muito além do que se imagina, pois favorece a criação de novos paradigmas dentro desse conceito matrimonial, pois um escravo que conseguia casar-se estava em parte resistindo ao sistema e rompendo as relações patriarcais.

Muitos estudiosos estabeleceram que a organização familiar escrava, estava associada a características de cada escravo, ou seja, um dos elementos de estudo era o tipo de profissão ou ofício exercido pelo cativo, assim classificavam a possibilidade de formação familiar a uma pequena parcela da população negra, ou ainda, aos cativos que tinham trabalhos domésticos ou em decorrência, tivessem contatos mais estreitos com os brancos, mais específico seus senhores, ou seja, a família patriarcal. Segundo Motta.

a emergência do escravo como um ser humano foi facilitada por sua assimilação ao ambiente familiar da raça de seu senhor. Ali ele adotou mais ou menos as idéias, atitudes, princípios e maneiras de seus proprietários. Seu casamento e relações familiares refletiram as diferentes etapas desse processo. Onde a assimilação dos costumes ocidentais foi mais profunda e o desenvolvimento da personalidade mais acentuado, a organização da vida familiar assemelhou-se mais aos padrões da civilização dos brancos.<sup>153</sup>

Também podemos verificar a família patriarcal que Gilberto Freyre cita em sua obra “*Casa Grande e Senzala*”, quando diz que a família não é somente o indivíduo nem o Estado, ela está muito além desses fatores no Brasil, mas poderia estar ligada ao poder e ao autoritarismo, estabelecendo uma aristocracia oligárquica. Segundo o autor:

A família, não o indivíduo, nem tampouco o Estado nenhuma companhia de comércio, é desde o século XVI o grande fator colonizador no Brasil, a unidade produtiva, o capital que desbrava o solo, instala as fazendas, compra escravos, bois, ferramentas, a força social que se desdobra em política, constituindo-se na aristocracia colonial mais poderosa da América.<sup>154</sup>

<sup>153</sup> FRAZIER apud MOTTA, p. 203.

<sup>154</sup> FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. São Paulo: Global, 2006, p. 81.

Dentro de uma sociedade escravocrata, a gerência é do senhor, mas o poder que é constituído com o casamento faz o escravo ter outro tratamento e uma posição social diferente dentro do seu próprio convívio e realidade, ou seja, o casamento como elemento de organização social dentro da senzala viabiliza que o estudo possa fazer uma compreensão do casamento dentro de uma fronteira (Rio Pardo) que está próxima e possibilita a fuga. Maar afirma: “não basta apenas substituir as posições de mando [...] mas é preciso também substituir os critérios de legitimidade do poder. Caso isso não aconteça, a sociedade não se convence da necessidade de mudança política, e acaba por ser contrária a ela”.<sup>155</sup> A mudança política está entre as questões que favorecem as relações de sociabilidade entre senhor/escravo. Dentro da relação de uma política cultural colonial a Igreja teve um papel fundamental, ou seja, ela foi um instrumento normatizador que constitui um dos elementos que compõem o casamento em um todo. Como diz Maar, “O casamento no civil e no religioso só constitui um exemplo de interferência nas próprias relações institucionais da vida cotidiana, como o atestado de batismo, etc.”.<sup>156</sup>

Dentro de toda essa tentativa de conceitualizar o termo família, podemos ainda entender como sendo um tipo de poder formulado em comum acordo entre os sujeitos ativos no processo de constituição. Nesse caso, a família escrava é o foco e o sentido para podermos entender as relações de sociabilidade que ocorreram entre os agentes do escravismo, sendo que ainda podemos percebê-la como uma necessidade para os cativos, pois, como define Slenes, “um consolo de uma mão amiga”, uma vez que o casamento contém diversos papéis para os subalternos, e um desses é o de “ordem emocional e psicológico”.<sup>157</sup> Daí o sentido de uma “mão amiga” para dividir e amenizar os dias de cativo com todo o antagonismo de privação da liberdade.

A ‘mão amiga’, contudo, só atua de acordo com um determinado conceito de ‘consolo’, que necessariamente atribua significados ao mundo externo; isto é, as vantagens emocionais e psicológicas que a família teria conferido aos escravos não podem ser analisadas independentemente de sua vida material e cultural.<sup>158</sup>

Na verdade devemos entender o que representa para o negro cativo o casamento e suas implicações diárias, pois a partir dessa compreensão podemos verificar o quanto o poder

<sup>155</sup> MAAR, Wolfgang Leo. *O que é Política*. 16ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 85-86.

<sup>156</sup> Idem, p. 87.

<sup>157</sup> SLENES, Robert. *Na Senzala Uma Flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 148-149.

<sup>158</sup> Idem, p. 149.

da família pode ser tido como resistência, ou um mero simbolismo. “Precisamos, então, examinar as consequências do casamento para o dia-a-dia escravo e os valores que a eles atribuíam a essas consequências”.<sup>159</sup> Para os negros africanos a concepção de casamento é diferenciada da visão ocidental, daí as dificuldades para formar um conceito aceitável para tal entendimento da formação da família escrava. Em certo momento as influências paternalistas dava um projeto de família escrava e sustentava que os elementos incorporados pelos negros eram exclusivamente derivados do contato com seus senhores. Mas como define Robert Slenes que a preservação dos elementos culturais era à base da sustentabilidade da unidade familiar escrava, José Flávio Motta também traz esse elemento como fundamental para a família escrava, pois com os estudos de Herbert G. Gutmam, essa percepção cultural foi realçada com efetividade de unidade. Uma escrava responde que era casada, sobre a pergunta feita por um missionário norte-americano Isaac W. Brinckerhoff.

‘Não sou casa, mas tenho um marido’. Brinckerhoff achou que ela vivia em ‘pecado’ e ‘concubinagem’. Mas sua resposta tinha outro significado. Ela lhe explicava que os cativos como ela haviam honrado normas que sustentavam a família escrava e o casamento escravo fora da estrutura inibidora firmada pela lei nos estados escravistas.<sup>160</sup>

Os elementos culturais se apresentam na resposta da escrava ao missionário, pois a mesma mantém uma fidelidade aos costumes africanos, não estando necessariamente em um relacionamento regulamentado pela lei dos homens brancos, mas dentro dos padrões culturais africanos. O esforço de uma disseminação religiosa, no caso o cristianismo, era tido como uma dificuldade nas cidades e um pouco mais amena nas áreas rurais, pois os elementos culturais africanos eram muito presente, mas também foi a religiosidade um dos elementos para conter a população escrava. Não podemos descartar as práticas sexuais na organização familiar nas regiões africanas, tais práticas entendidas como culturais possivelmente daria outra visão sobre a que foi estabelecida como promiscuidade dos escravos.

A contextualização das origens étnicas africanas buscando perceber se todos os escravos participavam ou não dos mesmos hábitos ainda poderiam ser exploradas nas pesquisas, pois os agentes negros eram de regiões diferentes em seu conjunto, todos foram classificados com as mesmas características de uma promiscuidade nas senzalas. “[...] a poligamia africana foi substituída no Brasil por uma sucessão de ligações passageiras”, nelas a religiosidade é um dos elementos constituídos para unificar e impor os valores ocidentais.

---

<sup>159</sup> Idem.

<sup>160</sup> GUTMAM apud MOTTA, p. 208.

“[...] identificação das práticas sexuais e da organização familiar nas regiões africanas, pois essa tradição deve ter influenciado o comportamento do escravo, no Brasil. [...]”.<sup>161</sup>

apesar dos esforços da Igreja Católica e dos senhores de escravos, um grande número de escravos continuou, dentro do possível, a adotar estruturas familiares características das suas culturas de origem, nas quais, talvez, não houvesse tabu a respeito da virgindade feminina. em algumas dessas culturas, por exemplo nas regiões onde dominavam os cultos muçulmano, talvez a concubinação fosse aceita como legítima ou talvez imperasse formas várias de poligamia.<sup>162</sup>

O conceito mais contundente de família escrava foi elaborado por José F. Motta, que tentou aproximar os elementos constituídos na formação da família escrava no Brasil, juntando todas as influências que se faziam presente dentro das possibilidades que tiveram os escravos. Buscou perceber as ligações muito além das práticas religiosas e sua doutrina que enfatiza o matrimônio. A união estável dentro de um contexto de proximidade, de moradia dos filhos com seus pais, todos juntos embaixo no mesmo teto. Também entendemos como o conceito mais apropriado para definir as questões de família escrava aquele que traz com si uma mescla de valores culturais próprios e as influências sofridas na colônia portuguesa, segundo o autor família escrava corresponde a tais elementos:

Tal conceito vai além do entendimento de família enquanto resultado das ligações sancionadas pelo ato religioso. Considera-se, pois, família, como: o casal, unido perante a Igreja ou não, com sua prole, se houver; as pessoas solteiras com filhos; os viúvos ou viúvas com filhos. Nos três casos, os filhos devem ser solteiros, não ter prole e viver junto a pelo menos um de seus pais. Por fim, levam-se em conta, igualmente, atribuindo-lhes a classificação de ‘pseudo-famílias’, os viúvos sem filhos presentes, e os viúvos ou solteiros vivendo junto com filho (ou filhos) que possuíam eles próprios famílias.<sup>163</sup>

O uso do poder, segundo Foucault, “não atua do exterior, mas trabalha o corpo dos homens, manipula seus elementos, produz seu comportamento, enfim, fabrica o tipo de homem necessário ao funcionamento e manutenção da sociedade”.<sup>164</sup>

<sup>161</sup> COSTA apud Motta, p. 192.

<sup>162</sup> Idem.

<sup>163</sup> MOTTA, José Flávio. *Corpos Escravos Vontades Livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)*. São Paulo: FAPESP: Annablume, 1999, p. 229.

<sup>164</sup> FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 17ª. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p. 19.

## 2.4 Famílias, negros e solidariedade

A formação da família escrava no território de São Pedro entre fins do século XVIII e início do século XIX, originou-se no âmbito da fronteira oeste em construção – ainda em processo de litígio pelas Coroas Ibéricas e, portanto, não delineadas definitivamente. Todavia, não se tratou de um espaço “vazio”, desprovido de populações e mesmo de vilas, demarcando, *a posteriori*, nova geografia fronteiriça, de acordo com a ocupação lusitana. Assim, a presença do colonizador português sulino, a partir da fundação da Vila de Rio Grande, favoreceu um aumento demográfico que caracterizou uma sociedade com especificidades derivadas da articulação das culturas europeia, indígena e africana. A partir desses elementos, vai se constituir o foco desse trabalho durante o período de 1780 a 1820, na fronteira oeste em Rio Pardo, verificando as relações próximas de sociabilidade entre senhores e escravos.

Com a invasão Espanhola em Rio Grande, em 1763 a 1776, Rio Pardo torna-se o ponto de fronteira mais importante do território de São Pedro, tendo como base econômica a agricultura e a criação de gado, com o uso de mão de obra escrava. A sociedade formava-se a partir de pequenos proprietários de terras (agricultores) e escravos, criadores de gado, comerciantes e poucos donos de charqueadas; “Esses, entretanto, é que representavam as fortunas da Região, eram eles que possuíam o maior número de escravos e as melhores propriedades de Rio Pardo”.<sup>165</sup>

No entanto, não foram esses proprietários que propiciaram a formação da família escrava na região de Rio Pardo, mas sim os pequenos proprietários que viabilizaram o maior número de famílias escravas em suas fazendas, ou estâncias.<sup>166</sup> Rio Pardo apresentou o índice de 7,4 casamentos/ano, no período analisado (1780-1820). Segundo os assentamentos de casamentos de escravos, houve 297 casamentos no período (tabela 5). Nesse trabalho, essa fronteira que será tida como ponto referencial geográfico, terá como foco para o estudo da formação da família escrava as relações de sociabilidade entre senhores e cativos em Rio Pardo no território de São Pedro.

Um dos pioneiros no trabalho historiográfico acerca dos casamentos de cativos foi o historiador Robert Slenes,<sup>167</sup> sendo que sua concepção sobre a família escrava no Brasil vem

---

<sup>165</sup> LAUREANO, Marisa Antunes. *A Família Escrava na Vila de Rio Pardo*. Porto Alegre: Revista Histórica. n°4. PUCRS, 2000. P. 168.

<sup>166</sup> Pela apreciação dos inventários post-mortem e livros de casamentos, foram possíveis verificar que as famílias se organizavam em geral nos pequenos e médios plantéis.

<sup>167</sup> SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

contribuindo para novas abordagens sobre o tema, tendo em sua percepção esse elemento como mais um mecanismo de resistência estruturada (a família) para aliviar a vida opressiva e tensa das senzalas. Da mesma forma, o autor também defende que os escravos usaram suas organizações familiares para obter concessões dos fazendeiros. Slenes buscou analisar os casamentos de escravos no interior de São Paulo (Campinas), onde identificou, a partir de documentos eclesiásticos, assentamentos de casamentos de escravos, forros, livres, em matrimônio legitimado pela Igreja Católica. Sheila de Castro Faria também defende uma unidade familiar entre escravos, contrariando a historiografia tradicional. Como diz: “O pressuposto básico era o de que os negros tiveram sua humanidade soterrada pelo regime escravista. Como mercadoria, agia como tal, ou seja, passivamente – transformaram-se em uma coisa”.<sup>168</sup>

Como explicitado no decorrer do trabalho, não houve uma docilidade do escravo, poderíamos entender certas atitudes como a preparação do ato de ação para resistir as tais preceitos que não favoreciam em certos momentos. O escravo “coisa”, também já foi mencionado nesse trabalho, mas não custa rever sua teoria e como foi usado o termo para classificar os negros, dentro das concepções ocidentais e de sua apropriação da liberdade desses protagonistas no escravismo colonial brasileiro. Segundo Sidney Chalhoub:

a teoria do escravo-coisa tem frequentemente com contrapartida a ideia do escravo rebelde. [...] o escravo que se concebe como uma criatura inferior apresenta como alternativa a essa auto-representação o ‘ódio’, a ‘vingança’, as ‘crueldade’. Ainda quando do primeiro ato humano do escravo, é considerado crime, pois deflagra a violência contra seu senhor [grifo nosso].<sup>169</sup>

Os estudos apontam uma complexidade e variações no que diz respeito ao casamento desses indivíduos, sendo que, em regiões como a sulina também foi possível a união matrimonial dos cativos. Slenes ainda cita o trabalho de Florentino e Góis que afirmam que os laços de compromisso dos escravos possibilitavam garantir a “paz nas senzalas”. Enfatiza o autor que “a existência da família escrava é considerada, explicitamente, como uma condição estrutural para a continuidade do escravismo”.<sup>170</sup> A importância da temática família entre cativos nos remete a um universo que ainda esta sendo explorado pelos historiadores, mas

<sup>168</sup> FARIA, Sheila de Castro. *A vida Cotidiana na Senzala*. Rio de Janeiro: Artigo publicado na Revista Eletrônica <http://ibonline.terra.com.br/destaque/500anos/id4ind.html>. 1994.

<sup>169</sup> CHALHOUB, Sidney. *Visões de Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 41.

<sup>170</sup> SLENES, Robert, *Família Escrava e Trabalho*. Revista Tempo, vol.3- n 6, Dezembro de 1998, p. 3.



com novas abordagens, no caso desse trabalho como a “sociabilidade como mecanismo de controle, alienação e superexploração”.

Hannah Arendt tem uma posição formada sobre a produção humana no meio social, ou seja, “os negócios humanos” e a necessidade dos atores sociais estarem em constante conflito, pois como se estabelecem as relações sócias o convívio é o grande centro de entendimento social. O “estranho” começa a fazer parte como sujeito histórico, tornando o processo social em constante movimento e reorganizando a vida em sociedade a partir da família como elemento institucionalizado. Outro elemento que autora também utiliza é o discurso que é incidido sobre a teia social já existente, pois dela é que se farão presentes todas às outras tentativas de aproximação para o entendimento de uma socialização mais contundente dentro do processo escravista.

A rigor, a esfera dos negócios humanos consiste na teia de relações humanas que existe onde que os homens vivam juntos. A revelação da identidade através do discurso e o estabelecimento de um novo início através da ação incidem sempre sobre uma teia já existente, e nela imprimem suas consequências imediatas. Juntos, iniciam novo processo, que mais tarde emerge como a história singular da vida do recém-chegado, que ele entra em contato. É em virtude desta teia preexistente de relações humanas, com suas inúmeras vontades e intenções conflitantes, que a ação quase sempre deixa de atingir seu objetivo; mas é também graças a esse meio, onde somente a ação real, que ela ‘produz’ histórias, intencionalmente ou não, com a mesma naturalidade com que a fabricação produz coisas tangíveis.<sup>171</sup>

Essa concepção está sendo observada de uma forma mais complexa, onde a priorização do estudo sobre “laços sociais” abre um campo mais dilatado de estudo, ao qual envolve o escravo e seu senhor. Para João Fragoso e Roberto Guedes, a entrada de novos africanos (com procedências africanas diversas) nas senzalas, desestabilizava o relacionamento entre crioulos (nascidos no Brasil) e estes proporcionavam entraves na hierarquização dos que conseguiam o casamento como forma de socialização, ou seja, com mais ofertas de negros, diminuem as possibilidades do casamento para os que nasceram no Brasil. A importância de manter laços matrimoniais para garantir a estrutura familiar, viabilizava as relações próximas e políticas para amenizar o cativo. “Daí o papel estrutural do parentesco e da família, uma vez que, de um lado, regram a comunidade cativa e, de outro,

---

<sup>171</sup> ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. 10 ed. Rio de Janeiro: Florence Universitária, 2007, p. 196/197.

propiciam a estabilidade política entre senhores e escravos ao atenuar tensões no interior das escravarias”.<sup>172</sup>

Tais relações políticas se entendem como uma “homogeneidade cultural” que se transforma em organismo de encontro com as categorias senhoriais. “progressivamente, a América lusa deixa de ser vista como um imenso canal sujeito aos humores da Europa para ser encarada como uma sociedade”.<sup>173</sup> Os autores ainda destacam que “o parentesco escravo na colônia é a percepção do cativo como agente político”,<sup>174</sup> ou seja, eles próprios buscavam estabelecer as regras que colaboravam para uma melhora de sua vida no cativeiro, visto que estes não eram “massas de manobras” e os meios produtivos dependiam de seu trabalho. “Um fator decisivo é que a sociedade, em todos os seus níveis, exclui a possibilidade de ação”.<sup>175</sup> Mas com a sociabilidade entre senhores e escravos, as concepções que se apresentam favorecem um relacionamento entre os agentes que compunham os setores sociais, sendo as massas uma necessidade que fora incorporada pela sociedade que se formavam em uma região de fronteira, que no caso estava em construção.

O surgimento da sociedade de massa, pelo contrário, indica apenas que os vários grupos sociais foram absorvidos por uma sociedade única, tal como as unidades familiares haviam antes sido absorvidas por grupos sociais; com o surgimento da sociedade de massa a esfera do social atingiu finalmente, após séculos de desenvolvimento, o ponto em que abrange e controla, igualmente e com igual força, todos os membros de determinada comunidade.

Marisa Antunes Laureano escreve em seu trabalho sobre a “Manutenção das Famílias cativas” dizendo que após a partilha dos bens dos senhores, os negros casados eram mantidos juntos, mesmo quando vendidos, ou seja, preservando a união conjugal e a cultura africana, ainda, o que a Igreja pregava em sua doutrina para a preservação dos matrimônios na sociedade escravista.

Encontramos vários casos onde se manteve a família junto, até naqueles planteis pequenos onde a divisão dos bens entre diversos herdeiros se fazia necessária. É o caso de Antônio de Oliveira Machado que por seu falecimento deixou uma quantidade pequena de bens e vários herdeiros. Ele possuía em seu plantel apenas um casal de escravos casados. Quando se deu

---

<sup>172</sup> FRAGOSO, João, GUEDES, Roberto. *Catarina e Seus Afiliados: anotações sobre o parentesco escravo*. Rio de Janeiro. Revista Eletrônica O Brasil Negro. <http://www.consciencia.br/reportagens//negros>. 2004, p. 2

<sup>173</sup> Idem, p. 3

<sup>174</sup> Idem.

<sup>175</sup> ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. 10 ed. Rio de Janeiro: Florence Universitária, 2007, p. 50.

a partilha José e Maria Angola foram rematados juntos e o valor adquirido dividido entre os herdeiros.<sup>176</sup>

Robert Slenes, em sua pesquisa, destaca que, na formação da família escrava, é possível resgatar uma “unidade familiar” com uma “identidade” criada através de “recordações africanas”, mas com “esperanças escravas” com base na “família conjugal estável”.<sup>177</sup> Segundo Slenes, somente depois de autores como Eugene D. Genovese (1974), Herbert G. Gutman (1976) e Barry Higman (1973), a família escrava teve mais ênfase nas pesquisas, ainda destacando que as relações de proximidade, para Genovese, poderiam reabilitar, se efetivando “negociações culturais” entre os agentes do escravismo. “a proximidade física e a interação diária intensa entre senhores e escravos, num regime “paternalista” [...], promoveram aproximações, acomodações e negociações culturais entre eles”.<sup>178</sup> Esse autor ainda destaca que o poder do senhor de escravo no Brasil, eram em muitas vezes, mais amplo que o do Rei que veio para a colônia. “a coroa portuguesa, assim como, mais tarde, o Imperador do Brasil, podia legislar da maneira que bem entendesse; o poder local estava nas mãos dos senhores, como logo aprenderam os emissários da Coroa”.<sup>179</sup>

Para Miriam Moura Lott, o papel normatizador do casamento torna-se, em certo momento, um instrumento regulador e repressor contra as desordens sociais. Lott entende que, “Na luta para extirpar o concubinato, a Igreja e o Estado apresentavam-se como parceiros em uma batalha essencial na guerra pela disseminação e preservação da família legítima”.<sup>180</sup>

Desta maneira, fortificavam-se os laços culturais africanos que, através do matrimônio e relações próximas de sociabilidade e interesses entre senhores e escravos, fomentaram as relações políticas, econômicas e sociais. Aspectos como a etnia,<sup>181</sup> deixam explícita a tentativa de preservação de tradições e laços de costumes culturais, ou seja, os noivos buscavam pessoas do mesmo lugar de origem ou pelo menos próximo de sua matriz cultural; mas não necessariamente que não tivessem acontecido casamentos entre africanos de

<sup>176</sup> LAUREANO, Marisa Antunes. *A Família Escrava na Vila de Rio Pardo*. Porto Alegre: Revista Histórica. nº4. PUCRS, 2000. P. 173-174.

<sup>177</sup> SLENES, Robert. *A vida Cotidiana na Senzala*. Rio de Janeiro: Artigo publicado na Revista Eletrônica <http://ibonline.terra.com.br/destaque/500anos/is4ind.html>. 1994, p. 2

<sup>178</sup> SLENES, Robert. *Na Senzala Uma Flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 39.

<sup>179</sup> GENOVESE apud MOTTA, p. 195.

<sup>180</sup> LOTT, Miriam Moura. *Casamento e Relações Afetivas Entre Escravos: Vila Rica: Séculos XVIII e XIX*. Curitiba: Anais da V Jornada Setecentista, 2003, p 5.

<sup>181</sup> Sobre o tema etnia ver: NETO, Edgard Ferreira. *História e Etnia*. In. CARDOSO, Ciro F. VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: ensaio de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 313-328.

etnias diferentes <sup>182</sup>, como está registrado em muitas fontes de assentamento de casamento na Igreja.

Nesse sentido, a união de cativos mudou a vida cotidiana nas senzalas para os que buscaram uma forma de “suavizar” sua privação de liberdade, pois muitos tiveram tratamentos “diferenciados e humanos”, tendo, nas *relações sociais* uma manifestação determinante no vínculo representativo da cultura africana, viabilizando, assim, uma economia favorável aos cônjuges escravos na tentativa de chegar à liberdade, sendo pelo reconhecimento de bons serviços ou na compra de sua carta de alforria.

\* \* \*

Neste capítulo avaliamos alguns dos elementos historiográficos que lançam novos olhares para o cotidiano colonial a partir da consideração do negro como agente ativo do processo histórico. Assim, considerando os cativos como sujeitos, os novos estudos sobre escravidão avaliam também o cotidiano destes personagens e suas articulações com a sociedade em geral. Como destaque, pontuamos as considerações de Robert Slenes sobre as relações de solidariedade, José Flávio Motta com o conceito de família escrava, Sidney Chalhoub que exemplificou o poder e superexploração decorrentes das negociações dos negros com seus senhores. A partir daí estabelecemos pressupostos teórico-metodológicos para avaliar a formação da família escrava também em Rio Pardo, análise que será desenvolvida no próximo capítulo.

---

<sup>182</sup> Mario/ Cabo Verde casou-se com Maria Joaquina/ Congo, escravos do Cap. Miguel Pedroso Leite, 29/08/1763. *Livro de Assentamento de Casamento de Escravos em Rio Pardo/RS. Livro I, ano de 1762 a 1769.*

### **CAPÍTULO III**

#### **AS RELAÇÕES DE SOCIABILIDADE EM RIO PARDO 1780-1820**

### 3.1 O casamento, a família e a resistência ao sistema em Rio Pardo

A organização familiar escrava na fronteira Oeste do território de São Pedro está caracterizada pela legitimidade dos assentamentos de casamento e os livros de batismos da Igreja Católica. Nessas fontes, foi possível verificar as condições em que se formaram as famílias e os laços de parentesco que se forjaram durante a ocupação do território rio-grandense. A importância da Igreja em transformar o concubinato em sacramento religioso foi mais uma maneira de “normatizar” a prática das uniões estáveis entre escravos, e tentar difundir os mandamentos e auxiliar os senhores no controle de seus cativos, visto que tal regulamentação e “benção” auxiliavam nas relações cotidianas e de trabalho, assim como na manutenção da ordem social.

A partir de 1720, a Igreja Católica estipulou dispositivos específicos sobre o casamento dos cativos. O documento, difuso a partir do Arcebispado da Bahia, versava:

Conforme o direito divino, e humano, os escravos e escravas podem casar com outras pessoas cativas, ou livres, e seus senhores lhe não podem impedir o matrimonio, nem o uso dele em tempo e lugar conveniente, nem por esse respeito os podem tratar pior, nem vender para outros lugares remotos, para onde o outro, por ser cativo; ou por ter outro justo impedimento o não possa seguir, e fazendo o contrário pecam mortalmente, e tomam em suas consciências culpas de seus escravos, que por esse temor se deixa muitas vezes estar, e permanecer em estado de condenação.<sup>183</sup>

A Igreja defende o direito do casamento entre escravos e demonstra seu poder “impondo” aos senhores que o efetivem, pois o não cumprimento dos mandamentos divinos acarretaria culpas e pecado, portanto, prejuízos na vida eterna.<sup>184</sup> Concomitantemente, esse tipo de união vai tornar-se um elemento que irá favorecer as “intenções” dos senhores de manter o controle sobre suas escravarias. Todavia, o casamento também foi uma forma de resistência escrava aos mandos dos senhores, já que, em muitos casos, essa pequena “aresta” favoreceu a conquista de certa liberdade, de forma legitimada pela Igreja.

<sup>183</sup> PETIZ, Silmei. *Caminhos Cruzados: famílias e estratégias escravas no contexto da fronteira de Rio Pardo, do Rio Grande de São Pedro (1750-1835)*. Tese de Doutorado apresentado no Programa de Pós-Graduação em História. UNISINOS, 2009, p. 164.

<sup>184</sup> Idem. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, livro primeiro, Título LXXXI “do matrimônio dos escravos”, paragrafo 303 (vide, 1720)*.

Tabela 6: Casamento entre nações africanas em Rio Pardo 1780-1820

<b>Nação/ Condição</b>	<b>Total de indivíduos</b>	<b>Casamento mesma origem (casal)</b>	<b>Casamento origens diversas (casal)</b>	<b>Total de Negros casados</b>
<b>Angola</b>	40	14	-	28
<b>Angola/Rebolo</b>	-	-	1	2
<b>Angola/Mina</b>	-	-	1	2
<b>Angola/Crioulo</b>	-	-	2	4
<b>Angola/Pardo</b>	-	-	2	4
<b>Angola/Benguela</b>	-	-	6	12
<b>Benguela</b>	75	22	-	44
<b>Benguela/Rebolo</b>	-	-	3	6
<b>Benguela/Mina</b>	-	-	2	4
<b>Benguela/Congo</b>	-	-	5	10
<b>Benguela/Crioulo</b>	-	-	12	24
<b>Guiné</b>	188	90	-	180
<b>Guiné/Congo</b>	-	-	1	2
<b>Guiné/Rebolo</b>	-	-	1	2
<b>Guiné/Crioulo</b>	-	-	2	4
<b>Guiné/pardo</b>	-	-	2	4
<b>Congo</b>	10	1	-	2
<b>Costa</b>	13	6	-	12
<b>Crioulo</b>	49	6	-	12
<b>Crioulo/Costa</b>	-	-	2	4
<b>Crioulo/Pardo</b>	-	-	2	4
<b>Rebolo/Mina</b>	-	-	1	2
<b>Rebolo/Crioulo</b>	-	-	1	2
<b>Forro</b>	80	-	40	80
<b>Forro/livre</b>	30	-	15	30
<b>Forro/escravo</b>	36	-	18	36
<b>Pretos</b>	10	-	5	10
<b>Pardos</b>	6	-	3	6
<b>Livres/escravos</b>	12	-	6	12
<b>Moçambique/congo</b>	-	-	1	2
<b>Total</b>	<b>549</b>	<b>139</b>	<b>134</b>	<b>546</b>

Fonte: livros de assentamento de casamento – Cúria Metropolitana de Porto Alegre/RS

Na tabela 6, elaborada a partir dos dados apresentados nos Livros de Assentamento de Casamentos em Rio Pardo, podemos perceber como se constituiu o matrimônio entre os cativos. Ressaltamos que há divergências entre os números que aparecem nos Livros de Assentamentos de Casamento e nos Inventários *post-mortem* analisados. Todavia, utilizaremos estes dois referenciais – adidos a outros quando necessário – para evidenciar a conformação das relações de sociabilidade e das uniões entre cativos em Rio Pardo entre 1780 e 1820 muito mais do que para apresentar números definitivos sobre a questão. Estaremos valorizando cada tipo de fonte em suas potencialidades e singularidades, daí o intercalamento entre vários referenciais de dados constantes nesta dissertação.

As origens étnicas que foram reunidas na Capitania do Rio Grande de São Pedro formou um contingente de pessoas com vários costumes e modos de vida diferentes, mesmo sendo do mesmo continente africano, esses grupos que permaneceram juntos nas senzalas e puderam unir-se em matrimônio formaram um ponto referencial no Brasil. Já os grupos que foram separados não tiveram a mesma sorte e, encontraram outra saída para formar laços próximos e sociais unindo-se a pessoas de diferentes origens culturais.

O interessante dos dados apresentados é verificar a origem dos noivos. Esses procuraram manter laços solidários, sociais e culturais ao constituírem matrimônio, ou seja, procuraram uniões com sujeitos do mesmo local de origem, situação que viabilizava a preservação de seus costumes, práticas e crenças naquela situação cativa.

Entre 1780-1820, temos na tabela 6 um total de 549 negros de etnias diversas (Angola, Benguela, Guiné, Congo e Costa), desses somados todos os negros africanos temos um total de 546 negros casados entre a diversidade étnica formando um total de 100,5%. Somados os casamentos de mesma origem (139) sobre o total de casamentos (546), temos um percentual de 25,45% dos negros casados. Os casamentos de origens diferentes somam (134) e tem um percentual de 23,75% de negros casados que consta na tabela 6.

Foram analisados 273 assentamentos de casamento (mesma origem e origens diferentes na tabela 6), localizados no Acervo da Cúria Metropolitana de Porto Alegre. Foram encontrados cinco grupos étnicos (Angola (40), Benguela (75), Guiné (188), Congo (10) e Costa (13)). Destes somamos apresentam 326 cativos identificados que, em suas relações de casamento, optaram pela manutenção cultural unindo-se a cônjuges da mesma origem. Do total de 549 indivíduos que estão apresentados na tabela 6, 59,38%, casaram-se entre sua própria etnia. Dessa forma podemos entender o que Robert Slenes quer dizer, quando enfatiza



que somente através da cultura africana o escravo poderia ter sua unidade familiar reestabelecida e, através dela usufruir para uma vida melhor no cativeiro.

Os cinco grupos que formam o contingente de 326 escravos distribuídos em grandes, médios e pequenos plantéis. O grupo de Angola constituiu 14 casais de um contingente de 40 cativos, apresentando 28 uniões entre si, restando 12 sujeitos desta nação não unidos em matrimônio no período pesquisado na documentação. O grupo Benguela possuía um total de 22 casamentos da mesma origem, obtendo 44 noivos de um contingente de 75 cativos. Os escravos identificados como Guiné, mantêm um padrão de matrimônio entre si firmando um índice de quase 100% de uniões estáveis, sendo de 90 casamentos para um contingente de 188 sujeitos. Mesmo com um contingente de 13 pessoas, o grupo da Costa apresenta uma regularidade de uniões, pois formam 6 uniões estáveis, tendo 12 sujeitos casados. O grupo Congo apresentou um total de 10 escravos, sendo que desses somente foi verificado um casal de sua própria etnia, formando dois sujeitos casados.

Outro fator que chamou a atenção foi a quantidade de forros e livres com uniões estáveis. Para um contingente de 80 alforriados, 40 contraíram o matrimônio com etnias diversas, formando 40 ex-escravos casados. Também foi possível verificar os 30 forros que se uniram a pessoas livres como índios, próprios negros alforriados e outros livres por nascimento, formando 15 casamentos com 30 indivíduos casados. Para os forros que se uniram com escravos, foram encontrados 36 cativos, formando 18 casais. Outro dado interessante é o caso de pessoas livres unindo-se a escravos, sendo 12 escravos formando 6 casais.

Segundo Robert Slenes, em Campinas somente foi constatado em caso extremo a união de cativos com outros fora de seu plantel, ou com livres e libertos (forros), pois os senhores daquela região não permitiam que os matrimônios fossem realizados senão entre membros de sua própria escravaria.

Os senhores de escravos em Campinas praticamente proibiam o casamento formal entre escravos de donos diferentes ou entre cativos livres. Na amostra da matrícula de 1872, não existiam uniões matrimoniais que cruzem a fronteira entre posses e há apenas alguns casamentos entre escravos e libertos; além disso, nos assentos de casamento da Igreja ambos esses tipos de uniões são raros.<sup>185</sup>

---

<sup>185</sup> SLENES, Robert. *Na Senzala uma Flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil sudeste, século XIX*. Rio De Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 75.

Verifica-se que no território de São Pedro essas características são diferentes, pois foram encontrados 36 assentos de casamentos entre “escravos e forros” para o período de estudo (1780-1820). Também se encontrou casamentos entre cativos de “senhores diferentes” como é o caso de *Joaquim e Natalia*, ele de angola e escravo do senhor Francisco Gonçalves Dias, ela parda escrava do senhor Eusébio (acreditamos que esse senhor seja um ex-escravo, pois não consta o seu sobrenome; ex-escravos adquiriam cativos visando ascensão social), tendo como testemunhas Francisco de Paula e José Alexandre Borba. O responsável pelo casamento foi o vigário Manoel Marques de Sampaio que realizou a cerimônia em 22/02/1794 em Rio Pardo.<sup>186</sup>

Também encontramos outros casais cujos noivos provinham de plantéis diferentes como: *Antônio e Michaela* que se uniram em 27/05/1794 em Rio Pardo, tendo ele como senhor Antônio Alves de Paiva, ela como senhora Maria Eulália e, testemunhas João Nepomuceno e José Alexandre. O responsável pelo casamento foi o vigário Manoel Marques Sampaio.<sup>187</sup> *Vicente crioulo e Laura parda*, ele sendo de João de Deos Mena Benites (ajudante de dragões, denominação do regimento militar dragões de Rio Pardo), ela era do Capitão José Pinto de Fontoura e, como testemunhas, Antônio Martins da Silva Lemos e Marcelino Antônio do Rio. O responsável pelo casamento foi o vigário Fernando José Mascarenhas Castelo Branco que realizou a cerimônia em 09/01/1803 em Rio Pardo.<sup>188</sup> *Raymundo preto e Paula preta*, ele sendo da senhora Maria de São Francisco, ela de João Cardoso e testemunha Antônio Martins da Silva Lemos. O responsável pelo casamento foi o vigário José de Almeida Pereira que realizou a cerimônia em 17/08/1803 em Rio Pardo.<sup>189</sup> *Antônio crioulo e Maria Antônia*, ele escravo do Capitão Francisco de Figueiredo Neves, ela de Domingos Rodrigues de Moraes e, como testemunhas José Álvares Ferreira e José Maria da Silveira Peixoto. O responsável pelo casamento foi o vigário Fidelis José de Moraes que realizou a cerimônia em 08/09/1805 em Rio Pardo.<sup>190</sup>

Como aponta a pesquisa, no território de São Pedro as características mudam em comparação à Campinas. Diferentemente daquele local, onde as escravarias eram de grandes

---

<sup>186</sup> *Livro de casamento de escravos*, nº 2 B, folha 119v, Rio Pardo 1794. Cúria Metropolitana de Porto Alegre, RS.

<sup>187</sup> *Livro de casamento de escravos*, nº 2 B, folha 121v, Rio Pardo 1794. Cúria Metropolitana de Porto Alegre, RS.

<sup>188</sup> *Livro de casamento de escravos*, nº. 2 B, folha 220, Rio Pardo 1803. Cúria Metropolitana de Porto Alegre, RS.

<sup>189</sup> *Livro de casamento de escravos*, nº. 2 B, folha 224v, Rio Pardo 1803. Cúria Metropolitana de Porto Alegre, RS.

<sup>190</sup> *Livro de casamento de escravos*, nº. 2 B, folha 205, Rio Pardo 1794. Cúria Metropolitana de Porto Alegre, RS.

plantéis e viabilizavam o casamento pela quantidade de oferta de possíveis nubentes, em Rio Pardo, por estar em uma fronteira em construção, e possuir pequenos plantéis, possivelmente fosse mais viável as uniões de cativos de senhores diferentes, ou seja, o contexto geográfico e a situação histórica sulina teriam favorecido esse tipo de união, para além da fronteira da senzala.

A busca por alguma vantagem no sistema escravista foi um elemento que se traduziu através das uniões estáveis, tendo como ponto de partida a origem dos negros envolvidos no processo. O restante do contingente escravo que está na tabela 6, teve suas uniões com diversas etnias, como Rebolo, Congo, Mina, Costa, Forros e Crioulos, formando uniões estáveis com aproximação e solidariedade entre seus membros. Talvez por ser a única opção, ou por não haver uma oferta maior de parceiros, já que os grupos dominantes estavam comprometidos em manter uniões e na tentativa de preservação cultural.

Em outras fontes, como os inventários *post-mortem*,<sup>191</sup> foi constatado um contingente de uniões familiares entre cativos descritos nesses documentos de inventários de bens por seus senhores e possibilitando que se possa projetar a idade dos cônjuges, suas origens étnicas e a quantidade dos plantéis como se apresenta na tabela 7.

---

<sup>191</sup> Inventários *post-mortem* – Caixa 007.0249 – Comarca de Santa Catarina – Intervalo – 20 – 31 Datas: 01/01/1783 a 31/12/1786. Caixa 007.0251 – Datas: 01/01/1796 a 31/12/1801. Caixa 007.0225 Intervalo: 73-86 – Datas: 01/01/1801 a 31/12/1803. Caixa 007.0250 – Data: 01/01/1786 a 31/12/1799. Caixa 077.0001 – Data: 01/01/1773 a 31/12/1820 – Intervalo 1 a 28. Caixa 007.0256 – Data: 01/01/1807 a 31/02/1811. Caixa 007.0255 – Data: 01/01/1805 a 31/12/1808. Arquivo Público do Estado do RS – APERS.

Tabela 7: Escravos casados registrados nos inventários *post-mortem* de Rio Pardo 1783-1819

Inventariado	Ano	Quantidade de escravos	Estado civil	Idade dos noivos	Nação
Antonio Maciel	1783	2	2- Casados	30-30	Crioulo/banguela
Tereza de Jesus	1783	5	2- Casados	30-30	Angola
Celestino Souza Franco	1786	11	2- Casados	50-30	Benguela e Mina
Gertrudes Rosa	1796	6	2- Casados	-	-
João Manuel de Miranda	1796	4	2- Casados	40-45	Angola
Manoel José Machado	1807	38	4- Casados	-	-
José da Rosa	1807	14	4- Casados	50-30 31-30	-
Perpetua Maria de Jesus	1808	5	2- Casados	30-30	-
Sebastiao Nunes Couto	1808	8	2- Casados	-	-
Aleixo Correia Cabral	1811	3	2- Casados	30-30	Benguela/ filha crioula
Catharina Inácia da Purificação	1818	62	4- Casados	-	-
José Silveira Martins	1819	10	2- Casados	50-50	-
Celestino Antonio Santos Franco	1819	11	2- Casados	70-50	-
<b>Total</b>	-	<b>179</b>	<b>32</b>	-	-

Fonte: Inventários post-mortem – Rio Pardo 1783-1823. APERS.

Através das observações que foram feitas nos 140 inventários, foi constatado que em 13 inventários havia a existência de formação de família escrava dentro dos plantéis. A quantidade de casamento no período de 1783 a 1819 equivale a 17,87% de casados sobre o total de 179 escravos apurados e distribuídos em planteis que possuem, em média, de sete a dez escravos (9 de 13 plantéis). Ainda destacamos a importância do casamento para a sociedade em geral, pois estes dados estão nos registros de inventários de bens (*inventários post-mortem*), onde normalmente não consta esse tipo de informação. É relevante pontuar ainda que a constituição dos casamentos se efetue entre sujeitos em idade ainda produtiva – para o trabalho e reprodução (o maior número de uniões se dá entre sujeitos de 30 anos).

Interessante também é perceber que, entre os 13 inventários que estão sendo analisados, aparecem casais que tentaram formar pares com sujeitos do mesmo local de origem. Três casais buscaram nubente da mesma etnia: dois casais são de origem Angolana e

um casal de Benguela. Outro caso é de um casal de Benguela e Mina, esse tentou aproximar os costumes miscigenando as etnias com seus locais de origem, pois deveria ser a melhor solução para se manifestar e fortalecer a resistência contra o sistema. Também constam na documentação um casal que se formou por um crioulo e um Benguela, assim como um casal composto por noivos crioulos. Desses seis casais que constam nos documentos é possível perceber indícios de uma preservação de costumes e cultura para futuras gerações de escravos ou afrodescendentes. Os oito casais restantes que constam nos documentos de inventários *post-mortem* estão sem menção a uma identificação étnica, esses devem ser computados dentro da porcentagem de 23,75% (casamentos de origens diferentes) que se apresenta na tabela 6.

Para uma análise mais pormenorizada dos dados até aqui expostos, optamos pela descrição do inventário *post-mortem* de Catharina Ignácia da Purificação de 1818<sup>192</sup>, esposa de Mateus Simões Pires, importante comerciante da Vila de Rio Pardo que possuía duas estâncias e um sítio. O casal Catharina e Mateus dedicava-se à criação de animais. Possuía 5.698 cabeças de gado, sendo 4.560 reses e bois mansos; 820 eqüinos entre cavalos, éguas, potros e redomões; 128 mulas e 100 ovelhas. É baixo o índice de casamento que aparecem no inventário<sup>193</sup>, pois somente dois casais estão relacionados em um plantel grande, com 62 escravos.

Este plantel pode ser dividido em três sub-plantéis: o primeiro, com 32 escravos em uma estância chamada Capivari, com uma quantidade de 14 mulheres e 18 homens, onde devem se encontrar incluídas muitas crianças, pois não está especificada no inventário a idade dos mesmos. O segundo está em outra estância de nome São João, com uma quantidade de 4 mulheres e 13 homens. O terceiro sub-plantel é denominado como a Casa (sítio), onde somente aparece 1 mulher e 12 homens. No total, a quantidade de homens é de 43 escravos, já as mulheres constam em número de 19. Nesse caso, a dificuldade de encontrar uma noiva está explícita pela demografia dos cativos daquele plantel, mas em outras fontes como livros eclesiásticos aparecem os casamentos dos cativos desse plantel. Não foram computadas as idades dos escravos para definir realmente o número de adultos aptos ao matrimônio, pois as idades não aparecem em alguns inventários *post-mortem*, então, esse número deve mudar com pesquisas em outras fontes como livros de batismo, assentamento de casamentos e óbito, considerando as crianças desse grande plantel.

---

<sup>192</sup> Inventário Post-Mortem. Caixa 007.0001, 01/01/1773 A 31/12/1820, intervalo 1 A 28. APERS.

<sup>193</sup> Essa afirmação é sobre os inventários *post-mortem*, mas se recorrermos aos livros de assentamento de casamento de escravos, esse número poderá ser mais alto, pelo tamanho do plantel e pela quantidade de crianças.

A importância e representatividade desse inventário, por ser um plantel de grande porte (para a região em questão, Rio Pardo) e nele acreditamos que tenham acontecido as proximidades sociais causando estranheza o fato de que não aparece um número expressivo de casamentos de negros nesse documento (*inventário post-mortem*). A saída encontrada foi buscar em outras fontes a verificação se realmente existiam relações próximas em um plantel grande como esse referido. Pois com a diversidade de produção de Mateus Simões Pires e a quantidade de escravos desse plantel é considerável que seja possível a aproximação social.

A fonte analisada foi dos livros de assentamento de casamento da Igreja, e nelas foram encontrados oito casamentos desse plantel, perfazendo as suspeitas que se tinham sobre um maior número de núpcias do que os apresentados no inventário *post-mortem* de Catarina Ignácia da Purificação (que se somava a dois casamentos). Entre 1778 e 1808 foram arrolados os seguintes escravos de Mateus Simões Pires em matrimônio, sendo sete casais em Rio Pardo e um em Cachoeira.

Tabela 8: Casamento entre cativos de Mateus Simões Pires 1778-1808

Data do casamento	Esposo	Condição do esposo	Esposa	Condição da esposa
05/07/1778	José/Guiné	escravo	Francisca/Guiné	escrava
19/11/1781	André Gonçalves	forro	Rosa/Angola	escrava
21/08/1782	Francisco/Angola	escravo	Isabel/Benguela	escrava
23/01/1786	Vicente	escravo	Antonia	escrava
25/12/1803	Fabiano/Guiné	escravo	Felisberta/Guiné	escrava
08/07/1805	Paulo/Guiné	escravo	Lucrecia/Guiné	escrava
08/07/1805	Luciano/pardo	escravo	Esméria/crioula	escrava
10/03/1808 *	Mateus Simões/ Guiné	escravo	Laudoane Maria conceição/rebolo	forra
<b>Total</b>	-	-	-	<b>8 - casamentos</b>

Fonte: Assentamento de casamentos em Rio Pardo e Cachoeira – APERS.<sup>194</sup>

A partir desses casamentos outra fonte foi analisada também, os livros de batismo que viabilizou o estudo sobre o compadrio que vai ser abordado mais a frente nesse capítulo, pois essas relações vão favorecer a proximidade entre cativos e senhores enfatizando boas

<sup>194</sup> Livro 1 de Assentamento de Casamento, folha 98v – 1778. Livro 1, folha 138v – 1781. Livro 1, folha 148 – 1782. Livro 1, folha 185 – 1786. Livro 2b, de assentamento de casamento, folha 227v – 1803. Livro 2b, folha 247v – 1805. Rio Pardo. Livro 1 de Assentamento de casamento, folha 120 – 1808. Cachoeira. *Cúria Metropolitana de Porto Alegre, RS.*

relações entre ambos. Dos 8 casamentos apresentados na tabela 8, um foi em Cachoeira em 1808, pois talvez uma das propriedades de Mateus Simões Pires possa ser nessa vila. O escravo Mateus Simões/Guiné (pode ter o mesmo nome em homenagem a seu senhor), casou-se com Laudoane Maria Conceição/rebolo e forra, legítima a questão de aproximação cultural e preservação de unidade a resistência ao sistema, ainda viabiliza a volta do ex-escravo ao domínio e superexploração pelos senhores, pois para ficar ao lado de seu companheiro deveria acompanhar o mesmo e a sua condição.

Mas o que se pretende verificar são as relações de proximidade e sociabilidade entre senhor e o escravo para desenvolver as “vantagens e desvantagens” para os dois lados, no caso dos negros a possibilidade de uma liberdade, e para o senhor, o mecanismo de controle e alienação para explorar ainda mais a mão de obra através das relações de proximidade na fronteira oeste, em Rio Pardo. “Essas famílias, compreendidas como ‘forma de controle’, e ‘manutenção de paz’ para os senhores, representavam para os escravos ‘estratégias de sobrevivência’ e ‘resistência cotidiana’”.<sup>195</sup>

As relações que se manifestaram entre os agentes do escravismo também chamam a atenção para o relacionamento entre forros e libertos com escravos. Estas relações evidenciam contatos próximos entre elementos de *status* social diverso e que, de modo instigante, foram possibilitadas pelos seus senhores em função de eventuais benefícios e da confiança depositada nos nubentes de que sua união não levaria a fugas e, conseqüentemente, a prejuízos em seu patrimônio.

Tabela 9: Casamento entre forros e livres com escravos

<b>Condição</b>	<b>1780 – 1820</b>
Forros e escravos	18
Livres e escravos	6
<b>Total</b>	<b>24</b>

Fonte: livros de assentamento de casamento – Cúria Metropolitana de Porto Alegre/RS

Constituir laços matrimoniais é recorrente em nossa sociedade, mas se unir a uma pessoa que está sendo privada de sua liberdade é também uma forma de resistir ao escravismo? Como percebemos na tabela 9, a quantidade de forros e livres que se uniram a escravos em matrimônio, pode ser considerado mais um elemento de resistência ao sistema.

<sup>195</sup> PETIZ, Silmei de Santa’Ana. *A reconstituição de famílias escravas: parentesco e famílias entre cativos de Mates Simões Pires, Rio Grande de São Pedro, 1750-1835*. Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Caxambu – MG, 29 de setembro a 03 de outubro, 2008, p. 1.

Comparando a tabela 9 com a tabela 6, onde apresenta a quantidade de 36 indivíduos com 18 casamentos entre forros e escravos representando um percentual de 3,29%, em comparação com o total de 546 casamentos (tabela 6), também na tabela 6, aparece 12 indivíduos e os 6 casamentos entre livres e escravos, que tem como percentual de 1,09% do total de dos 546 de casamentos. Essa é uma maneira de verificar a importância da manutenção da sociedade escrava tendo como unidade a família para preservação de seus elementos culturais, cotidianos e inserção social. Também não podemos descartar a possibilidade da falta de parceiros, já que deveria ser dificultoso para um ex-escravo encontrar companheiros. Quanto aos livres, muitos poderiam ser filhos de escravos que nasceram livres e uniram-se para preservar suas cultura e unificar a resistência.

Poderia ser a única saída para uma pessoa que não tinha um lugar seu para recomeçar a vida depois de um período de exploração e privação de liberdade já que, em muitas dessas uniões os noivos eram alforriados, ou eram “filhos das senzalas” que nasceram livres. Então, o que levaria um alforriado a casar-se com um escravo? Quais as relações entre ambos que poderia atrair um parceiro para um relacionamento voltado ao cativeiro por tempo indeterminado? Para o senhor, que efeito tinha obter um parceiro “livre” para um de seus escravos? Questões um tanto intrigantes para serem analisadas e com poucas fontes que nos possibilitem respondê-las de modo coerente – todavia, podemos aventar hipóteses. A liberdade é um objetivo a alcançar para muitos escravos. Deste modo, poderíamos crer que os forros/livres que se casou com cativos poderiam fazer uso de sua “liberdade” para resistir ao escravismo e dar possibilidade ao parceiro de conseguir sua alforria também, mas para isso o senhor deveria consentir com essa ação.

Para “o sujeito preso”, seria uma oportunidade de tentar entrar para o meio social familiar e conseguir certas “vantagens”, sendo uma delas a sua liberdade. Para o sujeito forro/livre talvez fosse à oportunidade de conseguir um ponto referencial/cultural através da família. Para o senhor, seria uma espécie de manutenção de mão de obra, pois aumentaria o quadro de pessoal, sendo que possivelmente esse forro trabalharia para o senhor por algum “salário” ou ajudaria em algumas tarefas. O que se pode deduzir é que a exploração continuaria em forma de solidariedade, sociabilidade e controle, uma “falsa” relação social do senhor para o casal, e uma afabilidade verdadeira entre o casal que se formará. Também poderíamos deduzir que esses cônjuges poderiam ter relacionamentos mais estreitos com os senhores, pois como já citado, muitos poderiam ser filhos de escravos que obtiveram suas alforrias, liberdade na pia batismal, ou ainda nasceram livres, daí a possibilidade de tais



relacionamentos e o consentimento dos senhores, pois viabilizava a sociabilidade entre os agentes, escravo e senhores.

### 3.2 Compadrio: a manutenção da família escrava

Ainda avaliando as possibilidades do estabelecimento de relações próximas entre livres, escravos e senhores, podemos acrescentar *o compadrio* como um mecanismo que poderia significar possibilidades de resistência ao cativo e obtenção de vantagens para os filhos destes. Neste sentido, as redes de auxílio resultavam de conquistas dos cativos em suas relações próximas. Mas e os senhores, como viam a questão do compadrio para seu benefício? “Os vínculos estabelecidos entre senhor e seu escravo assentavam-se basicamente na dominação e exploração da mão de obra desse, gerando uma relação determinada, a princípio, por interesses econômicos.”<sup>196</sup> Também poderíamos dizer que o senhor aproveitou o compadrio para explorar ainda mais, pois favoreciam que pessoas “estranhas” (ex-escravos, escravos e livres), fossem os padrinhos dos filhos de seus explorados, quando em muitos casos, eles próprios ou familiares seus eram os padrinhos. Antônia de Castro Andrade destaca:

acreditamos que a esperança de criar redes de auxílio determinava a escolha de padrinhos em um setor social igual ou superior ao dos pais do batizando. Como a situação econômica das pessoas não está indicada nos registros de batismo presumimos que, ao escolher alguém livre para apadrinhar seu filho, as famílias escravas estavam querendo criar laços com pessoas que tivessem uma posição social melhor que a sua e pudesse prestar algum auxílio material ao afilhado.<sup>197</sup>

Em Rio Pardo a incidência do compadrio foi significativa. Tal situação pode ser vinculada a questão da fronteira que poderia favorecer que as relações acontecessem próximas e com mais frequência, pois era um lugar vulnerável e possibilitava as “boas relações entre cativos e outras pessoas” que não faziam parte de seu meio. Outro aspecto que chama a atenção é que em Rio Pardo, a questão da preferência na escolha de padrinhos como escreve Petiz:

entre os escravos da fronteira oeste do Rio Grande, que indica a preferência por outros indivíduos da mesma condição social, isto é, cativos. Isso pode indicar uma busca individual por maior socialização ou evidenciar que a

<sup>196</sup> ANDRADE, Antônia de Castro. *Escravidão e Laços de Compadrio: um estudo preliminar*. São Luís: Outros Tempos. Revista eletrônica da UEMA. ISSN 1808-8031, p. 11-31, 2005, p. 15.

<sup>197</sup> Idem, p. 18.

família escrava dessa região se ampliava fortalecendo seus vínculos com outros cativos.<sup>198</sup>

Podemos entender que a busca por esses privados de liberdade para batizar as “crianças da senzala” com padrinhos também escravos foi uma maneira de socialização o fortalecimento de laços familiares e relacionais com indivíduos da mesma condição. Também faz-se mister destacar que em caso de crianças, eram os pais que escolhiam os padrinhos. Como os senhores deixavam seus subalternos fazerem essas escolhas? Podemos arriscar a dizer que nem todos os sujeitos ativos no sistema escravista tiveram boas relações com seus senhores, mas os que dela usufruíram, tiveram algumas “vantagens” que, beneficiadas pelo bom relacionamento próximo e afeições de bom grado, puderam, nesse caso, escolher os padrinhos de seus filhos. Já os escravos adultos tinham seus padrinhos escolhidos pelo senhor – algo significativo visto que podemos aventar que a relação de proximidade que se estabeleceria entre o batizado e pessoas próximas, seria também um mecanismo de benefício (em caso de boas relações senhor/escravo) ou um modo de disciplinar (quando o batizado fosse tido como rebelde, por exemplo). Ainda temos situações em que senhores batizavam filhos de ex-escravos, “as relações verticais com a família senhorial também são notadas, porém sempre que ocorre é na condição de antigos senhores batizando filhos de escravos alforriados”.<sup>199</sup> Não era comum acontecer ao contrário, ou seja, alforriados batizarem os filhos dos senhores. Em Rio Pardo, outro aspecto que chama a atenção é a relação de forros com os planteis de origem. Muitos forros batizavam os filhos de escravos, e vice-versa, denotando relações próximas e afetivas entre os pais das crianças e também entre senhores, já que os seus “ex-senhores” batizavam os filhos dos alforriados. Como destaca Mattoso,

Ser afilhado de um senhor é gozar de uma situação privilegiada e de proteção especial no grupo de escravos; a obediência e a humildade tornam-se mais fáceis [...]. A mãe escrava da criança que a senhora leva à pia batismal tornam-se “comadre” de sua dona, que a saudará, sem esforço, nestes termos: “então, como vai a minha comadre?” Vínculos sutis de afeição eletiva podem, pois, brotar dessa maneira entre senhores e escravos.<sup>200</sup>

<sup>198</sup> PETIZ, Silmei de Sant’Ana. *Considerações Sobre a Família Escrava da Fronteira Oeste do Rio Grande de São Pedro (1750-1835)*. 3º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. Florianópolis de 2 a 4 de maio, 2007, p. 10.

<sup>199</sup> PETIZ, Silmei de Sant’Ana. *A reconstrução de famílias escravas: parentesco e famílias entre cativos de Mateus Simões Pires, Rio Grande de São Pedro, 1750-1835*. Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Caxambu – MG, 29 de setembro a 03 de outubro, 2008, p. 18.

<sup>200</sup> MATTOSO apud ANDRADE, p. 14.

As possibilidades de uma boa relação entre os agentes que fomentavam o sistema, e que poderiam favorecer de alguma forma seus subordinados (compadrio, por exemplo), não pode, todavia, ofuscar a realidade das relações cotidianas. Mesmo apadrinhando um cativo, o senhor continuava sendo seu proprietário. O modo de tratamento poderia sofrer algumas alterações, ser suavizado, mas a condição de cada envolvido neste contexto permanecia ordenada segundo as regras sociais da época. Andrade aponta para esta questão de modo interessante: “para o senhor, manter vínculos afetivo/religiosos com um de seus escravos poderia representar um forte obstáculo à execução de seus direitos enquanto proprietário.”<sup>201</sup> As relações próximas de sociabilidade não afetam os direitos de um senhor, ainda mais em uma fronteira. Acreditamos que os vínculos favoreciam a produtividade e permanência do explorado com seu senhor e, conseqüentemente, diminuía as possíveis fugas e o mesmo a necessidade de castigos violentos. Ainda nesse relato sobre as possíveis relações próximas pelo compadrio, se encontra uma funcionalidade desse elemento com a sociedade, que integra todos os agentes ativos do escravismo interligando-os pela doutrina religiosa.

Os laços do compadrio são o próprio fundamento da vida de relação. Eles se harmonizam perfeitamente com as regras dessa sociedade brasileira baseada na família extensiva, ampliada, patriarcal. E os laços não prendem apenas padrinho e afilhado, ligam o padrinho, sua família e os pais da criança batizada.<sup>202</sup>

Cristiane de Quadros de Bortolli demonstra a necessidade de verificar e quantificar os padrinhos livres, “demonstrando a predominância destes em relação à participação de padrinhos escravos nos atos do sacramento do batismo a fim de justificar por meio que isso ocorria”.<sup>203</sup> Os estudos que remetem para esse tema de compadrio, cada vez mais se apresentam inserido no decorrer dos últimos anos demonstrando um aumento na bibliografia existem, pois as abordagens que são oferecidas trazem o escravo como sujeito histórico, produtor de sua história e dela, a família é a referência dentro do escravismo.

Essa forma de ligação entre o que se define como “família extensiva” e que aproxima os sujeitos em função de vínculos próximos entre batizados, familiares e padrinhos é legitimado pela prática do compadrio. Mais do que um rito, apadrinhar um batizado era

---

<sup>201</sup> ANDRADE, Antônia de Castro. *Escravidão e Laços de Compadrio: um estudo preliminar*. São Luís: Outros Tempos. Revista eletrônica da UEMA. ISSN 1808-8031, p. 11-31, 2005, p. 16.

<sup>202</sup> MATTOSO apud ANDRADE, p. 18.

<sup>203</sup> BORTOLLI, Cristiane de Quadros de. *Vestígios do Passado: a escravidão no Planalto Médio gaúcho*. Passo Fundo: UPF, 2003, p. 125.

assumir um compromisso. O padrinho deveria dar proteção para seu afilhado, deveria manter uma boa relação com aquele conforme dispunham as prerrogativas da Igreja.

O compadrio era estabelecido pelo ato de batismo e, esse significava laços de solidariedade e cooperação que representavam “garantia de espaço” e convivência dentro do sistema escravista. “A família escrava representava neste aspecto um fator de importância primordial na consecução desses laços de solidariedade”.<sup>204</sup> Poderíamos dizer que era uma estratégia de sobrevivência a partir da família que gerava os filhos que seriam batizados.

Apesar dos rigores do cativo, os escravos crioulos estabeleceram redes de solidariedade, envolvendo família, compadrio, apadrinhamento, e criaram estratégias de sobrevivência, obtendo algumas conquistas no interior do cativo.<sup>205</sup> [...] é importante entendermos que, mesmo que a possibilidade de uma desintegração ameaçasse a condição familiar dos escravos, esses não deixavam de constituir famílias.<sup>206</sup>

Tanto é possível, quanto, foi viável o compadrio para o escravismo brasileiro como elemento funcional que viabilizou o relacionamento entre escravarias de todos os tamanhos, ultrapassando os limites que foram impostos e dando ênfase as mudanças que se sucederam até o fim da escravatura fortificando os laços sociais como escreveu Ana Paula P. de Siqueira. “houve casos em que o limite foi transposto, tanto em pequenas quanto em grandes escravarias. E isto pode ser visto nas relações de compadrio que os cativos estabeleceram com outros cativos, de outros senhores, com libertos e livres na escolha dos padrinhos”.<sup>207</sup> Cristiane Q. de Bortolli também descreve em seus estudos sobre o compadrio, em comparação com outras regiões que as características de apadrinhamento não mudam entre as regiões de estudos. “Em comum, verificamos que, nos batismo de escravos, predominavam os padrinhos livres, o que nos leva a deduzir que a escolha de pessoas livres podia ter como objetivo um intermediário quando de ocorrência de conflitos com o senhor”.<sup>208</sup>

Silmei Petiz, em estudo sobre relações de compadrio em Rio Pardo, especificamente no estudo de caso dos escravos de Mateus Simões Pires, nos indica alguns elementos

<sup>204</sup> FREIRE, Jofre. *Compadrio em uma freguesia escravista: Senhor Bom Jesus do Rio Pardo (MG)(1838-1888)*. XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Caxambu – MG – Brasil, de 20-24 de setembro de 2004, p. 6.

<sup>205</sup> BORTOLLI, Cristiane de Quadros de. *Vestígios do Passado: a escravidão no Planalto Médio gaúcho*. Passo Fundo: UPF, 2003, p. 126.

<sup>206</sup> LAUREANO apud BORTOLLI, p. 126.

<sup>207</sup> SIQUEIRA, Ana Paula Pruner de. *As relações de compadrio em terras de pecuária na segunda metade do século XIX*. Vestígios do Passado: a história e suas fontes. IX Encontro Estadual de História. ANPUH-RS. Porto Alegre, 14 e 18 de julho, UFRGS, 2008, p. 4.

<sup>208</sup> BORTOLLI, Cristiane de Quadros de. *Vestígios do Passado: a escravidão no Planalto Médio gaúcho*. Passo Fundo: UPF, 2003, p. 127.

pertinentes para o argumento que estamos defendendo. Seus estudos e a análise das fontes de assentos de batismos evidenciam formas de sociabilidade significativas para compreendermos as relações de proximidade naquele local.

Tabela 10: Batismo dos cativos de Mateus Simões Pires de 1783-1818

<b>Data do Batismo</b>	<b>Inocente</b>	<b>Pai</b>	<b>Mãe</b>	<b>Padrinho</b>	<b>Madrinha</b>
28/11/1779	Joaquim	José Preto	Francisca Guiné	Joaquim	Ana
31/08/1783	Francisca	José Preto	Francisca Guiné	Antônio	Gracia
02/09/1787	Jacinto	José preto	Francisca Guiné	Vicente	Antonia
01/03/1789	Felisberto	José preto	Francisca Guiné	Bernardino	Severina Maria de Jesus
04/09/1792	Esméria	Antônio Guiné	Josefa Guine	Francisco	Feliciana
06/10/1792	Manoel	José Preto	Francisca Guiné	Antônio	Joana
12/03/1793	Clemência	N/C	Cândida Congo	José	Gertrudes
26/12/1794	Feliciana	Antônio Guiné	Josefa Guiné	Manoel forro	Feliciana
08/04/1795	Albino	José crioulo	Gertrudes	José forro	Francisca Maria de Jesus
10/04/1796	Mariana	N/C	Cândida Congo	Francisco de Paula	Mariana
26/11/1796	Teodoro	Antônio Guiné	Josefa Guiné	Antônio forro	Francisca
11/02/1798	Fortunato	Mateus preto	Cândida Congo	Joaquim	Antônia
01/05/1800	Rita	José Crioulo	Gertrudes	Caetano	Francisca
20/07/1800	Joana	Antônio Guine	Josefa Guiné	Gonçalo	N/C
16/08/1803	Constância	Antônio Guine	Josefa Guiné	Mateus	Antônia
27/11/1804	Eugenia	Antônio Benguela	Joana Benguela	Pedro	Antonia
21/02/1805	Ignácia	Mateus preto	Cândida Congo	Domingos	Antônia
20/03/1808	Simplício	Antônio Guine	Josefa Guiné	Manoel	Joaquina
07/07/1809	Vivência	Antônio Guine	Josefa Guiné	Ricardo Pereira	Francisca Souza
06/05/1810	Francisco	Mateus preto	Cândida congo	Ignácio	Maria
13/09/1812	Gertrudes	Mateus preto	Cândida Congo	João	Mauriciana
15/11/1812	Calhista	Antônio Guiné	Josefa Guiné	José preto	Juvência Nunes
02/05/1814	Esméria	José Crioulo	Feliciana crioula	Salvador forro	Josefa Maria forra
18/09/1814	Lourenço	José Crioulo	Gertrudes	João	Maria
21/10/1818	Ursula	Antônio Guine	Josefa preta	Gaspar Simões	Maria Esméria de Faria
12/11/1818	Maria	José crioulo	Feliciana crioula	Antônio	Josefa
Ilegível	Bárbara	José crioulo	Gertrudes	José	Teresa

Fonte: Assentos de batismo da paróquia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo. Arquivo da Cúria Metropolitana de Porto Alegre/RS.<sup>209</sup>

<sup>209</sup> PETIZ, Silmei de Sant'Ana. *A reconstrução de famílias escravas: parentesco e famílias entre cativos de Mateus Simões Pires, Rio Grande de São Pedro, 1750-1835*. Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Caxambu – MG, 29 de setembro a 03 de outubro, 2008, p. 16.

Observando o relacionamento de compadrio que se estabeleceu na escravaria de Mateus Simões Pires, durante os anos de 1793 e 1796, chamou-me a atenção à escrava Cândida Congo que teve duas filhas, solteira. A partir de 1798 a mesma escrava aparece casada com Mateus Preto e teve mais quatro filhos. Tal situação já fora apontada por Robert Slenes que destaca que as mães de planteis pequenos começaram sua vida sexual reprodutiva solteira e, depois se casaram formando a família escrava legítima.<sup>210</sup> Notamos aqui, todavia, que um caso assim ocorreu em um grande plantel (para a região de Rio Pardo), no caso específico de Cândida Congo. Poderíamos também levantar a questão de que as filhas que a escrava teve antes da união podem ser de Mateus Preto, caso a oficialização do matrimônio tenha se dado posteriormente. No registro de batismo não consta o nome do pai das duas primeiras crianças, são mencionadas somente como “filho natural”, quando somente o nome da mãe, Cândida Congo, aparece nos documentos.

As informações que essas fontes – os livros de batismo – nos oferecem, possibilitam-nos verificar a origem dos pais que se uniram na fronteira oeste do território de São Pedro, em Rio Pardo. Na tabela 10, a formação da família cativa é consolidada com o batismo dos filhos que nasceram destas uniões estáveis e relacionamentos eventuais entre esses casais. No caso dos sete casais que aparecem no plantel de Mateus Simões Pires, as relações que se formam são um entrelace de sociabilidade que definiu um elemento para amenizar a situação do cativo e, também para fazer valer a autonomia que é dada para a escolha dos padrinhos que compõe o quadro social na escravatura da fronteira oeste, também para legitimar a posse dos senhores sobre seus escravos como cita Cristiane Q. de Bortolli, “O ato do batismo servia como registro que comprovava, de fato, a quem os escravos pertenciam, pois não havia na época registro civil”.<sup>211</sup>

Aparece também, a união dos casais do mesmo local de origem fortalecendo os laços culturais e resistindo a imposição da cultura portuguesa. Das sete mães que foram selecionadas, em cinco casos aparece o local de origem, como Guiné, Congo, Benguela e crioula. Em três casos específicos os casais se formaram tendo como base o lugar de origem, no caso de Antônio Guiné e Josefa Guiné, Antônio Benguela e Joana Benguela e José crioulo e Feliciano crioula.

Outro aspecto que também chama a atenção é que geralmente não se repetiam os padrinhos nos casos de compadrio em Rio Pardo, em específico no plantel estudado e tido

<sup>210</sup> SLENES, Robert W. *Escravidão e Família: padrão de casamento e estabilidade familiar numa comunidade escrava (Campinas, século XIX)*. Estudos Econômicos, v. 17, n.2, maio-agosto de 1987; p. 217-227.

<sup>211</sup> BORTOLLI, Cristiane de Quadros de. *Vestígios do Passado: a escravidão no Planalto Médio gaúcho*. Passo Fundo: UPF, 2003, p. 134.

como referência para essa análise das relações de compadrio entre cativos. Na tabela 11, estão arrolados os casos de padrinhos e madrinhas que se repetiram no plantel de Mateus Simões Pires.

Tabela 11: Padrinhos e madrinhas que se repetiram no plantel de Mateus Simões Pires de 1783-1818

<b>Data do Batismo</b>	<b>Inocente</b>	<b>Pai</b>	<b>Mãe</b>	<b>Padrinho</b>	<b>Madrinha</b>
31/08/1783	Francisca	José preto	Francisca Guiné	Antônio	-
06/10/1792	Manoel	José preto	Francisca Guiné	Antônio	-
12/11/1804	Maria	José crioulo	Feliciano crioula	Antônio	-
28/11/1779	Joaquim	José preto	Francisca Guiné	Joaquim	-
11/02/1798	Fortunato	Mateus preto	Cândida Congo	Joaquim	-
02/09/1787	Jacinto	José preto	Francisca Guiné	-	Antônia
11/02/1798	Fortunato	Mateus preto	Cândida Congo	-	Antônia
21/02 1805	Ignácia	Mateus preto	Cândida Congo	-	Antônia
16/08/1803	Constância	Antônio Guine	Josefa Guiné	-	Antônia
27/11/1804	Eugênia	Antônio Benguela	Joana Benguela	-	Antônia
12/03/1793	Clemência	N/C	Cândida Congo	José	-
N/C	Bárbara	José crioulo	Gertrudes	José	-
13/09/1812	Gertrudes	Mateus preto	Cândida Congo	João	-
18/09/1814	Lourenço	José crioulo	Gertrudes	João	-
26/11/1796	Teodoro	Antonio Guiné	Josefa Guiné	-	Francisca
01/05/1800	Rita	José crioulo	Gertrudes	-	Francisca

Fonte: Assentos de batismo da paróquia de Nossa Senhora do Rosário de Rio Pardo. Arquivo da Cúria Metropolitana de Porto Alegre/RS.

Pela tabela 11, apontamos os casos particulares de padrinhos e madrinhas que se repetiram formando laços solidários com diversos casais de diferentes locais de origem. No caso de Antônio aparece nos documentos batizando três crianças (Francisca, Manoel e Maria) de dois casais em períodos diferentes 1783, 1792 e 1804. Joaquim batiza duas crianças (Joaquim e Fortunato) também de dois casais diferentes em 1779 e 1798. Antônia aparece batizando cinco crianças (Jacinto, Fortunato, Ignácia, Constância e Eugênia) de quatro casais nos anos de 1787, 1798, 1803, 1804 e 1805. José batiza duas crianças, uma delas a menina Clemência, filha de Cândida Congo quando esta era solteira, e Bárbara, filha de Jose crioulo e Gertrudes. João batiza duas crianças (Gertrudes e Lourenço) de dois casais em 1812 e 1814. Francisca também batiza duas crianças (Teodoro e Rita) de dois casais em 1796 e 1800.

Como podemos verificar as relações de compadrio são elementos de importância na compreensão das relações próximas de sociabilidade que se formaram entre senhores,

escravos e sociedade, pois em muitos casos – em específico esse plantel – as relações de solidariedade e resistência foram muito além das “cercas” das fazendas ou estâncias que fomentaram a ocupação do território de São Pedro. Segundo Silmei Petiz:

A maior parte dos casais de compadres não se repetia nos batismos e eles eram, geralmente, cativos pertencentes a outros plantéis, o que nos leva a afirmar que havia certa margem de mobilidade e de vínculos que se estabeleciam para além das cercas que os separavam.<sup>212</sup>

Escravos de outros plantéis eram padrinhos e madrinhas das crianças cativas, então as possibilidades existiam e as relações próximas e sociais poderiam ter acontecido, já que em sua maioria esses padrinhos eram de outras escravarias. Mas os senhores permitiam que seus escravos se relacionassem a ponto de viverem em compadrio e transitar livremente? Importante é observar essas relações próximas e delas supor a existência de certa “liberdade” entre esses sujeitos que mantiveram o sistema escravista.

Através dos batismos, portanto, estreitavam-se laços de afetividade e troca de favores entre os homens brancos, os quais não eram prejudicados em nenhum momento. Os batismos serviram também para evidenciar a ‘boa ação’ que os senhores realizavam, permitindo que os escravos recebessem esse sacramento, o que salvaria suas almas pagãs e, ao menos nesse momento, torná-los-ia iguais aos seus senhores.<sup>213</sup>

Verificando um pouco mais o plantel de escravos de Mateus Simões Pires e Catarina Ignácia da Purificação (1818), também são perceptíveis as homenagens que são feitas aos padrinhos e madrinhas como forma de reconhecimento e proximidade, pois era uma maneira de agradecer e fortalecer o relacionamento entre os compadres, forçando assim uma resistência embasada em “laços fortes de solidariedade e afetividade”. Os padrinhos homenageados são Joaquim (1779), Mariana (1796) e Feliciano (1794). Esses três padrinhos tiveram seus nomes colocados em seus respectivos afilhados.

Os documentos mostram que as relações de proximidades se manifestaram e ocasionaram certa mobilidade entre os sujeitos aprisionados, ou seja, um fator que foi levantado por Ana Paula P. de Siqueira que estuda a região de Palmas no Paraná, foi a escolha de padrinhos livres para almejar melhores condições para os sujeitos que faziam parte desse

<sup>212</sup> PETIZ, Silmei de Sant’Ana. *A reconstrução de famílias escravas: parentesco e famílias entre cativos de Mateus Simões Pires, Rio Grande de São Pedro, 1750-1835*. Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Caxambu – MG, 29 de setembro a 03 de outubro, 2008, p. 17.

<sup>213</sup> BORTOLLI, Cristiane de Quadros de. *Vestígios do Passado: a escravidão no Planalto Médio gaúcho*. Passo Fundo: UPF, 2003, p. 135.



sistema, em muitos casos, “Os homens livres eram os mais procurados e considerados mais importantes do que as madrinhas. A escolha por padrinhos livres significava possibilidades de melhores vantagens tanto para a criança e para seus pais”.<sup>214</sup> Cristiane Q. de Bortolli verificando o estudo de Marcia Cristina de Vasconcellos, percebeu que o batismo era uma alternativa para os negros ressocializarem-se no meio do escravismo. “para os escravos o batismo correspondia a uma alternativa de ressociação na sociedade escravista”.<sup>215</sup>

Os trabalhos nesse sentido têm valorizado cada vez mais tais objetivos de encontrar elementos que configurem “os meios escravistas e suas variáveis”, que definam um escravo “pensante” dentro de sua realidade, ou seja, “a capacidade dos escravos de pensar o mundo através de categorias e significados sociais se não aqueles instituídos pelos próprios senhores”.<sup>216</sup> As fontes estão cada vez mais nos proporcionando aprendizados sobre a importância das multiplicidades sociais das organizações familiares escravas que possuem relativos empreendimentos que estabilizam uma relação de possíveis estratégias de alianças e amizades, sendo essas, o nome que era dado aos batizados eram formas de legitimar a crença e a amizade no padrinho – nesse caso os senhores também eram homenageados –, “Nesse sentido, entendemos que as famílias escravas estariam sustentadas no somatório dos laços verticais e horizontais”.<sup>217</sup>

Segundo Cristiane Q. Bortolli, “o compadrio entre escravos livres pôde ser constatado na maioria dos batismos analisados, o que vem confirmar a importância do padrinho livre, que poderia fazer as vezes de protetor e intercessor no futuro”.<sup>218</sup> O compadrio tem uma funcionalidade que acarreta para os padrinhos uma responsabilidade de proteção em situações que possivelmente possa acontecer, então os cuidados para uma vida mais longa e inserção na sociedade branca, os pais dos escravos buscavam proteger seu filhos e o compadrio dava essa possibilidade. “Para os pais dos escravos batizados, era importante incluir seus filhos na comunidade escrava; para os senhores, os laços de amizade e compadrio entre cativos e dos cativos com os senhores amenizavam atos de resistência”.<sup>219</sup> Os laços

---

<sup>214</sup> SIQUEIRA, Ana Paula Pruner de. *As relações de compadrio em terras de pecuária na segunda metade do século XIX*. Vestígios do Passado: a história e suas fontes. IX Encontro Estadual de História. ANPUH-RS. Porto Alegre, 14 e 18 de julho, UFRGS, 2008, p. 5.

<sup>215</sup> BORTOLLI, Cristiane de Quadros de. *Vestígios do Passado: a escravidão no Planalto Médio gaúcho*. Passo Fundo: UPF, 2003, p. 138.

<sup>216</sup> PETIZ, Silmei de Sant’Ana. *Considerações Sobre a Família Escrava da Fronteira Oeste do Rio Grande de São Pedro (1750-1835)*. 3º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. Florianópolis de 2 a 4 de maio, 2007, p. 11.

<sup>217</sup> Idem.

<sup>218</sup> BORTOLLI, Cristiane de Quadros de. *Vestígios do Passado: a escravidão no Planalto Médio gaúcho*. Passo Fundo: UPF, 2003, p. 143.

<sup>219</sup> Idem, p. 142.

seriam as relações próximas de sociabilidade que se constituíram entre esses sujeitos ativos dentro do sistema escravista em vigor no período de 1780 a 1820, na fronteira oeste em Rio Pardo.

### 3.3 De escravo a senhor

Gabriel Aladrén<sup>220</sup> traz um fato interessante de ser reavaliado em sua obra intitulada “*Ascensão social e inserção econômica de ex-escravos*”. Sob tal perspectiva, verificam-se como os negros alforriados e libertos tiveram a sua inserção na economia e na sociedade que, até então, os escravizavam. Como se constituíram laços de solidariedades entre esses indivíduos que, num primeiro momento, eram privados de liberdade, e depois se tornaram senhores de escravos, formando patrimônio e participando da constituição de pequenos plantéis escravistas.

Em caso mais específico, o autor relata a morte de um ex-escravo que constituía um patrimônio razoável para um negro no ano de 1819. Esse manteve relações sociais e econômicas na região do distrito do Cai - RS, onde residia. Segundo o autor: “Pedro Gonçalves alcançou uma posição econômica incomum para um liberto em fins do período colonial. Possuía 4 cativos, um rebanho de 44 reses de marca, uma casa com lavoura e matos.”<sup>221</sup>

Na pesquisa do inventário *post-mortem* de 1811 de Joaquim dos Santos em Rio Pardo, verificou-se que esse inventariado era um ex-escravo (forro). Possuía um escravo de nome Joaquim de nação Mina com valor aproximado de 38\$400 réis.<sup>222</sup> Esse senhor teve sua ascensão social quando da compra desse escravo. No inventário, muito danificado, não se apresentam mais detalhes sobre esta situação, todavia, a partir deste documento podemos deduzir que também em Rio Pardo, muitos ex-escravos conseguiram um “lugar” na sociedade e tornaram-se senhores.

---

<sup>220</sup> ALADRÉN, Gabriel. *Ascensão social e inserção econômica de ex-escravos: o caso do liberto Pedro Gonçalves (Rio Grande do Sul, século XIX)*. Nuevo Mundo Mundos Nuevos. Revista Eletrônica, Paris. Debates, 2009.

<sup>221</sup> Idem, p. 3.

<sup>222</sup> Inventário Post-Mortem de Joaquim dos Santos, ano de 1811. Caixa 007.0252 – Intervalo: 73 a 86 – 01/01/1801 a 31/12/1803. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. APERS.

Tabela 12: Populações do Rio Grande de São Pedro 1814

População	Total	%
Branços	32.300	48,2
Índios	8.655	12,9
Libertos	5.399	8,1
Escravos	20.611	30,8
<b>Total</b>	<b>66.965</b>	<b>100</b>

Fonte: Censo de 1814.<sup>223</sup>

A população do território de São Pedro para o ano de 1814 estabelecia 5.399 libertos e 20.611 cativos. A diferença entre ambos era de 15.212 cativos. O interessante é que alguns desses libertos faziam parte dos senhores de escravos (forros e senhores) e tinham suas “relações próximas de sociabilidade” com seus escravos (negros). Pedro Gonçalves, citado por Aladrén, manteve certa reciprocidade com seus escravos, como quando um cativo chegou a chamá-lo de “amo”. Ainda destacamos que seus escravos recebiam parcelas de terras para produzir para si próprios, como era costume no sistema escravista.

Pedro Gonçalves era respeitado pela vizinhança e desfrutava de um status social condizente com sua situação econômica, de pequeno senhor de escravista. Tanto era assim que o peão Antonio Cabra, que trabalhava com ele a jornais havia quatro meses [...], o tratava com deferência e de forma respeitosa, designando-o por “meu amo”. [...] Afinal, mesmo sendo um ex-escravo, era amo de um homem livre. Como foi isso possível?<sup>224</sup>

Acreditamos que somente através de ‘relações próximas de sociabilidade’ foi possível a um cativo reconhecer que era bem tratado e chamar um ex-escravo/senhor de “amo”. Outro fator evidenciando nas fontes é que este ex-escravo tinha quatro cativos, contratou um peão livre e deu parcelas de terra para seus escravos produzirem suas roças.<sup>225</sup>

Robert Slenes considera essa forma de economia como “economia interna dos escravos”, e não como uma brecha camponesa, como Ciro F. Cardo defendia, pois abrange todas as atividades que foram desenvolvidas pelos escravos. Neste sentido, aponta Slenes:

<sup>223</sup> Censo de 1814. *Fundação de Economia e Estatística. De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul*. Censo do RS: 1803-1950. Porto Alegre: FEE/Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, 1986, p. 50. In. ALADRÉN, Gabriel. *Ascensão social e inserção econômica de ex-escravos: o caso do liberto Pedro Gonçalves (Rio Grande do Sul, século XIX)*. Nuevo Mundo Mundos Nuevos. Revista Eletrônica, Paris. Debates, 2009, p. 2.

<sup>224</sup> ALADRÉN, Gabriel. *Ascensão social e inserção econômica de ex-escravos: o caso do liberto Pedro Gonçalves (Rio Grande do Sul, século XIX)*. Nuevo Mundo Mundos Nuevos. Revista Eletrônica, Paris. Debates, 2009, p. 5.

<sup>225</sup> Idem, p. 3.

Como as lutas entre escravos e senhores se desenvolveram em contextos diferentes, os perfis desta economia interna foram bastante variados. Como essas lutas se travavam entre adversários muito desiguais, não surpreende que a economia escrava, qualquer que fosse seu perfil, tenha tido pouca garantia de “estabilidade”.<sup>226</sup>

Com esse raciocínio, não seria nada de anormal que o embate entre senhores e escravos tivesse repercussão nas lutas e possíveis vantagens para os cativos, pois a desigualdade está estabelecida dentro da estrutura convencionada para a elaboração das relações sociais, nesse sentido o negro já começava sua vida social estabelecido dentro do sistema escravista, ao qual vai sofrer o distanciamento do mundo social-econômico. Segundo Gabriel Aladrén, “Slenes procura compreender a amplitude e os limites da economia interna do escravo como parte da luta de classes durante o escravismo”.<sup>227</sup>

Os escravos, por estarem em desvantagem dentro do sistema, deveriam “arranjar” mecanismos que incrementassem possibilidades de “possíveis benefícios”, constituindo elementos que formassem a estrutura de “relacionamentos” para viabilizar uma ascensão social, já que era viável a constituição familiar e, também, poderia alcançar a alforria e, desta, a efetivação econômica estabilizada, como é o caso de Pedro Gonçalves. “a prática da concessão de uma roça para o cultivo tornou-se um direito reivindicado pelos escravos, interpretado como um acordo que os senhores deviam respeitar”.<sup>228</sup> Se os senhores deveriam respeitar “acordos” que os cativos reivindicassem, então, deveriam existir relações próximas para ordenar uma “reclamação de direitos”, pois já que os escravos obtinham vantagens desses acordos, então, Pedro Gonçalves deveria ter obtido um acordo também com seu senhor, pois era forro. “As relações entre Pedro Gonçalves e o Capitão José Alexandre d’Oliveira [Pedro era agregado] são nexos importantes para compreender o acesso a terra por parte do preto forro”.<sup>229</sup>

Um dos traços marcantes dessa original formação social foi o surgimento de novos critérios ordenadores das hierarquias sociais, vinculados à ocupação, à condição e à cor da pele. Outro fator crucial foi a existência de uma mobilidade social restrita, ou melhor, condicionada pela estrutura polarizada de uma sociedade escravista.<sup>230</sup>

<sup>226</sup> SLENES, Robert. *Na Senzala uma Flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil sudeste, século XIX*. Rio De Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 199.

<sup>227</sup> ALADRÉN, Gabriel. *Ascensão social e inserção econômica de ex-escravos: o caso do liberto Pedro Gonçalves (Rio Grande do Sul, século XIX)*. Nuevo Mundo Mundos Nuevos. Revista Eletrônica, Paris. Debates, 2009, p. 6.

<sup>228</sup> Idem.

<sup>229</sup> Idem, p. 7.

<sup>230</sup> Idem, p. 5

A descrição da relação de Pedro Gonçalves é mais um em tantos fatos da escravidão que o correram dentro do território de São Pedro. Em Rio Pardo não foi diferente, dentre os muitos escravos que conseguiram suas alforrias, alguns tiveram a ascensão social, pois como os pequenos plantéis favoreceram um relacionamento mais próximo. Como vimos, Pedro Gonçalves deu parcelas de terras para seus escravos plantarem, “legitimando o acordo” entre ambos. “A sociedade sul rio-grandense, no início do século XIX, não tinha sua economia organizada de forma autônoma, e o mercado de terras não era auto-regulável, de modo que os vínculos pessoais eram fundamentais para o estabelecimento de forros como lavradores”.<sup>231</sup> Também Joaquim dos Santos deve ter acordado algo com seu escravo, já que a relação era próxima. Neste caso esse senhor forro possuía um escravo, mas as condições não devem mudar muito entre esses dois exemplos apresentados.

### **3.4 Os testamentos como uma possibilidade de ascensão social**

Verificando os inventários *post-mortem* de Rio Pardo e outras localidades que representaram a sociedade dominante e escrava no território de São Pedro no período de 1780 a 1820, se percebe que era comum o inventariado “consentir herança” para seus cativos, como roupas, terras, animais, dinheiro, etc. Mas por que deixar esses bens para escravos? Essas ações que foram praticadas pelos senhores referem-se às relações próximas que aconteceram e provocaram “solidariedades”, as quais foram reconhecidas nesses documentos de fonte primária, dando ênfase para a abordagem das “relações de sociabilidade”, como mostram os inventários *post-mortem e cartas de alforrias*, por exemplo.

Nessas fontes, estão constatadas as riquezas dos senhores e o que tinham para deixar como herança para seus familiares e outros que mais tiveram proximidades relativas ao seu cotidiano, sociabilizado entre os agentes ativos do escravismo, obtiveram essas vantagens. Foi possível averiguar que alguns negros ganharam de seus senhores bens de importância monetária e liberdade por alforrias, por serviços prestados. Em três inventários *pós-mortem* foi constatado o que cada escravo inventariado e herdeiro tinham a receber, como os casos de Joaquim, José Campeiro, José prego e Jorge, todos de senhores diferentes, como aparece nas fontes: Em 1801 o testamentado Francisco de Magalhães deixou para seu escravo Joaquim parte de suas roupas. Em 1824 a testamentada Dona Rosa Joaquina de Souza diz: José Campeiro e José prego devem trabalhar na fazenda como capatazes ou feitores. Em 1832 o

---

<sup>231</sup> Idem, p. 6.

testamentado Antônio da Silva Machado, mandou dar para o escravo Jorge a quantia de 200\$ reis.<sup>232</sup>

As relações próximas trouxeram para os cativos “certas vantagens,” ou laços de solidariedade entre os agentes do escravismo, desenvolvendo probabilidades para uma ascensão do negro na sociedade branca, já que era um “herdeiro” das “roupas do senhor”, roupas estas que eram diferentes das quais usava. Claro que nesse caso o sujeito que ganhou as roupas continuou na mesma condição, mas o que fez por merecer a ponto de ser um herdeiro de um senhor? Inferimos que manteve relações próximas e sociais com seu senhor, para obter a possibilidade de fazer parte do inventario como “herdeiro” de uma parcela de seus bens. As mesmas considerações também foram oferecidas por outros senhores escravistas a mais três escravos: José Campeiro e José Prego, que deveriam ser capatazes ou feitores da fazenda. Porque esse “título”, ou denominação para esses escravos, dando poder para administrar a fazenda? E por que Jorge ganhou 200\$ reis de seu senhor?

Vale dizer que as relações ou laços que se formam entre esses agentes do sistema escravista denotam as *relações horizontais e verticais*<sup>233</sup> voltadas para “um bom relacionamento”, o qual é constituído pela estrutura que se formou entre as necessidades de ambos os lados. Hebe Mattos de Castro apontou como condição fundamental para o acesso a terra a consolidação de relações horizontais, sendo que essas relações vão se dar a partir de quando houver uma aproximação entre senhores e cativos.

As pesquisas demográficas têm avançado ainda na configuração das condições sociais diferenciadas de acesso às relações familiares, [...] Têm ainda esclarecido sobre a inter-relação do cálculo senhorial e da ação dos próprios escravos na configuração demográfica da empresa escravista.<sup>234</sup>

A inter-relação que fala a autora são as relações horizontais que se formam entre a hierarquia senhorial e o negro subalterno, dessas, são constatadas algumas vantagens que vão favorecer ambas as partes desse movimento interno no escravismo, deixando explícito que a alienação e superexploração vão denotar mais um “arrocho” na vida dos negros, perfazendo-se como uma possibilidade e resistência a mais esse fator de exploração.

---

<sup>232</sup> Fonte: Inventário *post-mortem* de Rio Pardo. Comarca de Santa Catarina, intervalo: 73 a 86 01/01/1801 a 31/12/1803, CAIXA 007.0252 e CAIXA 007.0002 – APERS.

<sup>233</sup> As relações *horizontais* são aquelas que se conferem aos indivíduos que estão à volta do cotidiano de outros indivíduos. As relações *verticais* se estabelecem em uma forma de hierarquia social, onde as camadas desfavorecidas monetariamente buscam aproximar-se das camadas mais favorecidas economicamente.

<sup>234</sup> CASTRO, Hebe. *História Social*. In. CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 56.

As relações horizontais são de suma importância para os escravos. Podemos verificar que realmente as variáveis viabilizaram as possibilidades de ascensão a escravos, como no caso da escrava Rosa Maria, que somente ganharia a herança se casasse seis meses depois de sua morte. Por que essa condição para essa escrava? Outro caso é a divisão de terras de Agostinho Silveira que definiu para quem e como ficaria a divisão de seus bens. Mas o que levou esse senhor a dividir entre cativos tais bens? Com Antônio Bittencourt não foi diferente, este também deixou terras para seus escravos. As fontes são riquíssimas para averiguação dessa prática das relações horizontais entre senhores e cativos como constam os inventários *post-mortem*: Em 1798 o testamentado João de Castro Ramalho declarou que caso a escrava Rosa Maria se casasse 6 meses após a sua morte receberá casas no Rio Grande e terras. Em 1812 o testamentado Agostinho Silveira possui a metade de um campo, o qual deixa para seus escravos de sexo masculino, e 400 braças de terra, que deixa para suas escravas. Deixa quatro vacas para Antonio. Em 1819 o testamentado Antônio Bittencourt deixa aos escravos João e Manoel 120 braças de terra, incumbindo os ranchos que se acham dentro das mesmas.<sup>235</sup>

Em todos os casos expostos, esses senhores deram possibilidades a escravos para melhorarem um pouco a sua realidade, mas não ganharam a liberdade, somente passaram a serem legítimos donos de seus bens que receberam como herança, não constando que se tornaram livres. Mas nestes casos apresentados, o interessante é verificar as relações de proximidades que ocorreram entre esses indivíduos, onde alguns obtiveram a possibilidade de conseguir alguma “vantagem” dessas proximidades.

Em 1806 o testamentado Manoel Machado Bittencourt deixa à escrava liberta Hortência, sua herdeira, um pedaço cujo terreno entrara uma casa com pomar, um rincão de terras, cem rezes do curral, seis junta de bois mansos, uma manada de éguas e seis cavalos mansos, ainda uma caixa com roupas e um escravo. Receberá também um quarto da casa da rua da praia.<sup>236</sup>

Nesse caso, o bom relacionamento de uma *escrava liberta* e um senhor de Rio Grande – RS, rendeu-lhe uma herança com um valor bem estimado para uma ex-escrava no início do século XIX. Em decorrência, Hortência deveria ter muito mais que relações de proximidade com esse senhor – tal obrigatoriedade evidencia uma ingerência sobre a vida da escrava mesmo após a morte do senhor. A quantia econômica e valores dos bens concedidos à

<sup>235</sup> Fonte: inventário *post-mortem* de Porto Alegre, 1798, 1812 e 1819. APERS.

<sup>236</sup> APERS. Rio Grande do Sul. Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público. *Documentos da escravidão: inventários: o escravo deixado como herança*. Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010. 4 v. – ISBN: 978-85-7770-123-0, p. 79.

herdeira têm como objetivo reconhecer as relações verticais que se estabeleceram entre essa ex-escrava e o senhor. As relações próximas que se efetivaram de forma que a ex-escrava obteve uma grande vantagem, possibilitou-a a fazer parte da sociedade branca e tornando-se uma senhora de escravos, pois ganhou um cativo como herança. Segundo Aladrén, “As relações verticalizadas, com grandes propriedades, senhores de escravos, homens brancos e poderosos, refletem situações que eram, sobre tudo, sustentadas pelas relações entre homens livres pobres”.<sup>237</sup>

Também nas cartas de alforrias aparecem relações de proximidade que favoreceram a liberdade de escravos por seu relacionamento e serviço prestado ao senhor. Não somente pelo serviço, mas também pelo convívio diário e as afeições que vão se forjando dentro das relações de solidariedade que, a partir da constituição da família escrava, se estabelecem durante muito tempo, mesmo não sendo regulamentado pela sociedade e/ou Igreja.

Tomando como exemplo ilustrativo o plantel Mateus Simões Pires e Catarina Ignácia da Purificação, citados anteriormente neste trabalho,<sup>238</sup> e seguindo os ritos do sistema escravista, o senhor concedeu alforria a uma escrava de nome Josefa. A alforria foi concedida no dia 20 de dezembro de 1814, “Na ocasião indicara Mateus Simões Pires que a concessão era em razão de seus bons serviços [...] bem como “pelas crias que havia dado””.<sup>239</sup> Josefa Guiné era casada com o escravo Antônio Guiné e teve oito filhos. Para o senhor foi um bom negócio deixar os escravos casarem, pois aumentou seu plantel como ele próprio diz, “pelas crias que havia dado” e por bons serviços conquistou a liberdade. Antônio não teve a mesma sorte e permaneceu escravo. Em 1817, Joana, com 17 anos e filha do casal, obteve sua alforria por causa das boas relações e do serviço que seus pais lhe prestaram, “em atenção aos bons serviços que seus pais e dos que têm feito”.<sup>240</sup> Como se percebe, essa família tinha uma solidez de vínculos formados, com bases de solidariedade e sociabilidade que estruturaram as relações contíguas com seu senhor, mantendo a unidade familiar escrava e resistência ao sistema.

As variáveis que emergem nas diversas abordagens sobre o estudo da vida dos negros escravos, cada vez mais trazem novos elementos que contribuem para observação de

<sup>237</sup> ALADRÉN, Gabriel. *Ascensão social e inserção econômica de ex-escravos: o caso do liberto Pedro Gonçalves (Rio Grande do Sul, século XIX)*. Nuevo Mundo Mundos Nuevos. Revista Eletrônica, Paris. Debates, 2009, p. 7.

<sup>238</sup> Catarina Inácia da Purificação – inventário *post-mortem* n. 22 maço 1, 1818 – APERS. Foi citada na tabela 5 como proprietária dos escravos casados registrados nos inventário *post-mortem* de Rio Pardo (1780-1820).

<sup>239</sup> PETIZ, Silmei de Sant’Ana, *A Reconstituição de Famílias Escravas: parentesco e famílias entre os cativos de Mateus Simões Pires, Rio Grande de São Pedro, 1750-1835*. XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, realizado em Caxambu – MG – Brasil, de 29 de setembro a 03 outubro de 2008, p. 11.

<sup>240</sup> Idem.



que o fortalecimento da resistência escrava contra o sistema colonialista foi ativo e não passivo, pois os elementos que se constituíram e formaram quaisquer “possibilidades” foram empregados pelos agentes dentro desse sistema de exploração. A pesquisa nos mostra caminhos de escravos que não foram passivos ao cativeiro, e obtiveram com suas lutas e resistências algumas “vantagens” para tentar amenizar um pouco sua condição e preservar sua identidade cultural dentro da sociedade exclusivista e preconceituosa que o manteve à margem do sistema social. Segundo Sidney Chalhoub.

A violência da escravidão não transforma os negros em seres ‘incapazes de ação autônoma’, nem em passivos receptores de valores senhoriais, nem tampouco em rebeldes valorosos e indomáveis. Acreditar nisso pode ser apenas a opção mais cômoda: simplesmente desancar a barbárie social de um outro tempo traz implícita a sugestão de que somos bárbaros hoje em dia, de que fizemos realmente algum ‘progresso’ dos tempos da escravidão até hoje. A ideia de que ‘progredimos’ de cem anos para cá é, no mínimo, angelical e sádica: ela supõe ingenuidade e cegueira diante de tanta injustiça social, e parte também da estranha crença de que sofrimentos humanos intensos podem ser de alguma forma pesados ou medidos.<sup>241</sup>

As relações próximas de sociabilidade formaram mais um elemento usado pelos senhores para aprisionar e alienar o negro, sendo que a formação de laços afetivos e solidários entre os cativos viabilizou um possível “relaxamento” do poder do senhor com a pretensão de usar esse elemento para continuar a dominar o cativo. As relações de proximidades entre senhores e escravos viabilizaram, em Rio Pardo, na fronteira oeste do território de São Pedro, um controle para o senhor e uma possível vantagem para o negro, pois possibilitou a formação de famílias que mantiveram aceso o “fogo” africano, fortificando a cultura, formado laços de solidariedades e possuindo, em certos momentos, sua autonomia através das relações próximas de sociabilidade que viabilizaram a resistência africana em terras sulinas do Brasil.

---

<sup>241</sup> CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 42.

\* \* \*

Nesse capítulo consideramos alguns dos mecanismos que prevaleceram para resistir ao sistema escravista vigente na Colônia Brasil, mais especificamente, na fronteira oeste do território de São Pedro, em Rio Pardo. Por um lado, os senhores se resguardaram com seu poder e viabilizaram uma nova forma de exploração e alienação de seus cativos, por outro lado, essa viabilidade de uma possível manutenção da unidade africana (favores, casamentos, compadrios, alforrias, etc.) trouxe para os negros escravos ganhos que lhes renderam uma resistência a todo o sofrimento que lhes foi imposto, prevalecendo a família como ponto de regulamentação e unidade social e cultural. Assim, as relações próximas de sociabilidade vão constituindo mais um elemento de resistência à escravidão no Brasil, amenizando um pouco o cativo e estabelecendo uma oposição ao poder dos senhores. Mas somente foram possíveis tais ações através das relações próximas entre senhores e escravos que se constituíram uma nova abordagem do escravismo no Brasil, o social como mecanismo de controle. Rio Pardo evidenciou tais mecanismos em seu processo de desenvolvimento econômico e social, como evidenciamos a partir da análise das fontes documentais de época de fins do século XVIII e início do XIX.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escravidão moderna na América como instrumento de privação da liberdade do homem traz em seu núcleo, antagonismos que representam a exploração e inferiorização das etnias africanas por não estarem enquadradas nas concepções ocidentais capitalistas. A realidade imposta pela sociedade ocidental, em certos momentos, não foram percebidas, mas no decorrer do tempo as experiências e restrições sofridas, fizeram dos indivíduos cativos agentes que resistiram ao sistema imposto, aprendendo a lidar com as circunstâncias e contextos em que estavam envolvidos.

A família escrava vai caracterizar a estrutura de unidade social-familiar dentro do escravismo sulino, oferecendo para os agentes cativos a esperança e a possibilidade de manutenção de seus costumes. Essa estrutura e unidade que acaba aproximando as diversas etnias são, sem dúvida, a âncora e o apoio para as relações de proximidades. Destas destaca-se a sociabilidade como outro elemento de aproximação entre senhores e escravos, ocasionando a possibilidade de obter vantagens diretas e indiretas como, por exemplo, em casos específicos de senhores que libertavam seus escravos através de alforrias, tendo filhos com escravas, deixando seus escravos casarem e se batizarem.

A sociabilidade como mecanismo de controle é um elemento usado para superexplorar ainda mais os cativos, pois se entende que através dessa prática, os mesmos submeteram-se a acordos para conseguir amenizar o sofrimento das senzalas. O elemento social dá um suporte para aproximar os indivíduos e tentar obter um relacionamento mais ameno com sujeitos específicos, ou seja, não é com todas as pessoas que nós nos relacionamos, fazemos escolhas, e classificamos as que realmente estão voltadas a esse tipo de aproximação. Desta forma, com o sujeito escravo também os mesmos critérios deveriam estar presentes, pois não foram todos que conseguiram formar suas famílias, obter o reconhecimento por seu trabalho e conquistar sua liberdade, mesmo que a comprando com sua própria economia.

Todas essas afirmações se deram pela necessidade de uma organização tanto dos senhores quanto dos escravos, pois em primeiro momento, quando da chegada do negro no Brasil, a “coisa” era somente um homem negro, e a forma de resistir era a fuga, o suicídio, o assassinato de feitores e alguns senhores. Também o quilombo era o suposto lugar que representava a resistência negra no Brasil. Com o passar do tempo e pela quantidade de negros trazidos a força, essas concepções foram se moldando em novos paradigmas

escravistas, certas aberturas no sistema ocasionaram em toda América uma nova maneira de resistir e alienar para superexplorar, como a doação de lotes pelos senhores, e a aproximação escrava do cotidiano português, a aculturação forçada, e o pensar que detinham certa liberdade em suas roças. Tais elementos constataam um novo mecanismo de controle pelo sistema e algumas vantagens para o escravo, ocasionando outro contorno para resistir ao escravismo imposto, um tanto diferente da forma anteriormente pautada na violência que era empregada. Agora era um momento de reflexão e de incorporar ao cotidiano as brechas que a sociedade branca deixava abertas – ou que foram abertas pela atuação dos escravos.

A chegada do negro no território do Rio Grande de São Pedro incrementou o processo escravista nas terras sulinas, incorporando a pretensão de ocupação e efetivação da empresa colonial, favorecendo a ocupação territorial e fomentando a manutenção de mão de obra para as futuras investidas, tanto, no processo de ocupação como na futura economia agrícola/charqueadora que se desenvolveu no decorrer do século XIX. Tais empreendimentos levaram os cativos a resistir aos maus tratos empregados pelos senhores, assim a formação da família escrava vai dar sustentabilidade a novas formas de resistência, formando laços de solidariedades, companheirismo e criando vínculos sociais mais próximos para valorizar a ação de unidade familiar que fora formada.

Os estudos sobre a escravidão em novas abordagens trazem um novo olhar sobre as relações mais próximas que se mantiveram entre os agentes do escravismo. Essas relações estiveram presentes durante o cotidiano urbano e rural, no convívio diário dos envolvidos nesse processo que transformou as realidades tanto de senhores como de escravos. Tais situações não tinham sido exploradas pela historiografia clássica a partir deste viés de relações próximas de sociabilidade – e este foi nosso norte nesta pesquisa.

As relações familiares que Robert Slenes estabeleceu nos planteis escravistas de Campinas – SP, no século XIX, proporcionou uma abordagem que favoreceu a compreensão sobre as relações de sociabilidade em um primeiro momento, onde poderia haver relações mais próximas entre um grande contingente de negros e senhores. Com esse intuito a relação familiar vai se tornar um elemento fundamental na formação de uma unidade social escrava, tendo a sociabilidade como um dos objetos constitutivos que viabilizaram tal fato. Essa proximidade desses agentes nas questões sociais e a constatação do casamento escravo tiveram como ênfase algo muito além de uma manutenção do sistema escravistas, mas o que se percebe é uma superexploração voltada à manutenção da produção econômica e alienação do cativo cada vez mais pelo senhor.

Na construção desse trabalho a família escrava foi o ponto de partida para elaboração da compreensão das possíveis vantagens que os negros conseguiram através desse mecanismo de resistência. A intenção de verificar a aproximação entre os agentes do sistema, como elemento funcional e agrupador, teve como ênfase a complexidade das relações matrimoniais que se formaram a partir de diversos casais de negros cativos, onde essas relações favoreceram a outras pessoas que tivessem um contato mais direto com as famílias escravas constituídas, também estabeleceu envolvimento de toda a unidade familiar diretamente com o senhor para deixar tais fatos acontecerem. Exemplo disso são os padrinhos que se tornam membros dos relacionamentos diretamente envolvidos, em alguns casos esses personagens eram escravos ou alforriados, o que deixa mais intrigante tais relacionamentos com o consentimento dos senhores.

Os documentos usados para a análise de pesquisa foram os inventários *post-mortem*, livros de casamentos, livros de batismos, processo crime e referências bibliográficas sobre a fronteira em Rio Pardo no período de 1780-1820, possibilitando a compreensão sobre a sociabilidade como um mecanismo de controle e superexploração dentro do processo escravista, visto que somente com as relações de proximidades entre senhores e escravos, poder-se-ia consumir o fato de um casamento cativo, já que as variáveis levaram para isso, quando encontrado nesses documentos, escravos casando-se com libertos e, esses retornando para o sistema. As relações familiares que ocorreram em Rio Pardo, onde com a facilidade de fugas e contrabando de escravos, por estar em uma fronteira móvel, tiveram uma estabilização somente pelo viés das relações sociais que se consumaram amenizando prejuízos aos senhores. Assim, o casamento foi um mecanismo de controle efetivado/social dentro desse contexto.

Podemos perceber que não somente os escravos estavam amplamente envolvidos, mas também seus senhores por permitirem essas relações e perceberam que a superexploração era viável, pois as mesmas relações ultrapassaram os limites fronteiriços das fazendas e se engendraram nas senzalas, onde formaram laços que efetivaram a construção das famílias escravas dessa região de Rio Pardo.

No escravismo em geral, alguns senhores tentaram evitar o contato de seus escravos com outros fora de suas terras, mas um dos elementos que contribuíram para teorizar esse trabalho foi o fato dos senhores de Rio Pardo consentirem tais relacionamentos entre cativos de outras fazendas. Então, as relações entre senhores e escravos se estreitaram de tal forma, que alguns deram a possibilidade a seus escravos para manterem contatos pessoais além de

suas terras, daí a intenção de efetivar as boas relações, pois o que fazia esses senhores permitirem tais relacionamentos se quem detinha o poder era o senhor em um lugar longínquo, pode ser para alienar mais ainda o escravo e manter o controle sobre seus planteis na fronteira.

As comparações entre as fontes esta voltada para “as relações de sociabilidade entre senhores e escravos”, para fomentar a construção da família escrava no Rio Grande do Sul. Todos os indícios que as fontes paroquiais e a bibliografia utilizada sobre o assunto descrevem é que as famílias foram constituídas e legitimadas pela Igreja. É nesse ponto de análise que defendemos que, “somente se deram os casamentos por exclusividade da permissão dos senhores escravistas”, pois as formas de dominação empregadas do sistema escravista, só se voltavam para a exploração do homem negro, e somente com uma relação mais estreita entre o poder senhorial e o cativo é que as famílias foram constituídas, formando um contingente de escravos casados. Mas não podemos deixar de perceber, que muitos escravos foram violentamente maltratados e não tiveram as mesmas chances e condições dos que conseguiram suportar e resistir ao sistema, então, como forma de imposição a sua situação, encontraram no casamento e outras relações de solidariedade e sociabilidade uma das muitas formas de resistência.

As relações próximas de sociabilidade formaram um importante elemento de “elo” entre a imposição escravista e a “aceitação” do escravo em compor estratégias para resistir e fomentar a liberdade. O antagonismo se tornou em muitos casos, uma cumplicidade que alimentou a necessidade de organização e validou as reivindicações que foram feitas aos senhores, tendo o elemento fuga, perda econômica e outros tantos como causa de prevenção para os senhores a reavaliar seus mandos, favorecendo as uniões estáveis que formaram uma unidade familiar como resistência escrava.

Acreditamos que as relações sociais favoreceram, em muito, a formação da família escrava, pois em decorrência de bons trabalhos e cuidados com seus senhores, os escravos conseguiram alforriar-se, comprar sua liberdade, constituir patrimônio e formar suas famílias. Desencadeia aqui, o objetivo de tentar corroborar para elucidar, mais uma abordagem sobre esse tema tão significativo para a sociedade que teve sua cultura em muito silenciada pela cultura ocidental. Ainda existe esse paradigma arraigado na concepção de negros e brancos, existindo ainda uma “superioridade” branca em voga nos dias atuais.

## REFERÊNCIAS

- ALADRÉN, Gabriel. *Ascensão social e inserção econômica de ex-escravos: o caso do liberto Pedro Gonçalves (Rio Grande do Sul, século XIX)*. Nuevo Mundo Mundos Nuevos. Revista Eletrônica, Paris. Debates, 2009.
- ANDRADE, Antônia de Castro. *Escravidão e Laços de Compadrio: um estudo preliminar*. São Luís: Outros Tempos. Revista eletrônica da UEMA. ISSN 1808-8031, p. 11-31, 2005.
- ABDALA, Benjamin Junior. *Fronteiras Múltiplas, Identidades Plurais*. São Paulo: Editora SENAC, 2002.
- AL-ALAM, Caiuá Cardoso. *Pelotas na primeira metade do século XIX: uma cidade que a historiografia rotulou ou esqueceu*. 3º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. Realizado em Florianópolis – SC – Brasil, de 02 a 04 de maio de 2007.
- ALADRÉN, Gabriel. *Ascensão social e inserção econômica de ex-escravos: o caso do liberto Pedro Gonçalves (Rio Grande do Sul, século XIX)*. Nuevo Mundo Mundos Nuevos [En línea], Debates, 2009. URL:<http://nuevomundo.revues.org/index56036.html>.
- BERND Zilá, BAKOS, Margaret M. *O negro, consciência e trabalho*. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da Universidade UFRGS, 1998.
- BORTOLLI, Cristiane de Quadros de. *Vestígios do Passado: a escravidão no Planalto Médio gaúcho*. Passo Fundo: UPF, 2003.
- BOBBIO, Norberto. *A Era dos Direitos*. 11.ed. Brasília: Editora UNB, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. 7ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- BOEIRA, Nelson, GOLIN, Tau. *História do Rio Grande do Sul – Colônia*. v. I. Passo Fundo: Méritos, 2006.
- BURKE, Peter. *Hibridismo Cultural*. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2003.
- CHALHOUB, Sidney, *Visões de Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CARDOSO, Ciro F. *Escravo ou Camponês? O protocampesinato negro nas Américas*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- \_\_\_\_\_. *Agricultura, Escravidão e Capitalismo*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1979. COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 7ª. ed. São Paulo: Unesp, 1999.
- CASTRO, Hebe. *História Social*. In. CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 56.
- \_\_\_\_\_. *O Escravo na Grande Lavoura*. In: *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 7ª. ed. São Paulo: Unesp, 1999.

ELIAS, Roger. *Famílias Escravas em Porto Alegre (1810-1835). Uma história de suas formações*. Artigo apresentado como projeto de Mestrado em História na UFRGS, 2005.

EISENBERG, Peter L. *Homens Esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil séculos XVIII e XIX*. Campinas: UNICAMP, 1989.

FREITAS, Décio. *O Escravismo Brasileiro*. 2ª. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

FARIAS, Juliana Barreto. *Para Vencer na Vida*. Revista de História da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, v. 5, n. 54, p. 18-19, mar. 2010.

FORTES, Amyr Borges; WAGNER, João Batista Santiago. *História Administrativa, Judiciária e Eclesiástica do RS*. Porto Alegre, Livraria do Globo, 1963.

FREIRE, Jofre. *Compadrio em uma freguesia escravista: Senhor Bom Jesus do Rio Pardo (MG)(1838-1888)*. XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Caxambu – MG – Brasil, de 20-24 de setembro de 2004.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 51ª ed. São Paulo: Global, 2006.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 12ª ed. São Paulo: Editora da USP, 2007.

FARIA, Sheila de Castro. *História da Família e Demografia Histórica*. In. CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

\_\_\_\_\_, Sheila de Castro. *A vida Cotidiana na Senzala*. Rio de Janeiro: Artigo publicado na Revista Eletrônica <http://ibonline.terra.com.br/destaque/500anos>. 1994.

FLORENTINO E GOIS. *Citado por Robert Slenes, Família Escrava e Trabalho*. Revista Tempo, vol.3- n 6, Dezembro de 1998.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 17ª. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

\_\_\_\_\_. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Loyola, 2005.

FRAGOSO, João, GUEDES, Roberto. *Catarina e seus afilhados: anotações sobre o parentesco escravo*. Campinas: UNICAMP. Com Ciência – Revista Eletrônica de Jornalismo Científico, 2003.

GOLIN, Tau. *A Fronteira*. Porto Alegre: L&PM, 2002.

GUTERRES, Leticia Batistella Silveira. *Para Além das Fontes: Impossibilidades de laços familiares entre livres, libertos e escravos: (Santa Maria – 1844-1882)*. Dissertação de Mestrado apresentado no Programa de Pós-Graduação em História das Sociedades Ibéricas e Americanas. PUCRS, 2005.



JANCSÓ, István. *A Sedução da Liberdade: cotidiano e contestação política no final do século XVIII*. In: SOUZA, Laura de Mello. *História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

JACINTO, Cristiane Pinheiro Santos. *Relações de Intimidade: desvendando modos de organização familiar de sujeitos escravizados em São Luiz no século XIX*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. São Luiz: Universidade Federal do Maranhão, 2005.

KUCHENBECKER, Valter. *O Homem e o Sagrado*. 5ª. ed. Canoas: Ed. da Ulbra, 1998.

LAUREANO, Marisa Antunes. *A Família Escrava na Vila de Rio Pardo*. Porto Alegre: Revista Histórica. nº4. PUCRS, 2000.

LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco C. Teixeira. *História da Agricultura Brasileira: combates e controvérsias*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LIMA, Carlos A. M. *Além Hierarquia: famílias negras e casamento em duas freguesias do Rio de Janeiro (1765- 1844)*. Salvador: Afro-Ásia. Centro de Estudos Afro-Orientais – FFCH/UFBA, 2000.

LOTT, Maria Moura. *Casamento e relações de afetividade entre escravos: Vila Rica: Séculos XVIII e XIX*. Curitiba: Anais da V Jornada Setecentista. 2003.

LUNA, Francisco Vidal. *Casamento de Escravos em São Paulo: 1776, 1804, 1829*, In: NADALIN, Sergio et alii. (org). *História e População: Estudos Sobre a América Latina*, São Paulo, SEADE/ABEP/IUSSP/CELAD, p. 226-236, 1990. Também publicado como: *Observações Sobre Casamento de Escravos em Treze Localidades de São Paulo (1776, 1804, 1829)*, Anais do Congresso sobre História da População da América Latina, São Paulo, ABEP/SEADE, 1989.

MAXWELL, Keneth. *Chocolate, Piratas e Outros Malandros*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

MAAR. Wolfgang Leo. *O que é Política*. 16ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

MARCONI, Maria de Andrade. *Antropóloga: uma introdução*. 4ª. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

MAESTRI, Mário Filho. *O Escravo no Rio Grande do Sul: a charqueada e a gênese do escravo gaúcho*. Porto Alegre: EDUCS, 1984.

\_\_\_\_\_, Mário, ORTIZ, Helen (org.). *Grilhão Negro: ensaios sobre a escravidão colonial no Brasil*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2009.

\_\_\_\_\_, Mário. *A Ocupação do Território: da luta pelo território à instalação da economia pastoril charqueadora escravista*. Passo Fundo: Ed. da Universidade de Passo Fundo, 2006.

MARTINS, José de Souza. *A Sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008, p. 25.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Justiçando o Cativo: a cultura de resistência escrava*. In: BOEIRA, Nelson, GOLIN, Tau. *História do Rio Grande do Sul – Império*. v. II. Passo Fundo: Méritos, 2006.

MOTTA, José Flávio. *Corpos Escravos Vontades Livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)*. São Paulo: FAPESP: Annablume, 1999.

MOTA, Carlos Guilherme. *1822 Dimensões*. 2ª. ed. São Paulo: Perspectiva, 1986.

OSÓRIO, Helen. *Estrutura Agrária e Ocupacional*. In: BOEIRA, Nelson, GOLIN, Tau. *História do Rio Grande do Sul – Colônia*. v. I. Passo Fundo: Méritos, 2006.

PETIZ, Silmei Sant'Ana. *Escravidão e Fronteira no Contexto da Guerra dos Farrapos*. Parte da dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, ano de 2001.

\_\_\_\_\_. *Buscando a Liberdade: as fugas de escravos da província de São Pedro para além-fronteira (1815-1851)*. Passo Fundo: Ed. UPF, 2006.

\_\_\_\_\_. *Considerações sobre a família escrava da fronteira oeste do Rio Grande de São Pedro (1750-1835)*. 3º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. Realizado em Florianópolis – SC – Brasil, de 02 a 04 de maio de 2007.

\_\_\_\_\_. *A Reconstituição de Famílias Escravas: parentesco e famílias entre os cativos de Mateus Simões Pires, Rio Grande de São Pedro, 1750-1835*. XVI Encontro de Estudos Populacionais, realizados em Caxambu – MG – Brasil, de 29 de setembro a 03 de outubro de 2008.

\_\_\_\_\_. *Caminhos Cruzados: famílias e estratégias escravas no contexto da fronteira de Rio Pardo, do Rio Grande de São Pedro (1750-1835)*. Tese de Doutorado apresentado no Programa de Pós-Graduação em História. UNISINOS, 2009.

PRADO JUNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de. (orgs.). *O Historiador e Suas Fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

\_\_\_\_\_. *Fontes Históricas*. 2ª. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Escravidão Negra em Debate*. In: FREITAS, Marcos Cezar. *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. (org). 6ª. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

REIS, João José; LIBBY, Douglas. *O Fogo Africano*. Artigo para Folha de S. Paulo – Jornal de Resenhas; São Paulo; sábado, 10 de junho de 2000.

REICHEL, Heloisa Jochims. *Fronteiras no Espaço Platino*. In: BOEIRA, Nelson, GOLIN, Tau. *História do Rio Grande do Sul – Colônia*. v. I. Passo Fundo: Méritos, 2006.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Tradução de Adroaldo Mesquita da Costa. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002.

SCHÜLER, Donaldo. *Fronteiras e Confrontos*. Porto Alegre: Movimento / Braskem, 2009.

SEREZA, Haroldo Ceravolo. *Família e Senzala*. Entrevista de Robert Slenes para Folha de S. Paulo. Ilustrada; 12 de fevereiro de 2000.

SILVEIRA, Oliveira. *Pêlo Escuro*. Porto Alegre, edição do autor, 1977. p. 4. In: BAKOS, Margaret M; Zilá Bernard. *O negro, consciência e trabalho*. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da Universidade UFRGS, 1998.

SIQUEIRA, Ana Paula Pruner de. *As relações de compadrio em terras de pecuária na segunda metade do século XIX*. IX Encontro Estadual de História – ANPUH-RS, Vestígios do Passado. Realizado em Porto Alegre – RS – Brasil, de 14 a 18 de julho, 2008.

SLENES, Robert W; FARIA, Sheila de Castro. *Família escrava e trabalho*. Rio de Janeiro: Revista Tempo. Vol. 3 – nº 6. Dezembro, 1998.

\_\_\_\_\_. *Na Senzala uma Flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil sudeste, século XIX*. Rio De Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

\_\_\_\_\_. *Senhores e Subalternos no Oeste Paulista*. In: NOVAIS, Fernando A; ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *História da Vida Privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

\_\_\_\_\_. *Escravidão e Família: padrão de casamento e estabilidade familiar numa comunidade escrava (Campinas, século XIX)*. Estudos Econômicos, v. 17, n.2, maio-agosto de 1987; p. 217-227.

SIMÃO, Ana Regina Falkembach. *Resistência e Acomodação: a escravidão urbana em Pelotas, RS (1821-1820)*. Passo Fundo: UPF, 2002.

SANTOS, Corcino Medeiros. *Importância da Capitania do Rio Grande Para o Brasil*. In: BOEIRA, Nelson, GOLIN, Tau. *História do Rio Grande do Sul – Colônia*. v. I. Passo Fundo: Méritos, 2006.

SANTO, Miguel Frederico do Espírito. *Fundamentos da Incorporação do Rio Grande do Sul ao Brasil e ao Espaço Português*. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau. *Colônia I. História Geral do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Méritos. 2006.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira. *Conquista e Colonização da América Portuguesa: o Brasil colônia – 1500/1750*. In: LINHARES, Maria Yedda. *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

SAMARA, Eni de Mesquita. TUPY, Ismênia S. Silveira T. *História & Documento e metodologia de pesquisa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VAINFAS, Ronaldo. *Contra os Abusos Sexuais*. Revista de História da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, v. 5, n. 54, p. 20-21, mar. 2010.

VASCONCELLOS, Maria Cristina Roma de. *Casamento e Maternidade Entre Escravas de Angra dos Reis, Século XIX*. Ouro Preto: XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. 2002.

WEHLING, Arno. *Formação do Brasil Colonial*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

ZARTH, Paulo Afonso. *Do Arcaico ao Moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002.

### Fontes documentais

Inventários post-mortem – Comarca de Santa Catarina –  
 Caixa 007.0249 – Intervalo – 20 – 31 Datas: 01/01/1783 a 31/12/1786.  
 Caixa 007.0251 – Datas: 01/01/1796 a 31/12/1801.  
 Caixa 007.0225 Intervalo: 73-86 – Datas: 01/01/1801 a 31/12/1803.  
 Caixa 007.0250 – Data: 01/01/1786 a 31/12/1799.  
 Caixa 077.0001 – Data: 01/01/1773 a 31/12/1820 – Intervalo 1 a 28.  
 Caixa 007.0256 – Data: 01/01/1807 a 31/02/1811.  
 Caixa 007.0255 – Data: 01/01/1805 a 31/12/1808.  
 Arquivo Público do Estado do RS – APERS.

Inventário post-mortem de Rio Pardo. Comarca de Santa Catarina, intervalo: 73 a 86 01/01/1801 a 31/12/1803, CAIXA 007.0252 e CAIXA 007.0002 – APERS.

Inventário post-mortem de Porto Alegre, 1798, 1812 e 1819. APERS.

Inventário post-mortem de Rio Grande, 1806. APERS.

Inventário Post-Mortem. Caixa 007.0001, 01/01/1773 A 31/12/1820, intervalo 1 A 28. APERS.

Livro de casamento de escravos, nº 2 B, folha 119v, Rio Pardo 1794. Cúria Metropolitana de Porto Alegre, RS.

Livro de casamento de escravos, nº 2 B, folha 121v, Rio Pardo 1794. Cúria Metropolitana de Porto Alegre, RS.

Livro de casamento de escravos, nº. 2 B, folha 224v, Rio Pardo 1803. Cúria Metropolitana de Porto Alegre, RS.

Livro de casamento de escravos, nº. 2 B, folha 220, Rio Pardo 1803. Cúria Metropolitana de Porto Alegre, RS.

Livro de casamento de escravos, nº. 2 B, folha 205, Rio Pardo 1794. Cúria Metropolitana de Porto Alegre, RS.

Rio Grande do Sul. Secretaria da Administração dos Recursos Humanos. Documento de Arquivo Público. *Documentos da Escravidão Catálogo seletivo de cartas de Liberdade*

*Acervo dos Tabelionatos do Interior do Rio Grande do Sul. V. I.* Porto Alegre: CORAG, 2006.

Rio Grande do Sul. Secretaria da Administração dos Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público. *Departamento da Escravidão Repertório de cartas de Liberdade Acervo dos Tabelionatos do Rio Grande do Sul. V. II.* Porto Alegre: CORAG, 2006.

Rio Grande do Sul. Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público. *Documentos da escravidão: inventários: o escravo deixado como herança. V. I.* Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010.

Rio Grande do Sul. Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público. *Documentos da escravidão: inventários: o escravo deixado como herança. V. II.* Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010.

### **Fontes online**

Disponível em: <http://pre-vestibular.arteblog.com.br/68305/formação-geografica-do-Brasil-tratados-de-limites-que-definiram-o-atual-territorio-brasileiro-2>. Acesso em: 10 out. 2010.

Disponível em: <http://www.achetudoeregiao.com.br>. Acesso em: 10 out. 2010.

Disponível em: <http://imagenshistoricas.blogspot.com>. Acesso em: 10 out. 2010.

Disponível em: <http://genealogias.org>. Acesso em: 10 out.2010.

Disponível em: <http://www.ferris.edu/jimcrow/coon/>. Acesso em 10 junho 2011.